



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 3^a REGIÃO FISCAL – SRRF 03

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

MARÇO/2013



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO
BRASIL NA 3^a REGIÃO FISCAL – SRRF 03

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Decisão Normativa TCU nº 119/2012, Portaria TCU nº 150/2012, Portaria CGU nº 133/2013 e Norma de Execução CGU nº 01/2013.

Fortaleza, março/2013

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADM – Administrativos
AFRFB – Auditor Fiscal de Receita Federal do Brasil
ATRFB – Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
AGU – Advocacia–Geral da União
ÁGUA – Ajuste Guias de Recolhimento
ALF – Alfândega da Receita Federal do Brasil
AMMA – Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas
ANCINE – Agência Nacional do Cinema
ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar
ARF – Agência da Receita Federal do Brasil
ART – Artigo
ARFB – Auditoria da Receita Federal
ASCOM – Assessoria de Comunicação Social
ASESP – Assessoria Especial
ATA – Assistente Técnico–Administrativo
AUDIT – Coordenação–Geral de Auditoria Interna
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CAC – Centro de Atendimento ao Contribuinte
CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAMEX – Câmara de Comércio Exterior do MDIC
CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais
CEF – Caixa Econômica Federal
CEI – Cadastro Específico do INSS
CF – Constituição Federal
CFD – Cobertura da Fiscalização PJ Diferenciada
CFPF – Cobertura da Fiscalização de Pessoa Física
CPPJ – Cobertura da Fiscalização de Tributos Internos Sobre os PJ
CGU – Controladoria–Geral da União
CIEE – Centro de Integração Empresa Escola
CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CND – Certidão Negativa de Débito
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTur – Conselho Nacional de Turismo
COAEF – Coordenação–Geral de Atendimento e Educação Fiscal
COANA – Coordenação–Geral de Administração Aduaneira
COCAD – Coordenação–Geral de Gestão de Cadastro
COCAJ – Coordenação–Geral de Contencioso Administrativo e Judicial
COCIF – Coordenação–Geral de Cooperação e Integração Fiscal
CODAC – Coordenação–Geral de Arrecadação e Cobrança
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
COFIS – Coordenação–Geral de Fiscalização
COGEP – Coordenação–Geral de Gestão de Pessoas
COGER – Corregedoria–Geral da Receita Federal do Brasil

COGET – Coordenação–Geral de Estudos Econômicos – Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação
COMAC – Coordenação Especial de Maiores Contribuintes
COPAV – Coordenação–Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional
COPEA – Coordenação de Planejamento e Execução de Auditoria
COPEI – Coordenação–Geral de Pesquisa e Investigação
COPES – Coordenação–Geral de Programação e Estudos
COPOL – Coordenação–Geral de Programação e Logística
COREC – Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição
CORIN – Coordenação–Geral de Relações Internacionais
COSIT – Coordenação–Geral de Tributação
COTEC – Coordenação–Geral de Tecnologia da Informação
CPMF – Contribuição Provisória Sobre Movimentação Financeira
CPSSS – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CZPE – Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação
DARF – Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DASN – Declaração Anual do Simples Nacional
DATAPREV – Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DAU – Dívida Ativa da União
DCG – Débito Confessado em GFIP
DCTF – Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais
DE – Despacho Aduaneiro de Exportação
DEFIS – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Fiscalização
DERAT – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária
DEINF – Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Instituições Financeiras
DEMAC – Delegacia Especial de Maiores Contribuintes
DI – Despacho Aduaneiro de Importação
DIAAC - Divisão de Auditoria de Procedimentos de Atendimento e Controle do Crédito
DIAAD – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Aduaneiros
DIAEX - Divisão de Atendimento aos Órgãos de Controle Externo
DIAFI – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Fiscalização
DIANA – Divisão de Administração Aduaneira
DIATA – Divisão de Auditoria de Procedimentos de Tecnologia e de Administração
DIFIS – Divisão de Fiscalização
DIPRO – Divisão de Programação e Logística
DIRAC – Divisão de Arrecadação e cobrança
DIRF – Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte
DIREP – Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho
DISIT – Divisão de Tributação
DIVIC – Divisão de Interação com o Cidadão
DL – Decreto Lei
DMED – Declaração de Serviços Médicos e de Saúde
DN – Decisão Normativa
DOU – Diário Oficial da União
DRF – Delegacia da Receita Federal do Brasil
DRJ – Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento
e-CAC – Receita Federal – Centro Virtual de Atendimento
ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EDIFICA – Sistema Gerencial de Controle de Bens Imóveis Utilizados pelo MF

EQMAC/GRANDE – Equipe de Maiores Contribuintes
ESAF – Escola de Administração Fazendária
FAPI – Fichas de Auditoria de Importação
FDI – Fichas Despacho Importação
FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHAB – Ficha de Habilitação
FINAM – Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR – Fundo de Investimentos do Nordeste
FCO – Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Centro-Oeste
FNE – Fundo Constitucional do Desenvolvimento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNDAF – Fundo de Administração Financeira
FUNRES – Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo
GABIN – Gabinete
GDA – Gerencial de Desempenho Aduaneiro
GED – Gestão Eletrônica de Documentos
GIFA – Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação
GFIP – Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social
GMF – Gabinete do Ministro da Fazenda
GPS – Guia da Previdência Social
GRA – Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICP – Autoridade Certificadora integrante da Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira
IDR – Índice de Demanda Reprimida
IN – Instrução Normativa
INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
IOF – Imposto Sobre Operações Financeiras
IP – Intimação para Pagamento
IPCA – Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRFB – Inspetoria da Receita Federal do Brasil
IRPF – Imposto de Renda Pessoa Física
ITR – Imposto Sobre a Propriedade Territorial e Rural
LDCG – Lançamento de Débito Confessado em GFIP
LOA – Lei Orçamentária Anual
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal
MCT – Programa de Integração do Macroprocesso do Crédito Tributário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MF – Ministério da Fazenda
MP – Medida Provisória
MPOG – Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OCI – Órgão de Controle Interno
PAC – Plano Anual de Capacitação
PADIS – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores
PAINT - Plano Anual da Auditoria Interna
PAIT – Planos de Poupança e Investimento

PATVD – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para TV Digital

PCC – Plano de Cargos e Carreira

PDV – Programa de Demissão Voluntária

PECFAZ – Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda

PDTA – Programa de Desenvolvimento Tecnológico Avançado

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PER/DCOMP – Pedido de Restituição e Compensação

PF – Pessoa Física

PFN – Procuradoria da Fazenda Nacional

PGDAS – Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

PGPE – Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

PIS – Programa de Integração Social

PJ – Pessoa Jurídica

PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual

PMC/IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE

PNEF – Programa Nacional de Educação Fiscal

PNFA – Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira

PPA – Plano Plurianual

PROCAD – Programa de Capacitação e Desenvolvimento

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSI – Política de Segurança da Informação

PSE – Pessoal SERPRO

RADAR – Registro e Rastreamento da Atuação dos Intervenientes Aduaneiros

RAE-N – Reuniões de Avaliação Estratégica Nacionais

RAE-R – Reuniões de Avaliação Estratégica Regionais

RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RAP – Reuniões de Avaliação de Projetos

RECAP – Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras

REPORTO – Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária

RF – Região Fiscal

RFB – Receita Federal do Brasil

RIP – Registro Imobiliário Patrimonial

SAGA – Sistema de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento dos Contribuintes

SAGE – Sistema de Apoio à Gestão Estratégica

SAMF – Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda

SAPAC – Seção de Programação, Avaliação e Controle de Atividade Fiscal

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior do MDIC

SCC – Sistema de Controle de Crédito Tributário

SCORPIOS – Sistema de Controle e Rastreamento da Produção de Cigarros

SEMAC – Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes

SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados

SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICOB – Sistema de Controle da Produção de Bebida

SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIEF – Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerais e de Planejamento
SINTEGRA – Sistema Integrado de Informações sobre Operações Interestaduais com Mercadorias e Serviços
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SISAM – Sistema de Informações Ambientais Integrado à Saúde Ambiental
SISCAD – Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas
SISCOL – Sistema de Cadastramento On Line
SISCOMEX – Sistema Integrado de Comércio Exterior
SisoBraGer – Sistema de Gerenciamento de Obras
SOAP – Empregados do SERPRO
SPED – Sistema Público de Escrituração Digital
SPIUNet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPOA – Secretaria do Planejamento, Orçamento e Administração
SPU – Secretaria do Patrimônio da União
SRP – Secretaria da Receita Previdenciária
SRRF – Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil
STN – Secretaria do Tesouro Nacional
SUARA – Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento
SUARI – Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais
SUCOR – Subsecretaria de Gestão Corporativa
SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização da Receita Federal do Brasil
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
SUTRI – Subsecretaria de Tributação e Contencioso
TAXI – Transporte Autônomo de Passageiros
TCU – Tribunal de Contas da União
TCE – Tribunal de Contas do Estado
TI – Tecnologia da Informação
TIC – Tecnologia da Informação e da Comunicação
TCJ – Termo de Conciliação Judicial
TME – Tempo Médio de Espera do Atendimento
UF – Unidade Federativa
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária
UPAG – Unidade Pagadora
WEB – Rede de alcance mundial
WORKFLOW – Inglês “Fluxo de Trabalho”
ZS – Zona Secundária

LISTA DE QUADROS E DECLARAÇÕES (conforme Portaria TCU nº 150/2012)

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Quadro 1 – Identificação da UJ.....	23
Quadro 2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ.....	136
Quadro 3 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	140
Quadro 4 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação.....	140
Quadro 5 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação.....	141
Quadro 6 – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	144
Quadro 7 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos.....	146
Quadro 8 – Despesas com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	146
Quadro 9 – Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	147
Quadro 10 – Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	148
Quadro 11 – Força de Trabalho da UJ.....	151
Quadro 12 – Situações que Reduzem a Força de Trabalho da UJ.....	151
Quadro 13 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ...153	153
Quadro 14 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária.....	153
Quadro 15 – Quantidade de Servidores da UJ por Nível de Escolaridade.....	154
Quadro 16 – Quadro de Custos de Pessoal no Exercício e nos dois Anteriores.....	155
Quadro 17 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva....160	160
Quadro 18 – Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra.....	164
Quadro 19 – Composição do Quadro de Estagiários.....	171
Quadro 20 – Distribuição Espacial Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União.....	175
Quadro 21 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	176
Quadro 22 – Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ.....	176
Quadro 23 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	181

Quadro 24 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	184
Quadro 25 – Demonstrativo, por Autoridades e Servidores, da Obrigaçāo de Entregar a DBR.....	187

Declarações

Declaração de Atualização dos Dados do SIASG e SICONV.....	194
Declaração do Contador de que as Demonstrações Contábeis do Exercício Refletem Corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada.....	193

SUMÁRIO

<u>Título</u>	<u>Página</u>
Introdução	12
<u>Itens do Relatório de Gestão, Parte A, Conteúdo Geral, Anexo II, DN TCU nº 119/2012</u>	
1 - Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	
1.1- Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	23
1.2- Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada.....	24
1.3- Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada.....	35
1.4- Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada.....	42
1.5- Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada.....	66
1.6- Principais Parceiros (externos à Unidade Jurisdicionada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade.....	87
2 - Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	
2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada.....	91
2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos.....	94
2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício.....	104
2.4 - Informações sobre os Indicadores Utilizados pela Unidade Jurisdicionada.....	108
3 - Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	
3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ.....	136
4 - Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira	
4.1 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira.....	140

5 - Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	144
5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal.....	146

6 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados

6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade.....	150
6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários...	160

7 - Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros..	173
7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros.....	175

8 - Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental

8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras.....	181
8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água.....	183

9 - Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas

9.1 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	186
9.2 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas.....	187
9.3- Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.....	188

10 - Informações Contábeis

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 6.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade.....	190
10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão.....	193

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão consolida as informações referentes à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal – SRRF03 e às 11 Unidades Locais sob sua jurisdição administrativa (sete Delegacias e quatro Alfândegas). Essas Unidades Locais constituem as Unidades Gestoras que integram a estrutura organizacional da SRRF03, conforme previsto no Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012.

As informações apresentadas a seguir estão estruturadas de acordo com os itens e subitens previstos na Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119, de 2012, combinados com as orientações e os quadros contidos na Portaria TCU nº 150, de 2012.

Os seguintes Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, **não são aplicáveis aos Órgãos da Administração Direta do Poder Executivo, conforme Item b da página 59 da referida DN:**

- **3.3 - Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal;**
- **5.6 - Informações sobre a gestão de precatórios;**
- **11.3 - Demonstrações Contábeis previstas pela Lei nº 4.320/64 e pela NBC 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, incluindo as notas explicativas, no caso das unidades que não executaram sua contabilidade no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI;**
- **11.4 - Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 6.404/76 ou em lei específica, incluindo as notas explicativas;**
- **11.5 - Informações sobre a composição acionária do capital social, indicando os principais acionistas e respectivos percentuais de participação, assim como a posição da entidade como detentora de investimento permanente em outras sociedades (investidora); e**
- **11.6 - Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis, quando a legislação dispuser a respeito.**

Os seguintes Itens do Anexo II, DN TCU nº 119/2012, **são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada, no entanto, as informações são de controle e gerência das Unidades Centrais da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central:**

- **3.1 - Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade;**
- **3.4 - Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade;**
- **3.5 - Informações quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU;**

•4.1 - Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada;

•4.3 - Demonstração e análise do desempenho da unidade na execução orçamentária e financeira (no Relatório de Gestão das Superintendências da RFB constarão, deste Item, os Quadros A 4.14 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação e A 4.15 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa - Créditos de Movimentação);

•5.5 - Informações sobre Renúncia Tributária;

•8.1 - Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ; e

•29 da Parte B do anexo II da DN TCU nº 119/2012 - Informações sobre as medidas administrativas e judiciais adotadas para a cobrança e execução da dívida previdenciária e não previdenciária.

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, 5.1 - Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações porque durante o exercício de 2012 não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Para o Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, 5.3 - Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação e termo de compromisso, a Unidade Jurisdicionada não prestou informações porque durante o exercício de 2012 não efetuou transferências desses tipos.

Quanto ao Item do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, 5.4 - Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo "B" e cartões de pagamento do governo federal, a Unidade Jurisdicionada não apresentou o **Quadro A.5.9 - Despesas realizadas por meio de suprimento de fundos por UG e por suprido (Conta tipo "B")** porque não utilizou suprimento de fundos nessa modalidade (conta tipo "B").

Em relação ao **Item 6 - Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados**, do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, a Unidade Jurisdicionada presta as seguintes informações:

•Item 6.1.5 - Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)

Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais, não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para

gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e são tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

• *Item 6.1.6 - Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos (Portaria TCU nº 150/2012)*

Segundo dados da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Corregedoria-Geral da RFB, não existem atualmente casos de acumulação indevida.

• Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento, por parte da UJ, dos Quadros da Portaria TCU nº 150/2012, **A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos** e **A.6.8 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão**.

• A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos administrados feito de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por Região Fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, os Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, **A.6.9 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU** e **A.6.10 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU**, somente constarão no Relatório de Gestão consolidado do Órgão Central.

• Não existe consulta no Sisac para apurar a tempestividade do registro em relação ao seu prazo legal, conforme solicitado no Quadro, da Portaria TCU nº 150/2012, **A.6.11 - Regularidade do Cadastro dos Atos no Sisac** e, por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento dos Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, **A.6.12 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU** e **A.6.13 - Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro**.

• Segundo instruções da TCU, a RFB não deve preencher os Quadros, da Portaria TCU nº 150/2012, **A.6.14 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos da Unidade Jurisdicionada**, **A.6.15 - Relação dos Empregados Terceirizados Substituídos em Decorrência de Concurso Público** e **A.6.16 - Autorizações para Realização de Concursos Públicos**, pois não possui terceirizados exercendo atividades típicas da carreira de auditoria da RFB.

Na Prestação de Contas do Exercício de 2011, em razão de uma interpretação equivocada, foram apresentados números relativos à substituição de terceirizados que não executavam atividades típicas da carreira de auditoria da RFB, mas sim atividades de secretariado, apoio administrativo, auxiliar de escritório e recepcionista.

O item 10.1 - Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em Relatórios de Auditoria do Órgão de Controle Interno, do Anexo Único da Portaria TCU nº 150/2012 e, consequentemente, os Quadros A.10.1, A.10.2, A.10.3 e A.10.4 da Portaria, não foram preenchidos, por não existirem recomendações emitidas pelos órgãos de controle pendentes de atendimento, ou atendidas, no ano de 2012.

Principais realizações da SRRF03 no exercício de 2012:

A Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03, Unidade Descentralizada Regional da Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB, é responsável por 2,35% da arrecadação nacional, possui aproximadamente 1.200 servidores e é constituída por 11 unidades administrativas, com atuação nos territórios dos Estados do Ceará, Piauí e Maranhão, nas áreas de administração tributária (tributos internos e contribuições previdenciárias) e aduaneira.

A meta estabelecida para o principal Indicador da atividade de arrecadação (Índice de realização da meta global de arrecadação) pode ser considerada realizada (99,5% da arrecadação prevista foi convertida em arrecadação efetiva), inclusive com um incremento da participação regional na arrecadação nacional (de 2,14% em 2011 para 2,35% em 2012). Embora a meta fixada para o principal Indicador da atividade de fiscalização (Indicador global da fiscalização) não tenha sido alcançada, a 3ª Região Fiscal apresentou, neste Indicador, resultado superior à média nacional: 85,6%. Estes e os demais Indicadores de desempenho da UJ estão expostos e analisados em item próprio do presente Relatório.

A seguir são destacadas algumas das principais realizações da UJ em 2012:

- Implantação do Sistema de Controle de Produção de Bebidas (SICOBÉ) nos maiores fabricantes de aguardente da região. O SICOBÉ faz a contagem automática das unidades envasadas, reduzindo a sonegação no setor e dispensando o uso de selos de controle. Houve uma redução superior a 90% na quantidade de selos utilizados.
- Início do Projeto Presença Fiscal - 2013, envolvendo as fases de seleção de contribuintes, elaboração de dossiês e divulgação às DRF. Os bons resultados da metodologia utilizada em 2011 para seleção e fiscalização célere de empresas de pequeno porte estimularam a repetição dessa operação em 2013.
- Início do Projeto Controle de Qualidade da Fiscalização, envolvendo as fases de extração de dados relativos às ações fiscais concluídas, aos julgamentos realizados desde 2011 e construção de uma base de dados que será utilizada para comunicar, ao AFRFB e supervisor, o resultado dos julgamentos proferidos, bem como para realizar o controle estatístico da aderência do crédito tributário lançado de ofício e de suas principais causas de exoneração.
- Estabelecimento de normas e procedimentos para análise de créditos tributários mantidos com a exigibilidade suspensa por medida judicial, para fins de declaração da prescrição, por meio da Ordem de Serviço SRRF03 nº 3, de 14 de junho de 2012.
- Conclusão do projeto de centralização da fiscalização aduaneira de zona secundária nos intervenientes no comércio exterior da 3ª RF, a partir de 2013, na Alfândega do Porto de Fortaleza/CE, de modo a otimizar o emprego dos recursos humanos alocados nessa atividade.

- Instituição, por meio da Portaria SRRF03 nº 22/2013, da Comissão de Gestão Regional (CGR) e das Comissões Locais de Operação, no âmbito da 3ª RF, para tratar dos grandes eventos (Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo 2014).
- Criação do Banco de Reserva de Servidores da 3ª RF para os Grandes Eventos, de modo a dotar as Unidades Aduaneiras que experimentarão incremento significativo na demanda de serviços durante a Copa das Confederações e a Copa do Mundo, de contingente adicional de servidores previamente treinados.
- Treinamento da primeira turma de servidores do Banco de Reserva dos Grandes Eventos em legislação de bagagem acompanhada.
- Construção de 3 cabines individuais para fiscalização de bagagens no Aeroporto Internacional Pinto Martins, de modo a proporcionar privacidade ao viajante.
- Instalação de *scanner* no pátio de aeronaves do Aeroporto Internacional Pinto Martins, para realização de vistoria e seleção de bagagens previamente à sua restituição aos passageiros pelas companhias aéreas.
- Aquisição de circuito interno de TV com captura e armazenamento de imagens e sons das cabines individuais e de toda a área de fiscalização de bagagens, com a finalidade de dar segurança aos servidores, viajantes e ao procedimento fiscal no Aeroporto Internacional Pinto Martins.
- Aquisição de sistema de marcação e detecção eletrônica, para marcação das bagagens selecionadas previamente no pátio de aeronaves e sua detecção na passagem do viajante pelos canais de seleção (Bens a Declarar e Nada a Declarar) no Aeroporto Internacional Pinto Martins.
- Implantação de Projeto estratégico regional para desenvolvimento de modelo de estrutura física e tecnológica, de quadro de pessoal e de rotina de trabalho, denominado de Serviço de Autoatendimento Orientado, no qual os contribuintes recebem informações básicas para suas demandas e orientações sobre os caminhos alternativos e facilitados para suas concretizações, quando possíveis, por meio da utilização do canal eletrônico. O Autoatendimento foi implantado em duas unidades pilotos, no Centro de Atendimento ao Cidadão (CAC) da DRF/Teresina/PI, com uma média de 130 serviços diários registrados em dezembro/2012, e no CAC da DRF/Fortaleza/CE, com uma média de 80 serviços diários em dezembro/2012.
- Início da gestão da SRRF03/Divic sobre o Call Center (146) da RFB, cuja empresa operadora é instalada em Fortaleza.
- Execução e acompanhamento do convênio com a Junta Comercial do Estado do Ceará (JUCEC), por meio do qual o deferimento de pedidos de inscrição e alteração no CNPJ para empresas comerciais passou a ser feito na própria Junta Comercial, concomitantemente ao registro do ato constitutivo/alterador da pessoa jurídica.
- Consolidação do Fórum da Administração Tributária Federal no Ceará, com o propósito de fomentar a integração entre a Administração Tributária Federal e as instituições representativas dos contribuintes e dos profissionais que atuam na área tributária, tendo sido realizadas 04 reuniões do Fórum em 2012.

- Capacitação dos componentes das Equipes de Acompanhamento dos Contribuintes Diferenciados no tocante à contabilidade, auditoria digital e a utilização de *scripts* do Sistema ContAgil, com o objetivo de incrementar a qualidade das análises das quedas de arrecadação e de distorções potenciais dos maiores contribuintes da Região Fiscal.
- Realização de dois treinamentos de qualificação dos operadores de comércio exterior da 3^a RF, um em Fortaleza/CE, para os operadores do Estado do Ceará, e outro em São Luís/MA, para os operadores dos Estados do Maranhão e do Piauí.
- Implantação do Grupo de Acompanhamento de Órgãos Públicos e Entidades sem Fins Lucrativos na DRF/São Luis.
- Merece destaque no exercício de 2012 a performance da RF/03 na arrecadação de Leilão. A meta estabelecida para o exercício previa arrecadação de R\$ 2.048.656,50; entretanto foram arrecadados R\$ 6.174.206,00, superando com grande margem (213%) a meta estabelecida.

Planejamento da SRRF03

Encontram-se em curso na Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil – 3^a RF as Ações abaixo destacadas, que compõem a carteira regional de projetos estratégicos, elaborados com utilização da **Metodologia de Gerenciamento de Projetos da COPAV – Coordenação Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional**.

1. Base Regional de dados Externos para Seleção de Contribuintes para Fiscalização

Consiste na implantação de uma infraestrutura de *hardware* e *software* que disponibilize consultas especializadas de dados de contribuintes (Notas Fiscais e Empenhos), obtidos de fontes externas, para subsidiar as atividades das equipes de seleção, programação e execução de ações fiscais da 3^a Região Fiscal da RFB.

Esse projeto foi iniciado em 2011 e se encontra, no presente momento, em fase de construção de uma estrutura tecnológica adequada para extração dos dados.

2. Centro de Cães de Faro

Aquisição e treinamento de cães de faro para o combate ao tráfico internacional de drogas e valores, bem como implantação da logística necessária ao funcionamento do Centro de Cães de Faro RFB de Fortaleza - CCF K9 RFB/For. Projeto iniciado em 2011.

O cão foi adquirido e treinado em 2012, mas continua em Vitória/ES enquanto se aguarda a liberação das substâncias entorpecentes solicitadas à Polícia Federal com autorização judicial, a fim de que o animal seja transferido para o canil construído na Alfândega do Porto de Fortaleza.

3. Coordenação Regional de Licitações e Contratos

Preparação de minutas-padrão de Editais e Contratos para utilização pelas Unidades Jurisdicionadas da 3^a RF, com o objetivo de melhorar a qualidade técnica dos procedimentos licitatórios e ensejar a

otimização de recursos humanos e materiais. O fim perseguido pelo projeto é a realização de melhores aquisições de materiais e serviços no âmbito da 3^a Região Fiscal.

Este Projeto esteve suspenso em 2012, devido a algumas alterações no seu escopo, sendo retomado no final do ano, encontrando-se em andamento.

4. Equipe de Obras e Engenharia

Continuação da implantação da Equipe de Obras e Engenharia para dar suporte técnico nas contratações que demandem conhecimento na área de engenharia no âmbito da 3^a Região Fiscal.

5. Elaboração de Projetos de Readequação da Infraestrutura de Redes

Consiste na elaboração de Projetos Básicos de readequação e modernização da infraestrutura de rede das Unidades da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal. Este Projeto esteve suspenso em 2012, devendo ser retomado em 2013.

6. IPI: Seleção e Fiscalização Integrada

Implantação, no âmbito da 3^a Região Fiscal, de uma nova sistemática de seleção de contribuintes do IPI, baseada em estudos comparativos entre setores econômicos e, no interior destes, entre contribuintes de porte semelhante.

Projeto concluído em 2012, com a elaboração de roteiro com nova sistemática de seleção de contribuintes do IPI para fiscalização, sendo realizado um piloto na DRF/Fortaleza, com ótimos resultados.

7. Parcelamento

Tratar as pendências da consolidação do parcelamento da Lei 11.941/2009, não realizada em 2011 em decorrência da inexistência de sistemas eletrônicos próprios.

Na proposição deste projeto apresentou-se como premissa fundamental a consolidação do Parcelamento da Lei 11.941/09 e como restrições técnicas o atraso na implantação das funcionalidades para revisão da consolidação. Tendo em vista a implementação nacional de alguns procedimentos de cancelamento e retificações de modalidade de opção por parte dos contribuintes, muitas pendências existentes nas unidades da RFB na 3^a RF foram resolvidas com apurações especiais, o que motivou o cancelamento do referido projeto.

8. Projeto Modernização das Instalações da Fiscalização Aduaneira no terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Pinto Martins.

Implementação de medidas com o fim de proporcionar a otimização da seleção de bagagens a serem fiscalizadas, a privacidade nas verificações aduaneiras e a segurança dos procedimentos fiscais realizados no Aeroporto Internacional Pinto Martins: a instalação de *scanner* no pátio de aeronaves; a aquisição de circuito interno de TV, com captura e armazenamento de imagens e sons das cabines individuais e de toda a área de fiscalização de bagagens; e a aquisição de sistema de marcação e detecção eletrônica de bagagens selecionadas previamente.

Projeto praticamente concluído em 2012, faltando apenas a finalização da instalação das câmeras e do *scanner*, com previsão para o mês de fevereiro de 2013.

9. Controle da Situação Fiscal dos Municípios

Desenvolvimento de sistema que permita o conhecimento consolidado da situação fiscal dos entes Públicos Municipais.

Em andamento.

10. Espaço do Contribuinte

Implantação, nos Centros de Atendimento ao Contribuinte, do “Espaço do Contribuinte”, área destinada à prestação de serviços de educação fiscal (tributária) e auto-atendimento, orientado por servidores, que facilite aos contribuintes a obtenção de seus serviços por meio do e-CAC, como medida para gerar um salto qualitativo nos Centros de Atendimento.

Piloto implantado na DRF/Teresina, com ótimos resultados. O modelo será disponibilizado para as demais unidades da 3^a RF.

11. Análise de Risco em Pedidos de Ressarcimento e Compensação

Desenvolvimento de metodologia a ser utilizada na 3^a Região Fiscal para a classificação dos pedidos de Ressarcimento e Compensação de Tributos e Contribuições Federais que serão alvo das análises sumárias, detalhada e ampliada, definidas na Norma de Execução conjunta COSIT/COREC/COFIS/COPES Nº 01, de 06/06/2011, com os objetivos de ampliar a percepção de risco e otimizar o número de ações fiscais executadas.

Projeto encerrado em 2012 com a elaboração de Ordem de Serviço que estabelece procedimentos aplicáveis à análise dos pedidos de ressarcimento e declarações de compensação de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no âmbito da 3^a Região Fiscal.

12. Manualização da Legislação de Pessoal

Consiste em proporcionar às Unidades da Região Fiscal o acesso à legislação de pessoal, de forma segura, rápida e atualizada.

Projeto cancelado tendo em vista a concepção de um Projeto Nacional semelhante, com a participação de todas as Regiões Fiscais, e que atenderia ao escopo do Projeto Regional.

13. Gestão de Mercadorias Apreendidas

Elaborar e executar medidas necessárias à otimização da gestão das mercadorias apreendidas no âmbito da 3^a RF.

Este projeto se encontra em fase de elaboração dos roteiros de procedimentos para as diversas etapas em que foi dividido: apreensão de mercadorias, julgamento de processos, gestão do depósito de mercadorias apreendidas e destinação de mercadorias.

14. Qualidade da Ação Fiscal

Desenvolvimento e implantação de metodologia para o acompanhamento e avaliação do resultado do contencioso administrativo e das ações fiscais encerradas sem resultado ou com lançamentos de pequeno valor, no âmbito da 3ª Região Fiscal.

Este projeto se iniciará em 2013.

Outras Ações a serem implementadas em 2013:

- Conclusão do processo de alfandegamento da Zona de Processamento de Exportações do Pecém/CE, que será a primeira ZPE a operar no Brasil.
- Construção do prédio próprio da ARF/Baturité e da ARF/Caucaia (jurisdicionadas à DRF/Fortaleza), da ARF/Caxias e da ARF/Santa Inês (jurisdicionadas à DRF/São Luís), com utilização do projeto de “Agência Modelo” desenvolvido pela Coordenação Geral de Programação e Logística da Receita Federal do Brasil.
- Continuação da construção do prédio próprio da ARF/Balsas (jurisdicionada à DRF/Imperatriz).
- Revitalização do prédio da sede da Alfândega do Porto de Fortaleza.
- Reparos nos prédios da sede da DRF/Floriano e da ARF/Oeiras (jurisdicionadas à DRF/Floriano).
- Continuação da reestruturação física dos 3º e 4º andares do prédio do edifício sede do Ministério da Fazenda/CE, onde estão instaladas as Divisões vinculadas à Superintendência Regional da RFB na 3ª RF. Os projetos estão prontos para realização de licitação no início de 2013.

Alguns desafios a serem enfrentados em 2013

Alcance da meta de arrecadação - O financiamento dos gastos públicos da União depende dos recursos que são obtidos por meio da arrecadação tributária. Sendo essencial ao funcionamento do Estado, a atividade de arrecadação constitui-se numa das principais atribuições da RFB e várias ações que compõem os programas de trabalho da instituição estão voltadas para assegurar a manutenção dos níveis de arrecadação. Ao selecionar os contribuintes a serem fiscalizados, acompanhar segmentos econômicos, controlar o crédito tributário e o cumprimento de obrigações acessórias e realizar cobrança administrativa de forma eficaz, entre outras ações, a RFB busca atingir as metas de arrecadação. No entanto, fatores como variações no comportamento dos contribuintes, desempenho da economia, resultado dos indicadores econômicos, alterações no cenário internacional e mudanças na legislação tributária fazem com que o alcance da meta de arrecadação constitua um permanente desafio para a RFB.

Preparação para os Grandes Eventos (Copa das Confederações 2013 e Copa do Mundo) – Nos grandes eventos que se iniciam em 2013 com a Copa das Confederações FIFA, a SRRF03 estará presente não somente na recepção de pessoas, mas também no desembarque de carga, cuja especificidade e quantidade exigirão pronto atendimento; relações comerciais e trabalhistas especiais vão ter impacto na área de tributos internos; soluções de consultas deverão ser divulgadas com a velocidade condizente com a exigência da situação, e toda a logística das ações exigirá precisão e adequa-

ção à grandiosidade dos eventos. Para tanto, trâmites e processos precisam ser pensados, planejados e organizados de modo a ocorrerem sem impor atrasos desnecessários ou exigências incabíveis.

Execução do Plano de Engenharia - O orçamento da 3^a Região Fiscal para 2013 prevê gastos da ordem de R\$ 34,9 milhões, que superam em 156,6% o valor apropriado em 2007 e em 62,3% o montante executado em 2012. O crescimento mais significativo no orçamento de 2013 reside nas despesas de investimento, que prevêem aplicações da ordem de R\$ 17,7 milhões. A execução de investimentos dessa magnitude representa um dos principais desafios da SRRF da 3^a Região Fiscal no ano de 2013.

As mais relevantes despesas de investimento de 2013 se inserem no Plano de Engenharia da RFB que, na 3^a Região Fiscal, prevê as seguintes aplicações principais:

UNIDADE	OBRA/SERVIÇO	VALOR (R\$)	OBS
SRRF	Anexo do Edifício do MF	2.000.000,00	
SRRF	Rede lógica e elétrica dos 2º, 3º e 4º pavimentos.	2.000.000,00	
SRRF	Aquisição de imóvel do INSS para implantação de CAC	3.500.000,00	
ALF/FOR	Revitalização do prédio da ALF/FOR	2.000.000,00	Já empenhado
DRF/SLS	Construção da ARF de Caxias	1.730.000,00	
DRF/SLS	Construção da ARF de Santa Inês	1.730.000,00	
DRF/FLO	Construção da ARF de Picos	1.730.000,00	
DRF/FOR	Construção da ARF/Caucaia	1.730.000,00	
DRF/FOR	Construção da ARF de Baturité	1.730.000,00	

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 1: **Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada** (*Item 1 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

1.1 - Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação						
Poder: Executivo						
Órgão de Vinculação: Ministério da Fazenda				Código SIORG: 001929		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora						
Denominação Completa: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 3ª Região Fiscal - SRRF03						
Denominação Abreviada: SRRF03						
Código SIORG: 003150	Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 170040			
Situação: Ativa						
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 00.394.460/0078-20				
Principal Atividade: Administração Tributária				Código CNAE: 8411-6/00		
Telefones/Fax de contato:	(085) 3878 – 3400	(085) 3878 - 3401	(085) 3878 - 3483			
Endereço Eletrônico: internetrb@receita.fazenda.gov.br						
Página na Internet: http://www.receita.fazenda.gov.br						
Endereço Postal: Rua Barão de Aracati, 909, 4º Andar, Aldeota, Fortaleza/Ce, CEP: 60115-901						
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas						
Nome		CNPJ	Código SIAFI	Situação		
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil 3ª Região Fiscal - SRRF03		00.394.460/0078-20	170040	Ativa		
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas						
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas						
Lei Ordinária nº 11.457 de 16 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 19 de março de 2007						
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas						
Decreto nº 7.482, de 16 de maio de 2011, publicado no D.O.U em 17 de maio de 2011;						
Portaria MF nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U em 23 de dezembro de 2010;						
Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U em 17 de maio de 2012.						
Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas						
Carta de Serviços ao Cidadão						
Cartilha Prevenção à Fraude Tributária com Títulos Públicos Antigos (publicação conjunta com a STN, PGFN e MPU)						
Cartilha do Regime de Tributação Unificada (RTU)						
RTU - Manual de Usuário - Perfil Condutor Paraguaio/Brasileiro						
RTU - Manual de Usuário - Perfil Representante do Vendedor Paraguaio						
RTU - Manual de Usuário - Perfis Responsável e Representante de Microimportador						
Manual de Despacho de Importação						
Manual de Despacho de Exportação						
Manual do Usuário - Empresa de Transporte Expresso Internacional						
Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte - Mafon – 2012						
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas						
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas						
Código SIAFI	Nome					
170028	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS					
170030	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP					
170035	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA					
170041	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR					
170042	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE					
170108	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR					
170225	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS					
170330	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB					
170337	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO					
170387	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM					
170532	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC					
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas						
Código SIAFI	Nome					

00001		Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
170028		00001
170030		00001
170035		00001
170041		00001
170042		00001
170108		00001
170225		00001
170330		00001
170337		00001
170387		00001
170532		00001

Fonte: SIORG; SIAFI; Sites do MPOG e do IBGE

1.2 - Finalidade e Competências Institucionais da Unidade Jurisdicionada

Para ensejar a compreensão da forma como a SRRF03 se insere no contexto administrativo da RFB, apresentam-se, a seguir, a finalidade e as competências gerais da Instituição para, em ponto subsequente, detalharem-se as competências próprias da Unidade Jurisdicionada a que se refere o presente Relatório de Gestão, considerados os limites territoriais de sua atuação.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Fazenda, entre outras atribuições, é responsável pela administração dos tributos de competência da União, inclusive os previdenciários e os incidentes sobre o comércio exterior, abrangendo parte significativa das contribuições sociais do País. Auxilia, ainda, o Poder Executivo Federal na formulação da política tributária brasileira, além de trabalhar na prevenção e combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho, à pirataria, à fraude comercial, ao tráfico de drogas e de animais em extinção e a outros atos ilícitos relacionados ao comércio internacional.

As competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil são as definidas no artigo 15 do Anexo I do Decreto nº 7.482, de 16/05/2011 e no artigo 1º do Anexo da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012:

I - planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e regulamentação e a consolidação da legislação tributária federal;

III - interpretar e aplicar a legislação tributária, aduaneira, de custeio previdenciário e correlata, editando os atos normativos e as instruções necessárias à sua execução;

IV - estabelecer obrigações tributárias acessórias, inclusive disciplinar a entrega de declarações;

V - preparar e julgar, em primeira instância, processos administrativos de determinação e exigência de créditos tributários e de reconhecimento de direitos creditórios, relativos aos tributos por ela administrados;

VI - preparar e julgar, em instância única, processos administrativos de aplicação de pena de perdimento de mercadorias e valores e de multa a transportador de passageiros ou de carga em viagem doméstica ou internacional que transportar mercadoria sujeita à pena de perdimento;

VII - acompanhar a execução das políticas tributária e aduaneira e estudar seus efeitos sociais e econômicos;

VIII - planejar, dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de fiscalização, lançamento, cobrança, arrecadação, e controle dos tributos e demais receitas da União sob sua administração;

IX - realizar a previsão, o acompanhamento, a análise e o controle das receitas sob sua administração, bem como coordenar e consolidar as previsões das demais receitas federais, para subsidiar a elaboração da proposta orçamentária da União;

X - propor medidas destinadas a compatibilizar a receita a ser arrecadada com os valores previstos na programação financeira federal;

XI - estimar e quantificar a renúncia de receitas administradas e avaliar os efeitos das reduções de alíquotas, das isenções tributárias e dos incentivos ou estímulos fiscais, ressalvada a competência de outros órgãos que também tratam da matéria;

XII - promover atividades de cooperação e integração entre as administrações tributárias do País, entre o fisco e o contribuinte, e de educação fiscal, bem assim preparar e divulgar informações tributárias e aduaneiras;

XIII – realizar estudos para subsidiar a formulação da política tributária e estabelecer política de informações econômico-fiscais e implementar sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

XIV - celebrar convênios com órgãos e entidades da administração pública e entidades de direito público ou privado, para permuta de informações, racionalização de atividades, desenvolvimento de sistemas compartilhados e realização de operações conjuntas;

XV - gerir o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização, a que se refere o Decreto-Lei no 1.437, de 1975;

XVI - negociar e participar da implementação de acordos, tratados e convênios internacionais pertinentes à matéria tributária e aduaneira;

XVII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar os serviços de administração, fiscalização e controle aduaneiros, inclusive no que diz respeito a alfandegamento de áreas e recintos;

XVIII - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar o controle do valor aduaneiro e de preços de transferência de mercadorias importadas ou exportadas, ressalvadas as competências do Comitê Brasileiro de Nomenclatura;

XIX - dirigir, supervisionar, orientar, coordenar e executar as atividades relacionadas com nomenclatura, classificação fiscal e econômica e origem de mercadorias, inclusive representando o País em reuniões internacionais sobre a matéria;

XX - planejar, coordenar e realizar as atividades de repressão ao contrabando, ao descaminho, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e de drogas afins, e à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, observada a competência específica de outros órgãos;

XXI - administrar, controlar, avaliar e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - SISCOMEX, ressalvadas as competências de outros órgãos;

XXII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais, internacionais e estrangeiros que atuem no campo econômico-tributário, econômico-previdenciário e de comércio exterior, para realização de estudos, conferências técnicas, congressos e eventos semelhantes;

XXIII - elaborar proposta de atualização do plano de custeio da seguridade social, em articulação com os demais órgãos envolvidos;

XXIV - orientar, supervisionar e coordenar as atividades de produção e disseminação de informações estratégicas na área de sua competência, em especial as destinadas ao gerenciamento de riscos ou à utilização por órgãos e entidades participantes de operações conjuntas, visando à qualidade e fidedignidade das informações, à prevenção e ao combate às fraudes e práticas delituosas, no âmbito da administração tributária federal e aduaneira; e

XXV - realizar e disseminar estudos e estatísticas econômico- tributários e relativos à matéria de comércio exterior, em estreita colaboração com a Secretaria de Política Econômica e com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, visando aprimorar os estudos e as políticas públicas a seu cargo.

Para exercer suas competências e realizar sua missão, a RFB tem delineada sua estrutura organizacional em dois níveis: central e descentralizado. O primeiro nível, composto pelas Unidades Centrais, desenvolve atividades normativas, de supervisão e de planejamento; o segundo, composto por órgãos regionais e locais, desempenha as funções de execução e de operação. A estrutura funcional permite a cada nível desenvolver as funções básicas da Administração Tributária e Aduaneira.

Compõem a estrutura da RFB as Unidades Centrais, que compreendem as Unidades de Assessoramento Direto e as Unidades de Atividades Específicas, e as Unidades Descentralizadas:

a) Unidades de Assessoramento Direto:

- Gabinete – Gabin;
- Corregedoria-Geral – Coger;
- Assessoria Especial – Asesp

- Coordenação-Geral de Planejamento, Organização e Avaliação Institucional – Copav
- Coordenação-Geral de Auditoria Interna – Audit;
- Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação – Copei;
- Assessoria de Comunicação Social – Ascom;
- Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal – Cocif.

b) Unidades de Atividades Específicas:

- Subsecretaria de Aduana e Relações Internacionais – Suari:
 - Coordenação-Geral de Administração Aduaneira – Coana;
 - Coordenação-Geral de Relações Internacionais – Corin.
- Subsecretaria de Tributação e Contencioso – Sutri:
 - Coordenação-Geral de Tributação – Cosit;
 - Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Tributários e de Previsão e Análise de Arrecadação – Coget;
 - Coordenação-Geral de Contencioso Administrativo e Judicial - Cocaj.
- Subsecretaria de Fiscalização - Sufis:
 - Coordenação-Geral de Fiscalização – Cofis;
 - Coordenação Especial de Maiores Contribuintes – Comac;
 - Coordenação-Geral de Programação e Estudos – Copes.
- Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento – Suara:
 - Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança – Codac;
 - Coordenação-Geral de Atendimento e Educação Fiscal – Coaef;
 - Coordenação-Geral de Gestão de Cadastros – Cocad;
 - Coordenação Especial de Ressarcimento, Compensação e Restituição – Corec.
- Subsecretaria de Gestão Corporativa - Sucor:
 - Coordenação-Geral de Programação e Logística – Copol;

- Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação – Cotec;
- Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep.

c) Unidades Descentralizadas: Para garantir a presença em todo o país e a capilaridade necessária para o exercício de suas competências, a RFB divide o território nacional em 10 (dez) Regiões Fiscais, cada uma sob administração de uma Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil (SRRF), que se subordina diretamente ao Secretário. Às Superintendências compete a supervisão, no limite de suas jurisdições, das atividades de tributação, arrecadação, cobrança, fiscalização, controle aduaneiro, combate aos ilícitos fiscais e aduaneiros, cadastros, acompanhamento dos maiores contribuintes, interação com o cidadão, tecnologia e segurança da informação, gestão de pessoas e programação e logística.

Cada uma das dez Superintendências jurisdiciona sua respectiva Região Fiscal (RF):

Jurisdição das Regiões Fiscais

RF	Unidade da Federação	Sede
1 ^a RF	DF, GO, MT, MS e TO	Brasília
2 ^a RF	PA, AC, AM, RO, RR e AP	Belém
3 ^a RF	CE, MA e PI	Fortaleza
4 ^a RF	PE, AL, PB e RN	Recife
5 ^a RF	BA e SE	Salvador
6 ^a RF	MG	Belo Horizonte
7 ^a RF	RJ e ES	Rio de Janeiro
8 ^a RF	SP	São Paulo
9 ^a RF	PR e SC	Curitiba
10 ^a RF	RS	Porto Alegre

Subordinam-se às Superintendências as unidades locais da RFB, que se classificam em delegacias, inspetorias e alfândegas; às delegacias estão subordinadas agências e inspetorias de classes menores. Compõem ainda o conjunto de Unidades Descentralizadas as 15 Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ's) diretamente subordinadas ao Subsecretário de Tributação e Contencioso. As Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento são unidades especializadas nas atividades relacionadas ao contencioso administrativo-fiscal, sendo responsáveis pelo julgamento, em primeira instância, das impugnações apresentadas pelos contribuintes contra processos de determinação e exigência de créditos tributários.

Unidades descentralizadas da RFB

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Superintendências (SRRF)	10
Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ)	15
Delegacias da Receita Federal (DRF)	97
Delegacias da Receita Federal de Administração Tributária (Derat)	1
Delegacias da Receita Federal de Fiscalização (Defis)	1

UNIDADES DESCENTRALIZADAS DA RFB	QUANTIDADE
Delegacias Especiais de Instituições Financeiras (Deinf)	1
Delegacias Especiais de Maiores Contribuintes (Demac)	3
Inspetorias da Receita Federal (IRF)	55
Alfândegas da Receita Federal (ALF)	26
Agências da Receita Federal (ARF)	362
TOTAL	571

Em sendo a SRRF03 uma unidade descentralizada regional da RFB, que tem por finalidade a supervisão das atividades de competência da RFB nos limites territoriais de sua jurisdição (Estados do Ceará, Piauí e Maranhão), é importante que o presente Relatório de Gestão apresente informações sobre o planejamento estratégico da RFB, de modo a ensejar a percepção de como está norteada a atuação da SRRF03.

A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e prestado à sociedade serviços de alta qualidade, o que demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

O planejamento estratégico na RFB é um processo dinâmico por meio do qual são definidos os caminhos que a organização deverá trilhar mediante um comportamento proativo e coerente com sua missão, levando em conta a análise de seu ambiente, buscando atingir seus objetivos estratégicos e alcançar sua visão de futuro.

O atual ciclo de planejamento abrange o período de 2012 a 2015.

Os marcos institucionais da RFB, estão expressos em sua missão, sua visão de futuro e em seus valores institucionais.

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira, com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e seu corpo funcional são: respeito ao cidadão, integridade, lealdade com a instituição, legalidade e profissionalismo e transparência.

O Mapa Estratégico da RFB (figura a seguir) traduz a missão, a visão de futuro e a estratégia da RFB por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" - o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade. As três perspectivas são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB e englobando os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão de futuro da Instituição.

São 21 objetivos estratégicos perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo que 8 deles, identificados no Mapa com uma borda verde, são os "objetivos-batalha", selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos estão distribuídos de forma balanceada pelas perspectivas do Mapa Estratégico:

Mapa Estratégico	
Perspectiva	Objetivo
Resultados	Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial
	Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

	Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade
	Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição
	Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade
Processos Internos	Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento
	Elevar a percepção de risco e a presença fiscal
	Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros
	Reducir litígios tributários e aduaneiros
	Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade
	Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário
	Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira
	Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira
	Conhecer o perfil integral do contribuinte
	Fortalecer as relações institucionais
	Fortalecer a comunicação institucional
Pessoas e Recursos	Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas
	Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais
	Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas
	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais
	Assegurar recursos e otimizar sua aplicação

No ano de 2012, considerando a amplitude dos objetivos estratégicos, foram estabelecidas diretrizes a eles vinculadas. As diretrizes, apresentadas no quadro a seguir, são os caminhos a serem seguidos para o atingimento de tais objetivos:

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Prover a RFB de estrutura física compatível com suas necessidades Prover infraestrutura tecnológica atualizada e segura
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Implementar política permanente de ingresso e movimentação de servidores Ampliar Política de Trabalho a Distância
Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Ampliar a capacidade de elaboração de estudos e de simulações econômico tributárias Estimular a participação dos servidores das unidades descentralizadas na elaboração de normas.

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Descentralizar a elaboração/atualização dos Regulamentos tributários e aduaneiros
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Integrar os canais de atendimento e uniformizar a prestação de serviços
	Incentivar e facilitar a autorregularização pelo contribuinte
	Promover ações de Educação Fiscal integradas ao atendimento ao cidadão
	Simplificar normas, procedimentos e obrigações
	Intensificar o atendimento não presencial
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	Vincular o Orçamento ao Planejamento Estratégico
	Padronizar a gestão dos procedimentos licitatórios e de contratos
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	Instituir política de desenvolvimento interno de sistemas.
	Fortalecer uso de ferramentas de comunicação virtual
	Fortalecer a Governança em Tecnologia da Informação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	Aprimorar a qualidade do lançamento para aumentar a recuperação do crédito tributário
	Aperfeiçoar os cadastros e permitir o intercâmbio de informações internas e externas.
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Aplicar os conceitos de gerenciamento de risco nos processos aduaneiros
	Racionalizar e uniformizar os processos de trabalho aduaneiros
	Integrar os sistemas de controle do comércio exterior a outros sistemas institucionais ou externos
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Estabelecer e consolidar fluxo de informações necessárias ao conhecimento do perfil integral do contribuinte.
	Incrementar ações de acompanhamento de grupos e setores econômicos
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	Desenvolver as competências fundamentais, gerenciais e específicas dos servidores
	Consolidar a Política de Meritocracia
	Ampliar a capacitação por meio de Ensino a Distância
	Ampliar o programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho para unidades Regionais e Locais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Alinhar os processos de trabalho da fiscalização aduaneira com a fiscalização de tributos internos
	Flexibilizar a jurisdição da fiscalização aduaneira
	Ampliar a atuação da RFB nas regiões de fronteira
	Estabelecer mecanismos mais efetivos para prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores.
	Implementar a Utilização da Escrituração Fiscal Digital-Social nos procedimentos fiscais

Objetivos Estratégicos	Diretrizes
	Ampliar o número de pessoas jurídicas médias e optantes do simples a serem fiscalizadas Aperfeiçoar a elaboração de dossiês para a fiscalização Reduzir a evasão do crédito tributário Intensificar a divulgação das ações da RFB
Fortalecer a comunicação institucional	Aperfeiçoar a utilização de comunicação social para melhoria da imagem da RFB Aperfeiçoar a comunicação interna com o objetivo de motivar e integrar pessoas
Fortalecer a Vigilância e Repressão Aduaneira	Introduzir novas tecnologias de apoio aos processos aduaneiros
Fortalecer as relações institucionais	Fomentar e fortalecer a cooperação com outras Administrações Aduaneiras e Tributárias, com órgãos de fiscalização e controle nacionais e internacionais, e com organismos internacionais. Conhecer as partes interessadas nas atividades da RFB e identificar oportunidades de parceria Participar de fóruns que tratem de temas relevantes e de interesse da RFB
Reducir litígios tributários e aduaneiros	Identificar temas divergentes no contencioso e propor soluções Agilizar a solução dos processos de consultas Disponibilizar legislação tributária e aduaneira e sua jurisprudência de modo acessível, completa e tempestiva Aprimorar e ampliar a edição de atos interpretativos Descentralizar a criação e a manutenção dos manuais de procedimentos
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Aproximar os procedimentos fiscais do fato gerador do tributo Reduzir o prazo para análise de créditos pleiteados pelo contribuinte Fortalecer as ações de cobrança administrativa. Agilizar a solução de litígios

A execução da estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB e com orientação do Plano Plurianual - PPA 2012/2015. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais.

A relação de projetos estratégicos do portfólio de projetos de 2012 atinge um número maior de objetivos estratégicos e contempla com mais projetos os “objetivos-batalha” que foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégica da RFB e são

acompanhados com atenção especial pela administração. Abaixo, a relação dos projetos com respectivos objetivos:

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas *Projeto Gestão de Recursos
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	*Ampliação da Segurança da Informação *Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	
Fortalecer a comunicação institucional	*Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet
Fortalecer as relações institucionais	*Projeto de Integração Nacional – REDESIM
Conhecer o perfil integral do contribuinte	*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB – Novo CNPJ
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB – Sipet *Implementar o Sistema Atos
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis) *Implantação do Escritório de Processos da RFB *SCC – Pagamento Automático *SCC – Reintegra
Reducir litígios tributários e aduaneiros	*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais – Wikijur *Implantar o Sistema Requerimentos
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	*SISCOMEX Carga *Projeto SISAM *Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO *Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO *Programa GRANDE EVENTOS *Programa Portal SISCOMEX

Objetivos Estratégicos	Projetos Estratégicos Institucionais
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	*SPED – EFD SOCIAL *SPED – Integração *SCC – Créditos Pis/Cofins
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	*PUC - Programa de Unificação dos Créditos *e-Processo *SIC – Sistemas Integrados do MCT

Dos 27 (vinte e sete) projetos estratégicos institucionais 12 (doze) tem previsão de encerramento em 2013, 8 (oito) em 2014, 2 (dois) em 2015 e 2 (dois) em 2016. No ano de 2012 foram encerrados 3 (três) projetos: Wikijur, Macroprocessos de Mercadorias Apreendidas e Intranet.

Conforme informado na Introdução do presente Relatório, a SRRF03 promove, em seu âmbito de competência, 13 projetos estratégicos regionais, cujo conteúdo e atual estágio de desenvolvimento estão ali descritos.

Para determinação do grau de atingimento dos objetivos estratégicos e do avanço em direção à plena execução da estratégia da Instituição, estão associados àqueles objetivos 55 (cinquenta e cinco) indicadores estratégicos. Para todos os indicadores disponíveis foram estabelecidas metas. 29 (vinte e nove) indicadores são desdobráveis até o nível regional e local e são medidores do desempenho das unidades descentralizadas (superintendências, delegacias, alfândegas e inspetorias).

No processo de avaliação dos resultados da Instituição no ano de 2012 é necessária a análise dos indicadores que estão vinculados a cada objetivo. Observando-se o Painel de Desempenho da Receita Federal do Brasil, apresentado adiante no item 2.3 deste relatório, e o item 2.4 que apresenta a análise de cada um dos indicadores disponíveis, é possível verificar detalhadamente os fatores que influenciaram decisivamente o atingimento dos objetivos estratégicos. Dos indicadores com análise de resultados temos 67,5% deles com resultados dentro do esperado, 10% com resultados pouco abaixo do esperado, 5% com resultados muito abaixo do esperado e 17,5% com resultados muito acima do esperado.

No âmbito da SRRF03, dos 29 indicadores desdobráveis em nível regional, com análise de resultado, temos 20 com resultados dentro do esperado (69%); 2 com resultados pouco abaixo do esperado (6,9%); nenhum com resultado muito abaixo do esperado e 7 com resultados muito acima do esperado (24%).

1.3 - Apresentação do Organograma Funcional da Unidade Jurisdicionada

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministério da Fazenda, tem por finalidade:

Planejar, coordenar, supervisionar, executar, controlar e avaliar as atividades de administração tributária federal e aduaneira, inclusive as relativas às contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social e às contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, na forma da legislação em vigor.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB tem a seguinte estrutura:

I - UNIDADES CENTRAIS

- 1. ASSESSORAMENTO DIRETO**
- 2. ATIVIDADES ESPECÍFICAS - SUBSECETARIAS**

II - UNIDADES DESCENTRALIZADAS

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – SRRF

A Receita Federal do Brasil – RFB está dividida em 10 Superintendências Regionais (Regiões Fiscais).

Às Superintendências Regionais da Receita Federal do Brasil - SRRF compete, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, no âmbito da respectiva jurisdição, gerenciar o desenvolvimento das atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de acompanhamento dos contribuintes diferenciados, de interação com o cidadão, de comunicação social, de tributação, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de contabilidade, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização e modernização, bem assim supervisionar as atividades das unidades subordinadas e dar apoio técnico, administrativo e logístico às subunidades das Unidades Centrais localizadas na região fiscal.

A SRRF da 3^a Região Fiscal se compõe das seguintes Divisões/Serviço/Seções, cujas competências estão definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012.

À Divisão de Arrecadação e Cobrança – Dirac compete gerenciar as atividades de arrecadação e de cobrança de créditos tributários, propor metas e avaliar a execução nas unidades da respectiva região fiscal, e, em especial as atividades relativas às ações judiciais, restituição, compensação, resarcimento, reembolso, imunidade, suspensão, isenção e redução de alíquotas em matéria tributária.

À Divisão de Fiscalização – Difis compete coordenar e gerenciar as ações de programação e fiscalização e a utilização de instrumentos de controle especiais aplicáveis às operações de produção e comercialização, exceto em relação aos tributos e direitos comerciais relativos ao comércio exterior.

À Divisão de Administração Aduaneira - Diana compete:

I - gerenciar as atividades de pesquisa, seleção e fiscalização aduaneira e de habilitação de importadores e exportadores para operar no Siscomex;

II - orientar acerca de procedimentos e sistemas informatizados da área aduaneira, além da aplicação da legislação aduaneira;

III - analisar os recursos de divergência interpostos em processos de consulta sobre classificação de mercadorias, avaliando sua admissibilidade;

IV - examinar e emitir parecer em recursos administrativos contra atos decisórios praticados por autoridades diretamente subordinadas ao Superintendente relativos a matéria compreendida na legislação aduaneira;

V - acompanhar, supervisionar e apoiar as atividades de controle aduaneiro desempenhadas pelas unidades jurisdicionadas; e

VI - desenvolver estudos e sugerir medidas para o aperfeiçoamento do controle aduaneiro.

À Divisão de Tributação - Disit compete:

I - orientar as unidades da região fiscal acerca da interpretação da legislação e sobre as decisões em matéria tributária, na esfera administrativa ou judicial;

II - analisar os recursos de divergência interpostos em processos de consulta sobre interpretação da legislação tributária e de despacho, avaliando sua admissibilidade;

III - examinar e emitir parecer em recursos administrativos dirigidos ao Superintendente, no âmbito de sua competência;

IV - examinar e propor informação em mandado de segurança impetrado contra o Superintendente;

V - examinar e emitir parecer nos pedidos relativos a regimes fiscais especiais previstos na legislação tributária específica e de competência da Superintendência; e

VI - desenvolver estudos e pesquisas, com vistas a oferecer sugestões para o aperfeiçoamento da legislação tributária.

À Divisão de Interação com o Cidadão – Divic compete gerenciar as atividades de interação com o cidadão, inclusive quanto aos serviços prestados por conveniados, as atividades de Ouvidoria e de Educação Fiscal, bem como planejar, controlar e avaliar as atividades relativas aos cadastros da RFB.

Ao Serviço de Acompanhamento dos Maiores Contribuintes - Semac compete gerenciar as atividades de identificação e acompanhamento diferenciado de contribuintes de maior potencial tributário, inclusive a análise dos setores e grupos econômicos aos quais pertençam e propor metas para as unidades da respectiva região fiscal, bem assim, elaborar a previsão, acompanhamento e análise de receitas.

À Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho - Direp compete:

I - gerenciar as atividades de vigilância e repressão aduaneira;

II - executar ações de repressão ao contrabando, descaminho, porte ou transporte não autorizado de moeda, à contrafação e pirataria e ao tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, observada a competência específica de outros órgãos;

III - formalizar os correspondentes autos de infração e representações fiscais, conforme planejamento das operações; e

IV - efetuar o levantamento e troca de informações internas e externas necessárias para o planejamento e execução das operações em sua área de atuação.

À Divisão de Programação e Logística - Dipol competem as atividades relacionadas à programação e execução orçamentária e financeira, contabilidade, logística, comunicação administrativa, licitações, gestão de contratos, supervisão e execução de projetos, obras e serviços de engenharia, gestão de documentos, apoio administrativo, gestão de recursos materiais e patrimoniais, serviços gerais e administração de mercadorias apreendidas, bem assim administrar e supervisionar as atividades pertinentes à Seção de Gestão de Mercadorias Apreendidas - Samap e à Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng.

À Seção de Gestão de Mercadorias Apreendida - Samap compete supervisionar as atividades relacionadas à administração de mercadorias apreendidas no âmbito da região fiscal.

À Seção de Obras e Serviços de Engenharia - Saeng competem as atividades relacionadas ao levantamento de necessidades de projetos, obras e serviços de engenharia, aquisições e locações imobiliárias, reparos e conservação de bens imóveis e de instalações prediais, bem como à supervisão e acompanhamento de projetos, obras e serviços de engenharia no âmbito da respectiva região fiscal.

À Divisão de Tecnologia da Informação – Ditec compete:

I - gerenciar o ambiente informatizado;

II - gerenciar e aplicar políticas, normas e procedimentos de segurança da informação;

III - gerenciar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação;

IV - executar a prospecção, a avaliação, a internalização e a disseminação de tecnologias, produtos e serviços de informática;

V - supervisionar e executar o cadastramento, habilitação e certificação digital de usuários e cadastradores do ambiente informatizado; e

VI - supervisionar as atividades relativas à guarda, recuperação e disseminação de informações econômico-fiscais.

À Divisão de Gestão de Pessoas - Digep compete, ressalvada a competência específica das Unidades Descentralizadas dos órgãos setoriais do Ministério da Fazenda, gerenciar e supervisionar as atividades de gestão de pessoas, acompanhar ações judiciais pertinentes, realizar ações destinadas à promoção dos valores morais e éticos imprescindíveis ao enriquecimento da cultura organizacional, no âmbito da respectiva região fiscal, bem como executar as atividades de elaboração da folha de pagamento, concessão de vantagens, indenizações, gratificações, adicionais, resarcimentos, consignações e benefícios, dos servidores em exercício nas unidades situadas no respectivo Estado.

Estão subordinadas à Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil - SRRF03, as Unidades abaixo:

1 - DELEGACIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL – DRF, e ALFÂNDEGAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ALF

As Delegacias da Receita Federal do Brasil – DRF's e Alfândegas da Receita Federal do Brasil - ALF's, quanto aos tributos administrados pela RFB, inclusive os destinados a outras entidades e fundos, compete, no âmbito da respectiva jurisdição, no que couber, desenvolver as atividades de arrecadação, controle e recuperação do crédito tributário, de análise dos dados de arrecadação e acompanhamento dos maiores contribuintes, de atendimento e interação com o cidadão, de comunicação social, de fiscalização, de controle aduaneiro, de tecnologia e segurança da informação, de programação e logística, de gestão de pessoas, de planejamento, avaliação, organização, e modernização.

A SRRF da 3^a Região Fiscal jurisdiciona sete DRF (sediadas em Fortaleza/CE, Sobral/CE, Juazeiro do Norte/CE, Teresina/PI, Floriano/PI, São Luis/MA e Imperatriz/MA) e quatro ALF (sediadas em Fortaleza/CE – Porto do Mucuripe e Aeroporto Internacional Pinto Martins –, São Gonçalo do Amarante – Porto do Pecém, e São Luís/MA – Porto de Itaqui).

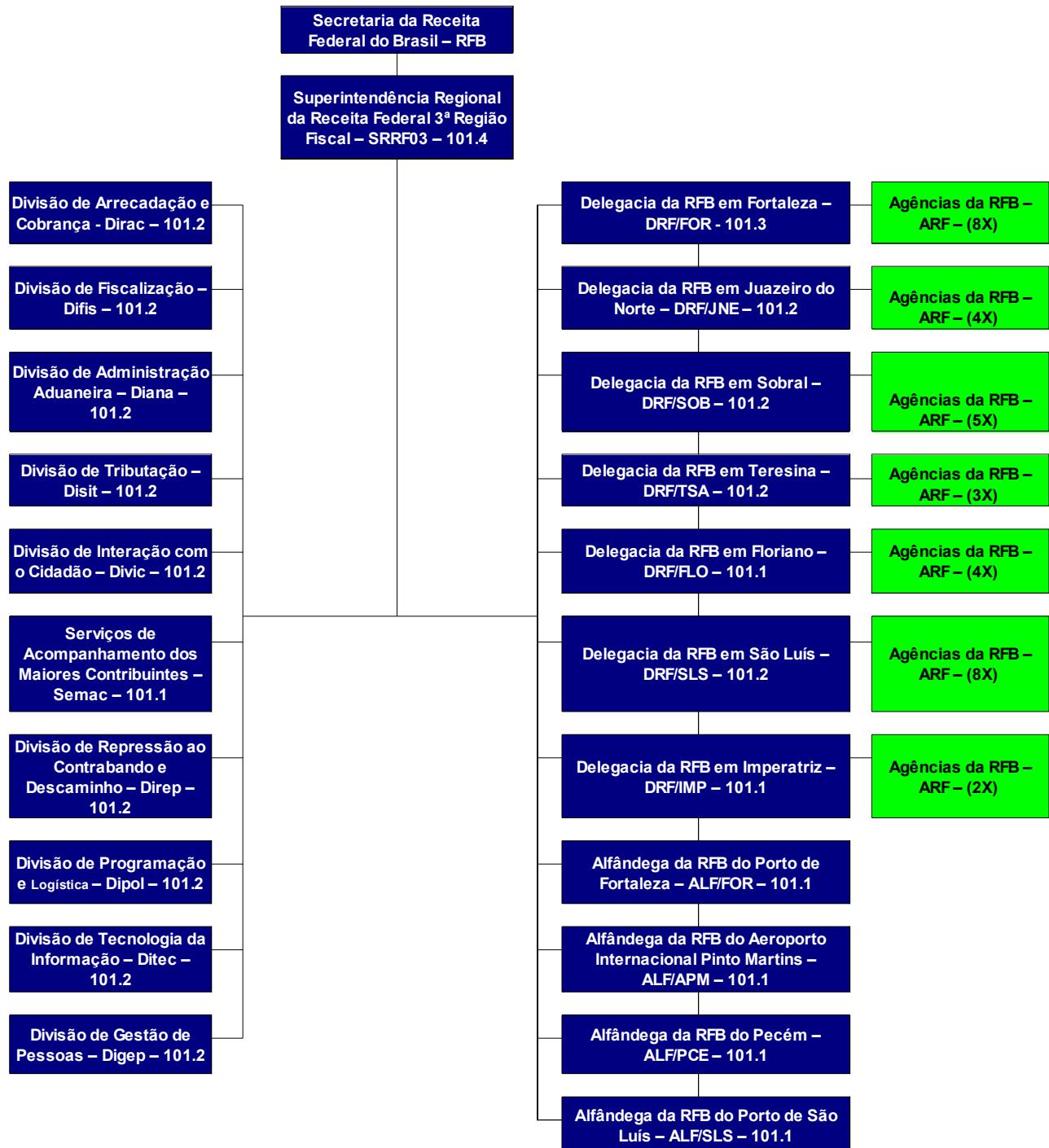
1.1 - AGÊNCIAS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ARF's

As Agências da Receita Federal do Brasil – ARF's, subordinadas às Delegacias da Receita Federal – DRF's, compete executar as atividades de atendimento ao contribuinte. A 3^a Região Fiscal tem sob sua jurisdição trinta e quatro ARF, assim distribuídas (informação relativa ao exercício de que trata o presente Relatório de Gestão – 2012):

DELEGACIA	AGÊNCIAS
DRF/FORTALEZA	Maranguape, Baturité, Quixadá, Quixeramobim, Aracati, Caucaia, Russas, Itapipoca
DRF/SOBRAL	Ipu, Ubajara, Acaraú, Camocim, Crateús
DRF/JUAZEIRO DO NORTE	Senador Pompeu(*), Crato, Iguatu, Icó
DRF/TERESINA	Campo Maior, Parnaíba, Piripiri
DRF/FLORIANO	Bom Jesus, Oeiras, Picos São Raimundo Nonato
DRF/SÃO LUIS	Bacabal, Caxias, Chapadinha, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra, Santa Inês
DRF/IMPERATRIZ	Balsas, Carolina

(*) Extinta pela Portaria RFB nº 89/2013, que criou a ARF/Brejo Santo, sob a jurisdição da DRF/Juazeiro do Norte, e a ARF/Horizonte, sob a jurisdição da DRF/Fortaleza.

Organograma da SRRF03:



Unidades Descentralizadas

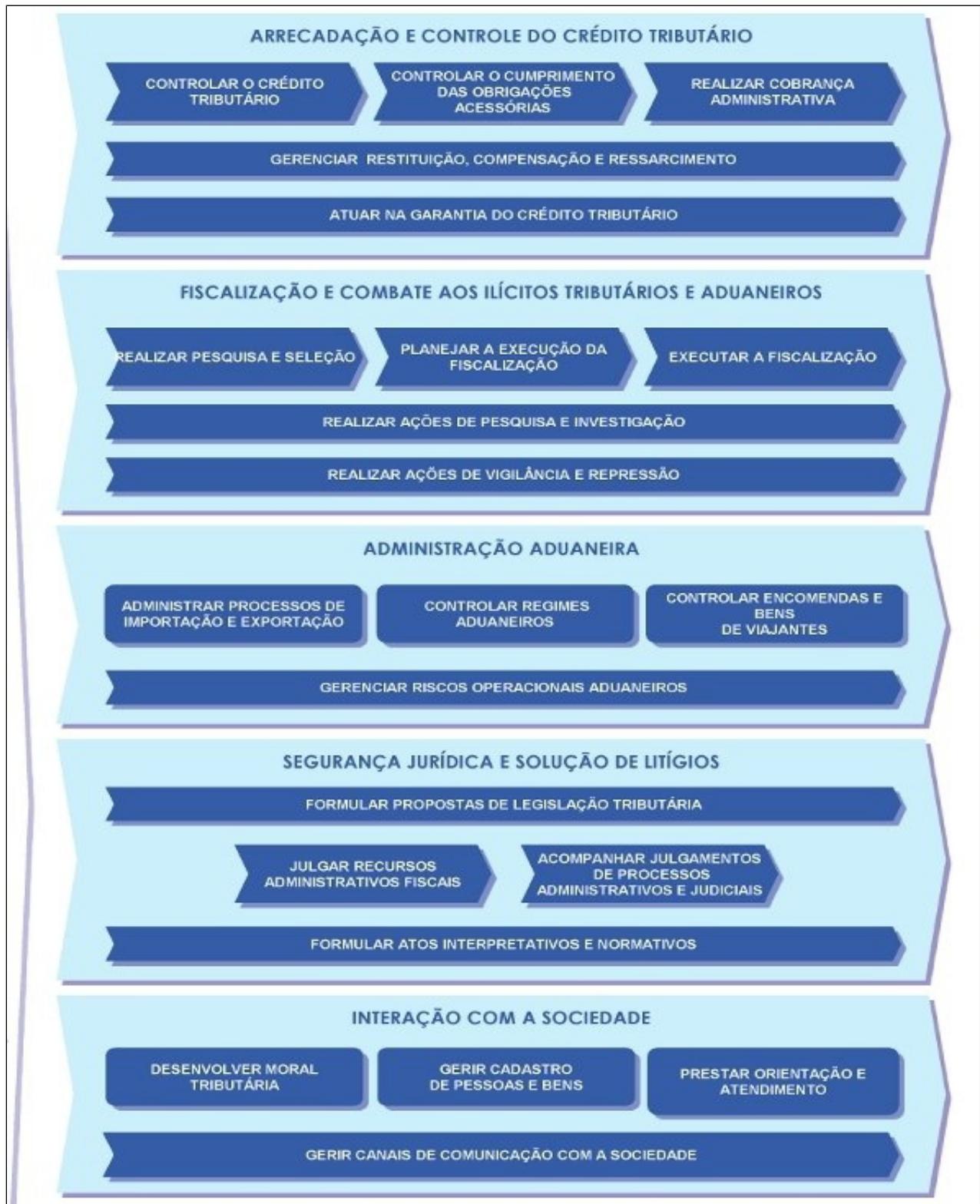


1ª RF	Distrito Federal Goiás Mato Grosso Mato Grosso do Sul Tocantins	5ª RF	Bahia Sergipe
2ª RF	Acre Amapá Amazonas Pará Rondônia Roraima	6ª RF	Minas Gerais
3ª RF	Ceará Maranhão Piauí	7ª RF	Espírito Santo Rio de Janeiro
4ª RF	Alagoas Paraíba Pernambuco Rio Grande do Norte	8ª RF	São Paulo
		9ª RF	Paraná Santa Catarina
		10ª RF	Rio Grande do Sul

Unidades Descentralizadas da RFB na 3ª Região Fiscal

Tipo	SRRF	DRF	ALF	ARF
Quantidade	1	7	4	34

1.4 - Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada



1.4.1 - Macroprocesso Arrecadação e Controle do Crédito Tributário



a) Controlar o crédito tributário

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar a arrecadação dos créditos declarados e lançados de ofício;
- Dimensionar a arrecadação potencial;
- Realizar análises da performance da arrecadação de tributos, considerando-se a arrecadação prevista, a potencial e a efetiva;
- Controlar o crédito tributário em todas as fases, desde sua constituição até sua realização, garantindo agilidade de tramitação em todo o ciclo (envolvendo arrecadação, cobrança, parcelamento, contencioso administrativo e judicial); e
- Controlar de forma integrada todos os créditos do contribuinte com a finalidade de atuar na garantia do crédito.

Arrecadação:

Em 2012 foram arrecadados R\$ 1,0 trilhão (um trilhão de reais) em pouco mais de 264 milhões de documentos de arrecadação, utilizados para extinção dos créditos tributários, resultantes do processamento de cerca de 11,3 milhões de declarações (DCTF). A Rede Arrecadadora manteve-se em 2012 com 28 instituições financeiras.

Redução dos custos com a Rede Arrecadadora:

Em dezembro de 2012 as tarifas pagas aos agentes arrecadadores foram unificadas e reduzidas para R\$ 0,40 (quarenta centavos) por documento de arrecadação. Esta redução permitirá uma economia anual estimada em cerca de R\$162 milhões.

Darf Numerado:

Em abril de 2012, iniciou-se a arrecadação com novo padrão de código de barras no Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf). Nesse novo padrão, o documento de arrecadação recebe um número no momento de sua

geração/impressão. Tal padrão permitirá ampliar a utilização do código de barras no Darf, reduzindo custos e erros de digitação.

b) Controlar o cumprimento das obrigações acessórias

Descrição sucinta das principais atividades:

- Proceder ao controle da obrigatoriedade das entregas das declarações.

Foi implementado no ano de 2012 o Programa de Omissos Pessoa Física, no qual foram identificados e intimados por meio de processamento eletrônico os contribuintes obrigados à entrega de Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física, que incidiram em um dos critérios de obrigatoriedade de entrega, tais como auferimento de rendimentos tributáveis acima do limite, operações em renda variável, entre outros.

c) Realizar cobrança administrativa

Descrição sucinta das principais atividades:

- Efetuar a cobrança administrativa dos débitos declarados pelo contribuinte e lançados de ofício sem o respectivo pagamento, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;

- Efetuar a cobrança e rescisão dos parcelamentos inadimplentes, e proceder o encaminhamento para inscrição em Dívida Ativa da União;

- Validar as hipóteses de suspensão da exigibilidade do crédito tributário informadas pelo contribuinte; e

- Proceder a análise de emissão de pedidos de Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de débitos, e inscrição no Cadastro de Inadimplentes (CADIN).

-Foram cobrados neste ano, nos meses de janeiro a outubro/2012, 1,53 milhões de Pessoas Jurídicas devedoras de tributos não previdenciários, totalizando R\$ 19,8 bi de créditos em cobrança;

-Do total cobrado neste ano, foram recebidos em espécie R\$ 395 milhões (1,75% do total cobrado), foram parcelados R\$ 706,8 milhões (3,13%) e extintos por compensação R\$ 161,3 milhões (0,72%), totalizando R\$ 1.26 bilhões de créditos recuperados (5,60% do total de crédito tributário cobrado);

-Para os débitos previdenciários de Pessoas Jurídicas, foram emitidas 79.122 cartas de cobrança (Intimação para Pagamento - "IP"), para contribuintes inadimplentes no período de janeiro a novembro/2012. Do total cobrado, foram obtidos os seguintes resultados: R\$ 115 milhões mil em pagamentos; R\$ 203 milhões em parcelamentos; e R\$ 8.9 milhões mil foram objeto de retificação;

-Na área de parcelamento não previdenciários, houve a implementação da exclusão mensal automática dos contribuintes inadimplentes e encaminhamento automático desses débitos para inscrição em Dívida Ativa da União;

-De forma a evitar ilícito tributário na suspensão indevida na exigibilidade do crédito tributário por medida judicial, houve forte atuação no enfrentamento às fraudes com títulos da dívida pública, exercendo papel de liderança, juntamente com os demais órgãos de Estado, como a PGFN, STN e MPF e Judiciário, para identificar e combater este tipo de fraude contra o erário público; e

-Foi desenvolvido, em parceria com o Ministério da Previdência e o INSS, o sistema Malha para a Declaração de Contribuições Previdenciárias (GFIP), que visa identificar fraudes relacionadas a retificação de valores, concessão de benefícios indevidos e reduções indevidas do número de vínculos empregatícios. Da mesma forma está sendo implantado no final deste mês o programa malha Declaração de Débitos da Pessoa Jurídica (DCTF), que visa identificar a omissão de informações e fraudes tributárias.

d) Gerenciar restituição, compensação e ressarcimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Recepcionar, tratar, analisar e decidir pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso e declarações de compensação;
- Cobrar os débitos indevidamente compensados; e
- Pagar restituições e ressarcimentos deferidos, efetuando previamente a compensação de ofício caso o sujeito passivo tenha débitos no âmbito da RFB ou PGFN.

No ano de 2012 foram recepcionados 1.046.038 PER/DOMP, sendo 632.870 declarações de compensação, 307.962 pedidos de restituição, 63.505 pedidos de ressarcimento e 41.701 pedidos de cancelamento, envolvendo créditos de aproximadamente R\$ 74 bilhões.

Foram transmitidos, ainda, 185.479 pedidos de restituição de contribuição previdenciária e de reembolso.

No ano de 2012, foram emitidas 262.755 comunicações eletrônicas pelo Sistema de Controle de Créditos e Compensações – SCC, sendo 97.466 intimações (em razão de incorreções ou inconsistências detectadas nos PER/DOMP ou solicitando documentos complementares), 4.219 despachos decisórios de não admissibilidade de canceladora ou retificadora e 161.070 despachos decisórios com apreciação de mérito envolvendo créditos de R\$ 5 bilhões.

No período de janeiro a dezembro de 2012, foram encaminhados de forma eletrônica para pagamento 78.677 processos de restituição ou ressarcimento, contabilizando aproximadamente R\$ 1 bilhão. Do total de processos, 78,81% foi efetivamente creditado, o que corresponde a 62.010

processos, totalizando R\$ 964 milhões. Foi devolvido pelo motivo domicílio bancário inválido, um total de 41.193 processos, correspondendo a cerca de R\$ 53,3 milhões.

Houve o encaminhamento à rede bancária de R\$ 12,7 bilhões para pagamento de restituição de 11 milhões de pessoas físicas referente a imposto de renda retido ou recolhido a maior.

e) Atuar na garantia do crédito tributário

Descrição sucinta do processo de trabalho:

- Cadastrar e controlar bens e direitos de contribuintes e responsáveis, para fins de garantia do crédito tributário;
- Monitorar bens e patrimônio dos contribuintes inadimplentes tanto do lançamento de ofício quanto dos créditos declarados; e
- Atuar para bloqueio judicial de vendas de bens de devedores, inclusive com propositura de medidas cautelares fiscais, com fins de garantia do crédito e efetividade da arrecadação.

Iniciativas de natureza normativa e de orientação:

-Publicação da 1^a etapa do material: “perguntas e respostas”, com enfoque didático às questões formuladas pelas unidades descentralizadas da RFB, com o objetivo de padronizar os procedimentos afetos às medidas cautelares fiscais e procedimentos afetos ao arrolamento de bens; e

-Seminário Nacional, com a participação da PGFN - objetivando disseminar os novos conceitos legais e operacionais de controle de bens, os novos sistemas e sobretudo, e principalmente voltado à sensibilização dos Servidores para criação de nova cultura do processo de garantia do crédito tributário na instituição.

Iniciativas de ordem operacional:

-disponibilização de listas - com os créditos tributários dos sujeitos passivos – às unidades descentralizadas, para a realização do arrolamento de bens;

-homologação de novas funcionalidades no sistema de controle da garantia , COMPROVI, de gestão da Sufis; e

-disponibilização de sistema informatizado - para levantamento e identificação do passivo tributário do contribuinte - Contagil, de gestão a cargo da Sufis.

Iniciativas de natureza gerencial:

-criação do Índice de Garantia do Crédito Garantido (IGT), que medirá a relação entre montante de bens arrolados e passivo tributário a ser garantido.

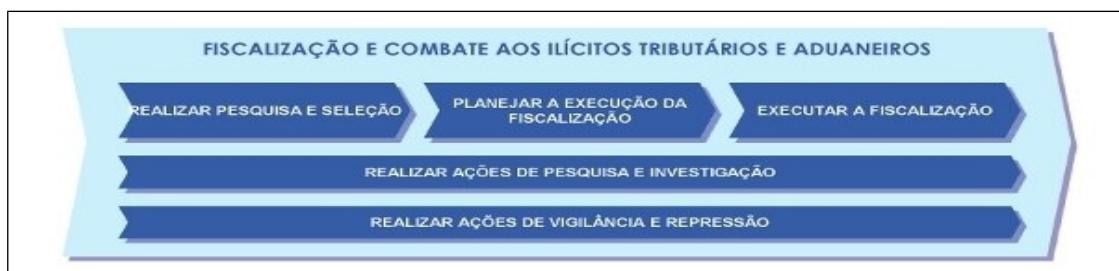
Como consequência das iniciativas mencionadas, observa-se fortalecimento das medidas para garantia do crédito tributário e que houve aumento do IGT do inicio para final do ano de 2012, e basicamente houve superação da meta proposta por todas regiões fiscais, conforme tabela 1:

Região Fiscal	ICTG - 1º trim/2012	ICTG – 2º trim/2012 (*)	TOTAL DÉBITOS	Arrolamentos até 30/09/2012 (em R\$)	ICTG – 3º trim/2012 (*)	META	
						2012	
1 ^a	8,4%	13,5%	11.388.243.757,61	1.971.635.014,80	17,3%	11,4%	
2 ^a	2,1%	2,2%	10.388.685.449,02	267.720.025,70	2,6%	5,1%	
3 ^a	1,0%	1,2%	5.708.067.695,43	70.255.038,00	1,2%	2,1%	
4 ^a	2,1%	2,4%	9.107.801.116,06	837.311.175,70	9,2%	4,0%	
5 ^a	3,4%	4,6%	13.137.216.613,83	617.068.661,70	4,7%	6,4%	
6 ^a	4,8%	6,6%	23.076.111.393,08	1.586.944.969,60	6,9%	7,0%	
7 ^a	4,1%	4,3%	56.795.473.662,37	2.506.748.301,30	4,4%	7,1%	
8 ^a	5,4%	7,2%	182.579.887.582,03	13.773.181.331,90	7,5%	6,4%	
9 ^a	7,0%	13,5%	19.764.892.770,20	3.004.970.338,10	15,2%	10,0%	
10 ^a	7,9%	9,5%	10.915.386.095,01	1.154.890.224,10	10,6%	10,9%	
Brasil	5,1%	6,8%	342.861.766.134,64	25.790.725.080,90	7,5%	6,9%	
Indicador = Arrolamentos já realizados /Total Débitos							
(*) Para fins de comparação, foi considerado o total de débitos inicialmente levantados em janeiro/2012							

Também se observa que houve aumento expressivo dos valores de bens arrolados ao longo do ano de 2012, em comparação com o ano anterior, conforme tabela 2, demonstrando expectativa de consolidação para o ano de 2013.

Bens Arrolados – Acumulado (em reais)			
Região Fiscal	Até 2011	Até 2012	Variação (%)
1 ^a	1.243.719.184,20	2.085.627.836,30	67,7
2 ^a	199.940.374,10	274.567.633,00	37,3
3 ^a	57.627.924,60	284.090.599,90	393,0
4 ^a	192.565.636,50	841.984.435,40	337,2
5 ^a	358.853.299,70	955.939.989,90	166,4
6 ^a	1.103.698.243,70	1.844.102.739,20	67,1
7 ^a	2.095.164.829,20	2.563.068.740,90	22,3
8 ^a	11.528.512.861,50	14.710.845.678,00	27,6
9 ^a	1.653.748.227,40	3.527.408.422,20	113,3
10 ^a	893.394.998,60	1.206.638.894,00	35,1
Brasil	19.327.225.579,50	28.294.274.968,80	46,4

1.4.2 - Macroprocesso Fiscalização e Combate aos Ilícitos Tributários e Aduaneiros



a) Realizar pesquisa e seleção

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar estudos sobre operações evasivas e sobre elisão fiscal;
- Realizar estudos para subsidiar a seleção de contribuintes;
- Realizar pesquisa e seleção de operadores econômicos aduaneiros (despachantes, depositários, transportadores etc) a serem fiscalizados;
- Elaborar dossiês de contribuintes para subsidiar as fiscalizações;

- Realizar estudos sobre o impacto da fiscalização no cumprimento espontâneo das obrigações tributárias;
- Monitorar grandes contribuintes;
- Monitorar segmentos econômicos;
- Realizar pesquisa de contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior); e
- Selecionar contribuintes a serem fiscalizados (tributos internos e operações de comércio exterior).

Escopo: todas as etapas do processo de pesquisa e seleção dos contribuintes a serem fiscalizados, aplicando os princípios da razoabilidade, da objetividade e da imparcialidade.

A avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma.

A primeira avaliação refere-se à soma da quantidade de dossiês provisórios cadastrados em relação à meta anual de seleção. A meta anual de seleção é calculada a partir da meta de sujeitos passivos a serem fiscalizados, a qual parte da hora média prevista para os procedimentos de fiscalização correspondente aos respectivos contribuintes.

Os contribuintes que integram a avaliação são os seguintes:

- Pessoas Jurídicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Jurídicas de médio porte;
- Demais Pessoas Jurídicas;
- Pessoas Físicas sujeitas a acompanhamento econômico tributário diferenciado;
- Pessoas Físicas com elevada capacidade contributiva; e
- Demais Pessoas Físicas.

A segunda avaliação afere o total de procedimentos de fiscalização de seleção interna encerrados com resultado, em relação ao total de procedimentos de fiscalização cuja motivação foi seleção interna, encerrados com exame no período.

Para o ano de 2012, a meta definida foi 85%, alcançando o resultado de 80,19%, representando 94,4% da meta estipulada.

Em 2012, foi realizada oficina de âmbito nacional para disseminar conhecimento para as equipes de pesquisa e seleção da área aduaneira, visando a mitigar as diferenças de estrutura entre as diferentes regiões fiscais do país, apontadas por levantamento prévio.

b) Planejar a execução da fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar, acompanhar e avaliar a revisão de declarações;
- Planejar, acompanhar e avaliar as fiscalizações; e
- Monitorar o grau de aderência do crédito tributário lançado.

Escopo: todas as etapas do processo de planejamento da execução dos dossiês dos contribuintes a serem fiscalizados.

Parte da avaliação desse processo se dá por meio do '*Indicador Global de Desempenho da Seleção – IGDS*', resultado da soma de duas avaliações com ponderação de 50% para cada uma. A avaliação desse indicador já consta do Processo 1 Realizar pesquisa e seleção.

A outra parte, relacionada ao planejamento, acompanhamento e ao monitoramento do grau de aderência do crédito tributário lançado é feita por meio do '*Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes - IGAM*', que mede a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas, por meio da seguinte fórmula:(0,25 x Indicador de Distorções da Arrecadação IDA) + (0,35 x Indicador do Setor Econômico ISE) + (0,40 x Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT). Permitindo a visão integral do acompanhamento dos maiores contribuintes, pois, o indicador principal (IGAM), abarca todas as vertentes da referida atividade por meio de três indicadores auxiliares, relativos a: análise das distorções de arrecadação das receitas administradas pela RFB (IDA), solução prioritária das demandas e pendências dos contribuintes diferenciados (IPT) e exame do potencial econômico-tributário dos contribuintes diferenciados (ISE). O IPT está com seu cumprimento em 99,2% pelas RF, o IDA em 100% e o ISE em 98,36%, portanto, apresentando resultados satisfatórios.

Em 2012, a Receita Federal elaborou o Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira do ano 2013 – PNFA 2013. Nesse plano, publicado através da Portaria Coana nº 62/2012, foram aprovadas as metas a serem executadas pela fiscalização, o número de horas dedicadas à fiscalização pelos Auditores-Fiscais e a definição dos indicadores de gestão, em especial o novo indicador estratégico “Indicador Global da Fiscalização”- IGA-, dentre outros.

O acompanhamento das fiscalizações foi feito através de relatórios, que são compostos, dentre outros, dos seguintes dados: Quantidade de fiscalizações executadas, e quantas desta com resultado, em comparação com a meta estabelecida para o período; Valores lançados (créditos e apreensões); Análise do Grau de Eficácia da Seleção; Tempo médio das fiscalizações, em dias; Análise do preenchimento das horas no RHAf; Média das horas despendidas por tipo de operação fiscal e por grupo de operação fiscal.

c) Executar a fiscalização

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a revisão de declarações;
- Realizar fiscalizações;
- Realizar diligências;
- Lavrar autos de infração;
- Expedir notificações de lançamento;
- Arrolar bens dos contribuintes;
- Propor medida cautelar fiscal;
- Elaborar representação fiscal para fins penais; e
- Aplicar regimes especiais de fiscalização.

Escopo: todos os subprocessos que englobam a execução da fiscalização de todos os contribuintes, inclusive os processos de revisão das declarações.

A avaliação desse processo é realizada por meio do ***'Indicador Global da Fiscalização – IGF'***, resultado da soma de três indicadores e suas respectivas ponderações:

•***Indicador de Desempenho da Fiscalização -IDF***, estabelecido em percentual de quantidade de procedimentos de fiscalização e de revisão de declarações realizados, multiplicados pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração, em relação às metas anuais estabelecidas para as fiscalizações e revisões de declarações, multiplicadas pelas horas médias de cada tipo de sujeito passivo e de cada tipo de declaração. (**Peso 70%**);

•***Indicador do Crédito Tributário - ICT***, refere-se ao crédito tributário lançado no período, em relação à meta anual, composta pela média do crédito tributário lançado no triênio anterior, acrescida de dez por cento. (**Peso 5%**); e

•***Indicador de Presença Fiscal - IPF***, afere a quantidade de procedimentos fiscais por espécie (ação fiscal e diligências) considerando os diversos tipos de contribuinte (Pessoas Jurídicas Diferenciadas, Médio Porte, Demais Pessoas Jurídicas, Pessoas Físicas e Revisão de Malha). (**Peso 25%**).

Para o ano de 2012 a meta definida foi 100%, alcançando o resultado de 85,60%, com alcance desdobrado de 81,7% para o IDF; 110,3% para o ICT e 91,9% para o IPC.

No ano de 2012, destaca-se o recorde de lançamento de crédito tributário no valor de R\$ 115,8 bilhões, superando em 10,3% a meta estabelecida, em função do aprimoramento do processo de seleção dos contribuintes a serem fiscalizados.

No âmbito da fiscalização aduaneira em Zona Secundária, foram concluídas 1.015 ações fiscais em 2012, contemplando operações nas áreas de renúncia fiscal, combate a fraude, revisão aduaneira, importação e exportação irregulares e auditoria de intervenientes. Quase 90% dessas ações foram concluídas com resultado, gerando créditos (créditos tributários + apreensões de mercadorias) em 2012 da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

d) Realizar ações de pesquisa e investigação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar pesquisa e investigação sobre fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e investigação no combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, inclusive em parceria com outros órgãos;
- Executar ações especializadas de inteligência;
- Realizar investigações no âmbito criminal em parceria com outros órgãos nas áreas de interesse da RFB e em função de parcerias estratégicas;
- Prospectar e desenvolver soluções tecnológicas para uso nas ações de pesquisa e investigação;
- Representar a RFB junto aos órgãos nacionais e internacionais de inteligência;
- Prestar assessoramento estratégico aos gestores da RFB; e
- Executar atividades de contrainteligência no âmbito da COPEI.

A RFB possui ampla estrutura administrativa, operacional, base de dados e recursos tecnológicos cujo emprego volta-se legalmente ao foco tributário e aduaneiro, resultando em caráter incidental, mas não menos importante, o combate aos crimes contra a ordem tributária, às fraudes aduaneiras, à corrupção e à lavagem de dinheiro. Partindo de um contexto em que tais ilícitos são comumente praticados por grandes grupos criminosos, observa-se que a RFB desempenha nos dias atuais um papel importantíssimo no esforço do Estado para combater o crime organizado, convindo aqui destacar o perfeito alinhamento da instituição com a estratégia do Governo Federal de investir na criação e na otimização de áreas de inteligência dos diversos órgãos empenhados em tal missão.

A Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação- Copei - é a unidade de inteligência da RFB, figurando como responsável pela realização de ações de Pesquisa e Investigação destinadas:

I. à produção de conhecimentos de inteligência fiscal para as unidades administrativas da RFB e para outros órgãos e entidades públicas atuantes no combate à criminalidade organizada, assim como para assessorar o processo decisório da instituição, fornecendo subsídios ao planejamento, à execução e ao aperfeiçoamento de suas atividades próprias;

II. ao combate a crimes, fraudes e ilícitos tributários e aduaneiros, à lavagem e ocultação de bens, direitos e valores, e a qualquer outro ilícito praticado contra a administração pública federal, ou em detrimento da fazenda nacional, inclusive aqueles que concorram para sua consumação;

III. ao desenvolvimento de trabalhos integrados com órgãos de investigação e de persecução criminal visando coibir a prática dos crimes, fraudes e ilícitos elencados no item anterior.

No ano de 2012, a Copei conduziu suas ações de maneira alinhada aos objetivos estratégicos institucionais, atuando cada vez mais de forma transversal, com conhecimentos produzidos sem uma destinação única, mas sendo difundidos para diversas áreas da instituição, tais como fiscalização de tributos internos e aduaneiros, controle aduaneiro, repressão, arrecadação, cobrança, correição, cadastro, etc. Esta forma de atuação gera os mais diversos resultados para a instituição, dentre os quais podemos destacar:

- Em decorrência das investigações realizadas pela Copei e dos conhecimentos de inteligência produzidos e encaminhados às unidades administrativas da Receita Federal, foram constituídos créditos tributários que alcançam a cifra de R\$ 8,60 bilhões de reais em procedimentos fiscais sobre tributos internos e aduaneiros;
- Em 2012 foram realizados procedimentos fiscais em decorrência de ações de pesquisa e investigação que apontaram indícios de interesse fiscal em 525 contribuintes;
- Durante o ano foram realizadas inúmeras operações de repressão ao contrabando e ao descaminho com o apoio de ações de pesquisa e investigação. Nessas operações, as mercadorias apreendidas alcançaram a cifra de aproximadamente R\$ 100 milhões, número que pode ser considerado satisfatório no contexto dos resultados atingidos ao longo dos últimos anos;
- A partir de solicitações das Delegacias da Receita Federal, ao se depararem com casos complexos de interposição fraudulenta, ações de pesquisa e investigação possibilitaram a identificação dos reais grupos econômicos responsáveis pelas dívidas tributárias, em regra já existentes, assim como o patrimônio colocado em nome de terceiros, tornando efetivo o lançamento tributário planejado pelas DRF e a execução das dívidas já existentes. Dentre os diversos resultados obtidos, destaca-se o reconhecimento pela Justiça Federal, a partir de relatório de Inteligência Fiscal, de um grupo econômico com atuação em diversas unidades da federação, principalmente Pernambuco, São Paulo e Rio Grande do Sul e com uma dívida bilionária junto à Fazenda Nacional. A Justiça determinou a indisponibilidade dos bens das pessoas físicas e jurídicas envolvidas neste esquema até o montante de R\$ 500 milhões.

Foi um ano marcado por um cenário de crise econômica mundial, restrições orçamentárias e movimentos paredistas, não apenas na RFB, mas também em órgãos parceiros. Estes últimos merecem atenção especial pois, dada a característica de nosso processo finalístico, calcado em parcerias com órgãos externos, provocaram a necessidade de ajustarmos nossa atuação com o adiamento de diversas ações planejadas para o ano. Ainda assim, no ano 2012 a atividade de pesquisa e investigação resultou em 20 operações de impacto, contabilizando-se aqui apenas as ações com expressiva exposição na mídia.

Em tais operações, foram cumpridos 370 mandados de busca e apreensão e realizadas 140 prisões temporárias ou preventivas, números que ajudam a consolidar nossa forma de atuação em alinhamento com a estratégia organizacional de elevar a percepção de risco e a presença fiscal também por meio do desenvolvimento de ações de combate ao crime organizado.

A realização de investigações integradas e intercâmbio de informações de Inteligência com o Departamento de Polícia Federal e organismos policiais e aduaneiros internacionais, em 2012, nos possibilitou também a apreensão de cerca de 12 toneladas de cocaína no Brasil e em outros países.

Um dado relevante, que corrobora a consolidação do modelo de realização das ações de Pesquisa e Investigação, calcado na execução de trabalhos em regime de “força tarefa” com outros órgãos públicos, são as condenações obtidas. Há registros de 40 condenações em 1ª Instância em 2012, referentes a operações deflagradas entre 2003 e 2008, verificando-se desde 2009 um certo aumento das condenações decorrentes das investigações realizadas com a participação da Receita Federal, o que eleva significativamente a percepção de risco por parte dos contribuintes.

Em um ano marcado pela comemorada reformulação da Lei de Lavagem de Dinheiro, conduzimos diversas iniciativas na intenção de marcar a firme posição da RFB em reforçar a atuação do Estado brasileiro na prevenção e combate a tão danoso crime.

Demos início à implantação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro na RFB, fruto de acordo assinado entre a instituição e Secretaria Nacional de Justiça- SNJ. A implantação desta estrutura, voltada para a utilização de modernas soluções tecnológicas na investigação de crimes de lavagem de dinheiro e corrupção, trará excepcional ganho na capacidade investigativa da Receita Federal, proporcionando resultados mais rápidos e efetivos nas investigações e fiscalizações que realiza.

Homologamos o treinamento, modalidade EaD, em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB, mecanismo que permitirá o aumento da capacidade da RFB de transmitir a seus servidores o conhecimento básico necessário para que atuem na luta contra tal crime e delitos conexos.

Iniciamos também o Projeto SGRLD - Sistemática de Gerenciamento de Riscos em Lavagem de Dinheiro, que tem como escopo a definição de sistemática (rotinas, procedimentos e sistemas informatizados) voltada à identificação, avaliação, alerta e tratamento de situações de risco da ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, as quais possam ser observadas no curso das atividades rotineiras da RFB.

Ainda num ano em que o tema “Lavagem de Dinheiro” esteve bastante presente na RFB, fomos distinguidos pela ENCCLA - Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro com a autorização para utilização, em nossos treinamentos na área, do selo de qualidade daquela organização. Tal distinção foi fruto do reconhecimento do trabalho que temos realizado no âmbito do programa de capacitação em Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro da RFB.

No campo da cooperação internacional, conduzimos um projeto de assistência técnica ao Serviço de Rendas Interna do Equador – SRI, com a intermediação do CIAT, visando à construção de um

modelo de Inteligência Fiscal naquele país. Na mesma linha de atuação, prestamos assessoria técnica à Direção Geral de Impostos Internos – DGII de El Salvador, consolidando a atividade de Inteligência Fiscal brasileira como referência na América Latina.

Realizamos diversas iniciativas voltadas ao desenvolvimento de uma cultura de segurança no âmbito da RFB, tais como a retomada da campanha de divulgação de seu Manual de Segurança Institucional, a atualização e realização do treinamento EAD no tema, inclusive para novos integrantes da Carreira AFRFB, assim como a capacitação de servidores para atuarem como tutores e/ou multiplicadores.

Todos os resultados apresentados são decorrentes de uma atuação pautada no alinhamento da Copei com os objetivos institucionais, assim como no máximo aproveitamento do comprometimento e da excelência técnica de seu corpo funcional, assim como da dedicação de seus gestores.

e) Realizar Ações de Vigilância e Repressão

Descrição sucinta das principais atividades:

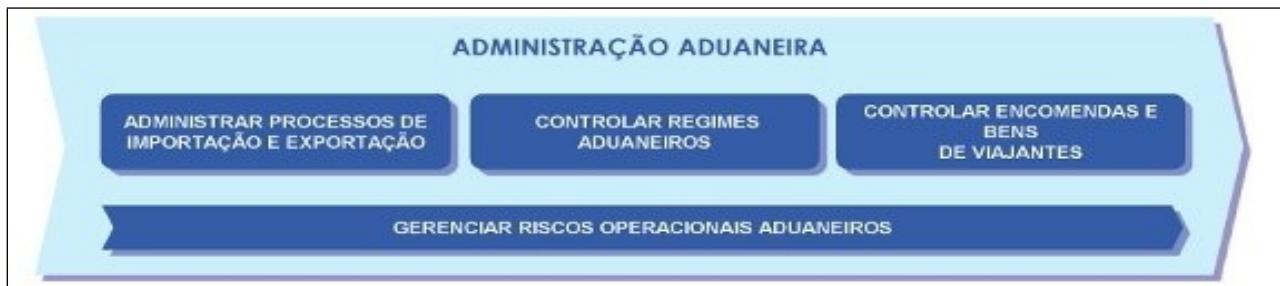
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho;
- Realizar Operações de Repressão ao contrabando e descaminho em parceria com outros órgãos;
- Realizar pesquisa e seleção de alvos; e
- Monitorar Recintos Alfandegados de zona primária e secundária, zonas de vigilância aduaneira e zonas primárias.

Ao longo do ano de 2012, a Receita Federal realizou 2.680 ações de vigilância e repressão, algumas contaram com a participação de outros órgãos, tais como: Inmetro, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Exército Brasileiro, dentre outros, em ações conjuntas ou sendo apoiadas por eles.

Importante também ressaltar que a RFB implementou diversas iniciativas voltadas a aprimorar e estruturar a atividade de vigilância e repressão em 2012. Merecem destaque aquelas relacionadas com o Projeto Armamento Institucional, envolvendo treinamento e cautela de pistola em calibre .40 e equipamento não letal para os servidores da atividade; a construção de Reservas de Armamento; o desenvolvimento do Projeto Cães de Faro; a renovação da frota de veículos; as aquisições de coletes balísticos; e o Projeto de Aquisição e Instalação de Equipamentos de Detecção - tendo sido elaborada estratégia de instalação de equipamento para inspeção não invasiva de contêineres para os pontos de fronteira terrestre.

No ano de 2012, a apreensão total de mercadorias resultante da atuação de RFB nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem) bateu os recordes históricos e somou R\$ 2,02 bilhões.

1.4.3 - Macroprocesso Administração Aduaneira



a) Administrar processos de importação e exportação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o despacho aduaneiro de importação e exportação;
- Realizar despacho de internação (ZFM);
- Gerir canais de conferência de operadores de comércio exterior;
- Executar e controlar as políticas para operações de importação e exportação;
- Realizar o controle de cargas; e
- Realizar habilitação dos intervenientes no comércio exterior.

A Receita Federal do Brasil, em relação ao processo “Administrar processos de importação e exportação”, desembaraçou 3,67 milhões de Declarações de importação e exportação.

Diversas ações visando a melhoria do processo foram desenvolvidas, dentre elas podem ser destacadas as iniciativas de mapeamento dos processos, disponibilização na internet dos Manuais de Importação e Exportação para o público externo e atualizações nos manuais internos. Esses Manuais têm como objetivo uniformizar procedimentos e orientar os importadores e exportadores nas atividades relativas ao despacho, sendo útil também aos transportadores, depositários e demais intervenientes. Implementou também o exame de qualificação técnica para Despachantes Aduaneiros (previsto no RA, art. 810, § 1º, inciso VI). Como consequência dessas ações, espera-se redução de erros por parte dos intervenientes e maior eficiência nos procedimentos aduaneiros relacionados ao despacho.

Efetuou melhorias no SISCOMEX, sistema utilizado para processar a importação e exportação, com a disponibilização do sistema na plataforma Web aos operadores de comércio exterior, proporcionando mais facilidade e comodidade em sua utilização, e a criação do Cadastro Aduaneiro de Intervenientes no Comércio Exterior - Módulo de Despachantes e Ajudantes de Despachantes.

Elaborou integralmente e publicou atos normativos associados ao despacho, dentre ele destacam-se as instruções normativas que dispõem sobre a descarga direta e o despacho aduaneiro de importação de mercadoria transportada a granel e sobre procedimentos de habilitação prévia de importadores, exportadores e internadores da Zona Franca de Manaus para operação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e de credenciamento de seus representantes para a prática de atividades relacionadas ao despacho aduaneiro.

b) Controlar regimes aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o controle de regimes aduaneiros.

Ao longo do ano de 2012, a RFB empenhou esforços para mapear os processos dos regimes aduaneiros com vistas ao seu aprimoramento. No caso do regime Admissão Temporária, por exemplo, iniciou-se a concepção de um novo modelo que contempla as necessidades de controle aduaneiro e fluidez do processo, combinadas com os aperfeiçoamentos solicitados pelo setor privado. Como consequência, será publicada uma nova Instrução Normativa em 2013.

Houve melhorias também nas Instruções Normativas referentes ao regimes aduaneiros especiais de exportação e importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e gás natural - Repetro - e de entreposto industrial sob controle informatizado - Recof.

c) Controlar encomendas e bens de viajantes

Descrição sucinta das principais atividades:

- Controlar encomendas e bens de viajantes brasileiros e estrangeiros em trânsito internacional; e
- Controlar remessas postais internacionais.

No âmbito do processo “Controlar encomendas e bens de viajantes”, a RFB fiscalizou 14,4 milhões de remessas postais internacionais e processou 4,7 milhões de volumes de remessas expressas, além de ter controlado os bens de mais de 51 mil passageiros por dia nos aeroportos brasileiros, o que totaliza 18,7 milhões de passageiros no ano de 2012.

Para facilitar a regularização voluntária dos bens pelo viajante, foi lançado o aplicativo “VI-JANTES NO EXTERIOR”, de disponibilização gratuita, para uso em dispositivos móveis.

Iniciou-se o mapeamento dos processos, e projetos importantes foram desenvolvidos durante o ano, dentre eles estão o e-DBV - Declaração eletrônica de Bens e Valores; o novo modelo de controle de bagagem acompanhada e a criação de um novo sistema para controle de remessas postais internacionais.

d) Gerenciar riscos operacionais aduaneiros

Descrição sucinta das principais atividades:

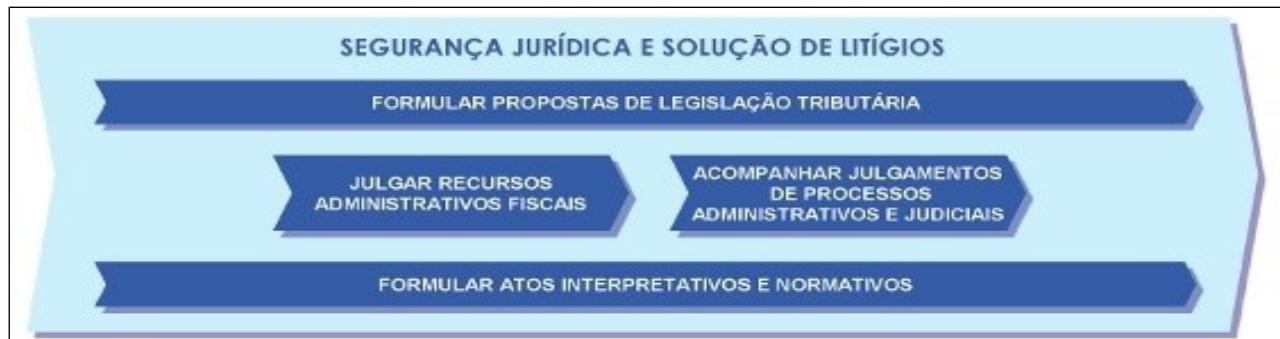
- Gerenciar riscos nas operações aduaneiras;
- Gerenciar riscos na cadeia logística; e
- Gerenciar denúncias e informações externas.

O processo “Gerenciar riscos operacionais aduaneiros” tem vital importância para o desenvolvimento do Comércio Exterior, e a Receita Federal tem focado grandes esforços no seu aprimoramento. Foi implementado o Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros – CERAD, ao qual compete, entre outras, coordenar, orientar e executar estudos e pesquisas com vistas à seleção fiscal aduaneira de zona primária e à determinação de áreas de risco aduaneiro.

Dentre várias ações iniciadas, o CERAD monitorou diversos setores econômicos específicos com elevado grau de risco de ocorrência de práticas irregulares nas operações de importação e exportação, o que possibilitou uma forte atuação da RFB no sentido de reprimir fraudes e combater a concorrência predatória na economia nacional. Ainda houve, por parte do Centro Nacional, intensificação do monitoramento e combate à interposição fraudulenta nas operações de comércio exterior.

A Receita Federal tem aprimorado seus sistemas de análise de riscos, e, ao longo do ano de 2012, deu grande avanço para implementar o Sistema Informatizado de Seleção por Aprendizado de Máquinas – SISAM.

1.4.4 - Macroprocesso Segurança Jurídica e Solução de Litígios



a) Formular propostas de legislação tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar, conforme demanda externa, projetos de lei relacionados ao sistema tributário nacional (tributos internos e tributos de comércio exterior); e
- Propor projetos de lei de interesse da RFB.

Em 2012, foram elaboradas pela Subsecretaria de Tributação e Contencioso da RFB – Sutri, Medidas Provisórias tratando de temas diversos, onde destacamos, a que institui o Programa INO-VAR-AUTO e o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações; a que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; e, a que dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.

A Sutri participou da elaboração de Decretos Legislativos, onde destacamos o que regulamenta o Programa de Inclusão Digital e o que dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes na produção e na comercialização de biodiesel.

Foi encaminhado pelo Ministro da Fazenda para a Casa Civil da Presidência da República o Decreto que aprova o novo Regulamento do Imposto de Renda (RIR). Também já se encontra na Casa Civil da Presidência da República uma atualização do Regulamento Aduaneiro (RA) em fase final de revisão.

Além do novo RIR e do RA, estão sendo atualizados todos os Regulamentos, numa parceria da Coordenação-Geral de Tributação com as Divisões de Tributação das Regiões Fiscais. O Regulamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o Regulamento da Contribuição Previdenciária já estão em exame na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Ainda na RFB, sofrendo as últimas revisões pela Cosit e pelas respectivas Disit responsáveis, encontram-se atualmente o novo Regulamento da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins e a atualização do Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

b) Julgar recursos administrativos fiscais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Julgar recursos administrativos fiscais em primeira instância administrativa e recursos da Lei nº 9.784/1999; e
- Julgar impugnações e manifestações de inconformidade nas DRJ.

No ano de 2012, as DRJ julgaram em torno de 71.000 processos, o que significa uma redução de aproximadamente 21% em comparação com o ano de 2011, quando foram julgados aproximadamente 90.000 processos. Porém, em termos de créditos tributários, foram julgados em 2012 cerca de R\$ 59 bilhões, representando o mesmo montante julgado em 2011, com 85% dos créditos mantidos em 2012, superior aos resultados atingidos em 2011 que foi de 78% dos créditos mantidos.

Foram implantadas em todas as DRJ as ferramentas de *webconference*, possibilitando a realização de sessões de julgamentos não presenciais. Julgadores localizados em cidades distintas poderão participar da mesma sessão de julgamento, conectados por meio desse aplicativo.

E, por fim, em 2012, as DRJ desenvolveram projetos específicos com vistas à melhora do desempenho de suas atividades, bem como, a formalização da melhoria de seus procedimentos. Destacamos o desenvolvimento dos projetos “Triagem das impugnações por assunto” e “Reforma do contencioso administrativo”, gerenciados pelas DRJ Ribeirão Preto e Florianópolis, respectivamente.

c) Acompanhar julgamentos de processos administrativos e judiciais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o julgamento de processos administrativos nas DRJ e no CARF;
- Acompanhar o julgamento de processos judiciais;
- Subsidiar a PGFN na defesa da Fazenda Nacional em processos administrativos e judiciais;
- Acompanhar a jurisprudência do CARF e dos Tribunais Superiores e disseminá-la internamente;
- Identificar interpretações divergentes no contencioso administrativo e propor soluções para a uniformização de entendimento; e
- Identificar assuntos passíveis de serem sumulados pelo CARF.

Foi realizado, em 2012, o acompanhamento dos processos acima de 5 milhões que ainda não tiveram a diligência concluída, com a atualização da situação desses processos e o repasse dessa informação aos Superintendentes de cada região fiscal. Esse acompanhamento permitiu concluir que a maioria dos processos levantados inicialmente tiveram suas diligências concluídas ou que foram adotadas providências necessárias para a conclusão das mesmas.

Também em 2012 foi reestruturada e ampliada a participação da RFB no acompanhamento das sessões de julgamento, mediante a formação de equipes de colaboradores das unidades descentralizadas, inclusive de DRJs, atingindo-se os seguintes resultados:

- I) Acompanhamento de 55 sessões de julgamento (33 das 1^a, 2^a e 3^a Seções do CARF e 22 da CSRF);

II) Cada sessão acompanhada dá origem a um Boletim de Decisões Administrativas publicado na Intranet. Até o mês de novembro de 2012, foram publicados 42 boletins; e

III) Encaminhamento mensal de informações às Regiões Fiscais, acerca dos resultados dos julgamentos dos processos acompanhados no CARF.

Foram também publicados 56 boletins de decisões administrativas (das 3 Seções do CARF e das 3 Turmas da CSRF). Essa divulgação objetiva dar conhecimento da jurisprudência atual do CARF a toda a organização, possibilitando a melhoria dos procedimentos fiscais e da legislação e a implementação de ações necessárias à reversão de entendimentos desfavoráveis à Fazenda Nacional.

Foi realizado levantamento do acervo do CARF por faixa de valores, tributo e por maiores litigantes (processos acima de R\$ 100 milhões). Este trabalho possibilitou a identificação das teses tributárias discutidas pelos grandes litigantes, bem como a localização da concentração dos maiores valores de créditos tributários em litígio, a fase dos processos acima de R\$ 100 milhões e o tempo em cada atividade.

No que se refere ao acompanhamento das matérias judiciais relevantes e da evolução da jurisprudência emanada do Poder Judiciário, tocantes à matéria tributária e aduaneira, destacam-se os seguintes trabalhos:

a) Elaboração e divulgação de boletins de decisões judiciais. Em 2012, 10 boletins de decisões judiciais foram divulgados por correio eletrônico aos interessados e disponibilizados na Intranet da RFB.

b) Envio de matérias para acompanhamento especial no âmbito da PGFN. Foram encaminhados diversos temas à Divisão Nacional de Acompanhamento Especial Judicial e Estratégia de Defesa da PGFN, para avaliação da possibilidade de acompanhamento especial nacional e elaboração de defesa mínima.

c) Atualização e divulgação da relação de Recursos Extraordinários com repercussão geral reconhecida e de Recursos Especiais repetitivos.

d) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Atos Declaratórios da PGFN.

e) Consolidação e divulgação da relação atualizada de Súmulas Vinculantes do STF e das Súmulas aprovadas pelo STJ.

f) Consolidação e atualização da relação de matérias tributárias de interesse da RFB nas quais a PGFN não irá mais contestar/recorrer, por força do disposto nos arts. 1º e 2º da Portaria PGFN nº 294/2010, e que, por força do Parecer PGFN/CDA nº 2.025/2011, que justificam a dispensa de constituição e de cobrança administrativa de créditos por parte da RFB.

g) Envio de subsídios para a defesa da Fazenda Nacional (PGFN) por meio de encaminhamento de informações prestadas em mandados de segurança cadastrados no Sicaj.

h) Levantamentos de Mandados de Segurança no Sicaj para agilização da realização do crédito tributário.

d) Formular atos interpretativos e normativos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Formular, com base na jurisprudência, atos normativos;
- Realizar interpretação da legislação vigente e jurisprudência (para subsidiar a melhoria dos procedimentos); e
- Realizar soluções de consultas.

Destacamos em 2012 a elaboração de mais de 80 Consultas cadastrados no SCI, mais de 1080 atos internos armazenados na Nova Intranet, mais de 1700 atos alimentados no Sijut e a publicação de 3 Pareceres Normativos. Também em 2012, foram respondidas 2.856 consultas pelas 10 Regiões Fiscais da RFB.

Foram também elaboradas diversas Instruções Normativas da RFB, onde destacamos a que dispõe sobre mecanismo de ajuste para fins de comprovação de preços de transferência na exportação; a que dispõe sobre a Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, da Cofins e da Contribuição Previdenciária sobre a Receita (EFD-Contribuições); a que estabelece procedimentos para habilitação ao benefícios fiscais referentes à realização, no Brasil, da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014; e, a que dispõe sobre o despacho aduaneiro de bens procedentes do exterior destinados à Copa das Confederações Fifa 2013 e à Copa do Mundo Fifa 2014.

1.4.5 - Macroprocesso Interação com a Sociedade



a) Desenvolver moral tributária

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de educação fiscal;
- Realizar e estimular ações de desenvolvimento de moral tributária da instituição e da sociedade; e
- Realizar, em parceria com outras instituições, ações de educação fiscal e moral tributária.

Na área de educação fiscal, com o advento da Portaria RFB nº 896, de 05 de abril de 2012, que disciplinou atividades e definiu de diretrizes e público alvo, e, principalmente, institucionalizou o representante da mencionada área (educação fiscal) em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal, observou-se o incremento no número de eventos de educação fiscal: mais de 12.000 eventos em todo o Brasil.

O Concurso Histórias de Trabalho da Receita Federal encontra-se em sua 3^a edição, demonstrou a importância do resgate de nossa história.

b) Gerir cadastro de pessoas e bens

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

No ano de 2012, foi conduzida a consolidação do programa de reestruturação dos Cadastros da RFB.

Os atuais cadastros cumprem a função de identificar e localizar os contribuintes. Da análise de outros modelos internacionais, verificou-se a necessidade de reestruturação dos cadastros para que este, além de identificar e localizar os contribuintes, cumpra as seguintes funções:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação e controle aduaneiro;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias e aduaneiras a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;

- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos tributários, previdenciários e aduaneiros.

Para atingir esse novo modelo cadastral, foi construído o Programa de Integração de Cadastros – CadFisc, que é composto de 8 projetos, todos integrados, visando à revitalização dos cadastros da RFB e fundamentados em três pilares cadastrais, Pessoa Física, Pessoa Jurídica e Imóveis. São eles:

-Pessoa Jurídica:

Novo CNPJ, REDESIM, CNAE e PUC 5 - atributos previdenciários no cadastro PJ;

- Pessoa Física:

Novo CPF e PUC5 - atributos previdenciários no cadastro PF – Cadastro de Atividades Econômicas da Pessoa Física (CAEPF)

- Imóveis:

Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR); Sistema de Gestão de Informações Territoriais do Brasil (SINTER); CAFIR WEB e Coletor do CAFIR; PUC – 5 – Cadastro Nacional de Obras

Todos esses cadastros deverão estar integrados e agregar atributos tributários, previdenciários e Aduaneiros, cumprindo a função de respectivamente ser o cadastro fiscal de pessoas físicas, jurídicas e bens imóveis.

Foram entregues muitos produtos importantes em 2012, e poderia ter entregado mais se não houvesse a forte restrição de ordem orçamentária.

c) Prestar orientação e atendimento

Descrição sucinta das principais atividades:

- Identificar e localizar corretamente pessoas e bens sujeitos e passíveis de tributação;
- Discriminar perfis de contribuintes com indicação das obrigações tributárias a que está sujeito de maneira atualizada e dinâmica;
- Permitir o intercâmbio interno e externo de informações e a retroalimentação das informações dos contribuintes, inclusive com cruzamento de informações de terceiros, garantindo a qualidade da informação ao longo do tempo; e
- Apoiar a administração de riscos.

Em relação ao ano de 2011, verifica-se um importante incremento no volume de atendimento por todos os canais de atendimento da Receita Federal com menor tempo médio de espera, apesar do menor quantitativo de atendentes.

- 19 milhões de atendimentos presenciais, com tempo médio de espera de 11m32s;
- Por meio do Portal e-CAC foram acessados 65,2 milhões de serviços - o atendimento a distância ocorreu de forma satisfatória, destacando-se que a maior parte dos serviços do Portal e-CAC implementados com certificado digital, conferiu mais segurança às transações;
- As instituições conveniadas realizaram mais de 10 milhões de atendimentos de CPF;
- Atendimento telefônico (146) recebeu mais de 8,6 milhões de ligações no ano de 2012; e
- Concomitantemente, vários projetos foram implementados, gerando melhorias na prestação de serviços pela Receita Federal, como, por exemplo:
 - sistema Visão Integrada do Atendimento (VIA);
 - implantação do Atendimento Integrado com a Procuradoria da Fazenda Nacional;
 - nova versão do Sistema de Gerenciamento do Atendimento (SAGA);
 - e a utilização do Sistema Integrado de Atendimento ao Contribuinte (Siscac), agora na plataforma web (Siscac Web); e
 - Outro ponto positivo foi o início do trabalho de melhoria na comunicação com o contribuinte. A publicação do Manual de correspondências será a primeira etapa de um trabalho de efetiva melhoria nessa comunicação.

d) Gerir canais de comunicação com a sociedade

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir ouvidoria;
- Gerir canais de interação com o cidadão; e
- Gerir a comunicação feita por mídia e redes sociais da RFB para a sociedade.

No que se refere ao indicador TME15 (Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos), a média do período indica que 94% dos serviços tiveram tempo médio de espera abaixo de quinze minutos.

Em 2012, o sítio da Receita teve mais de 2,58 bilhões de páginas visitadas, número 4% maior que o registrado em 2011.

Os indicadores do atendimento e da educação fiscal foram atingidos por todas as Regiões Fiscais.

1.5 - Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada



1.5.1 - Macroprocesso Gestão Estratégica, Projetos e Processos



a) Acompanhar a execução da estratégia

Descrição sucinta das principais atividades:

- Acompanhar o desempenho dos objetivos, indicadores e metas estratégicas em todos os níveis da organização; e
- Coordenar e subsidiar as regiões fiscais no desdobramento da estratégia institucional.

Para o acompanhamento da estratégia, o Gabinete da RFB com o apoio da Copav dispõe de um sistema via web, que é o Sistema de Apoio à Gestão Estratégica, SAGE-RFB, que tem como principal objetivo dar efetivo suporte aos procedimentos de gestão estratégica da Instituição e que possibilita o acompanhamento do desempenho dos objetivos estratégicos constantes do Mapa Estratégico da RFB, assim como os respectivos indicadores e metas.

O ciclo de planejamento estratégico da RFB vigente abrange o período de 2012 a 2015 e durante o ano de 2012, o processo “Acompanhar a execução da estratégia” teve a realização de quatro RAE Nacionais – Reuniões de Avaliação Estratégicas Nacionais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e dos superintendentes regionais e tiveram como foco a avaliação dos objetivos estratégicos e dos respectivos indicadores; além destas ocorreram oito RAE-UC, Reuniões de Avaliação Estratégicas das Unidades Centrais, que conta com a presença do secretário da RFB assim como da secretária adjunta, dos subsecretários e tiveram como foco a avaliação dos projetos estratégicos institucionais.

b) Promover Melhorias nos Processos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerenciar e disseminar a metodologia de gestão por processos.

Em relação ao processo "Promover Melhorias nos Processos", vale destacar a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais – Cproc, vinculada à Copav e conhecida como Escritório de Processos, cujo marco inicial é o Regimento Interno da SRFB aprovado pela Portaria MF nº 203, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, com vigência a partir de julho de 2012. A criação do Escritório de Processos é parte de uma iniciativa estratégica institucional, liderada pela Copav e patrocinada pelo Gabinete da RFB, o projeto "Implantação do Escritório de Processos da RFB".

Esta unidade, entre outras atribuições, é responsável por fornecer apoio técnico e metodológico em gestão por processos às unidades da RFB. No ano de 2012, além de iniciativas de sensibilização da organização para este tema, foram realizadas quatro oficinas de mapeamento de processos, que capacitaram, em nível básico, 39 servidores designados pelas Subsecretarias e unidades diretamente vinculadas ao Gabinete do secretário da RFB, objetivando apoiar o desenvolvimento de projetos de melhoria e inovação em processos de trabalho.

Várias iniciativas relacionadas a mapeamento de processos e a projetos de melhoria e inovação em processos estão em andamento, desde o segundo semestre de 2012.

c) Gerir Portfólio de Projetos

Descrição sucinta das principais atividades:

- Priorizar os projetos e/ou iniciativas estratégicas;
- Gerenciar e disseminar a metodologia de gerenciamento de projetos;
- Monitorar periodicamente o andamento dos projetos e/ou iniciativas estratégicas, para subsidiar a avaliação global do portfólio;
- Fazer o acompanhamento periódico com as equipes dos projetos;
- Gerenciar os projetos ou iniciativas estratégicas em conformidade com a metodologia estabelecida; e
- Realizar a execução dos projetos ou iniciativas estratégicas.

Em relação ao processo "Gerir Portfólio de Projetos", salienta-se que a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais. Como novidade do processo de priorização em 2012, além do seguimento das orienta-

ções do Plano Plurianual – PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de ‘cestas’ de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

A partir da priorização foram selecionadas 27 Projetos Estratégicos Institucionais, sendo que três deles foram encerrados ainda em 2012 (Projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet).

Uma iniciativa que se destacou em 2012 foi a migração da carteira de Projetos Estratégicos Institucionais para o Sistema de Gerenciamento de Projetos e Portfólio – Clarity, que ocorreu com a capacitação dos novos usuários, com realização de ‘workshops’ para capacitação dos gerentes e migração dos projetos.

Houve, também, a realização de três turmas de Ensino a Distância – EAD, em Gerenciamento de Projetos, tendo sido capacitados cerca de 320 servidores em todo o Brasil, além de apoio para realização de dois treinamentos similares, um na Secretaria Executiva, ministrado para todo o Ministério da Fazenda com cerca de 100 servidores capacitados, e outro na SRRF07, onde foram capacitados cerca de mais 100 servidores.

Além disso, houve a realização de dois seminários em Gerenciamento de Projetos no ano de 2012, um no mês de Maio e outro em Novembro, com participação de cerca de 100 pessoas em cada evento.

d) Prospectar Inovações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Está disponível na intranet da RFB o ambiente Canal da Inovação, onde o servidor pode conhecer ou compartilhar boas práticas implantadas com sucesso em áreas ou unidades e que poderiam ser disseminadas por toda a organização.

O Canal de Inovação, por meio do ambiente Tempestade de Idéias, ainda em fase de teste, permitirá a captação de idéias inovadoras que possam contribuir para a realização da estratégia organizacional ou que promovam a simplificação e a melhoria dos processos de trabalho. O Espaço de Colaboração disponibiliza uma ferramenta - WikiJur – que possibilita o acesso à legislação produzida na RFB em tempo real. O WikiJur permitirá a anotação, a inserção de comentários, o cadastramento

para produzir minutas de evolução das normas produzidas internamente, Regulamentos Tributários e demais atos infralegais de competência da RFB. No ambiente Colabora pode-se ver o desenvolvimento das idéias nos fóruns de discussão e acesso aos documentos dos Programas e Projetos Estratégicos.

Compõe também o Canal da Inovação o ambiente Desafios para Inovação, um espaço para a prática da inteligência cooperativa para a melhoria de determinado assunto. Nesta página a administração posta um tema e os servidores têm oportunidade de manifestar-se como melhor construir a solução e melhorar o processo de trabalho ou atingir um objetivo estratégico específico.

Premio Criatividade e Inovação – é um prêmio anual destinado a incentivar a criatividade e a inovação na RFB, tem por objetivo reconhecer e valorizar trabalhos apresentados por servidores e empregados do Ministério da Fazenda que se caracterizem pela qualidade técnica, aplicabilidade na implantação de boas práticas de gestão e na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao contribuinte.

1.5.2 - Macroprocesso Gestão Institucional



a) Gerir políticas e diretrizes institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a tomada de decisões institucionais;
- Gerenciar os processos decisórios em todos os âmbitos da RFB; e
- Gerir políticas, diretrizes e regimento interno.

b) Gerir Relações Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar parcerias com entidades nacionais no interesse da RFB;
- Coordenar a solicitação e celebração de convênios para atendimento a solicitações de entidades nacionais;
- Supervisionar a execução dos convênios de parcerias;
- Coordenar o processo de cooperação e integração com as administrações tributárias dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;
- Coordenar a representação da RFB em fóruns nacionais; e
- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

A Receita Federal do Brasil - RFB tem trabalhado para o fortalecimento das relações institucionais entre União, Estados e Municípios. O reconhecimento da importância das ações de cooperação e integração está evidenciado no Mapa Estratégico RFB 2012 – 2015.

A Coordenação-Geral de Cooperação e Integração Fiscal-Cocif, área responsável pelo acompanhamento e orientação dessas ações, tem dado sustentação aos diversos projetos já iniciados com os entes federativos, além de participar, na qualidade de porta-voz da RFB, dos diversos fóruns de discussão que objetivam promover a harmonização tributária e administrativa. Destaca-se a atuação junto ao CONFAZ, com participação em 15 dos 27 Grupos de Trabalho da COTEPE/ICMS.

O Encontro Nacional de Administradores Tributários – Enat, realizado anualmente e coordenado pela RFB, tem-se consolidado como um dos principais eventos de cooperação e integração do País, envolvendo as três esferas de governo.

Em 2012, no âmbito do VIII Enat, várias ações foram negociadas, cabendo destacar a possibilidade de acesso, pelos municípios conveniados, à contabilidade das empresas no Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e a assinatura de protocolo criando Grupo de Trabalho para analisar as principais questões relativas à normatização e à execução da tributação das operações negociadas e executadas por meio virtual e das pessoas envolvidas nestas operações. Foram constituídos 11 grupos de trabalho dos quais 3 foram finalizados.

Ressalte-se, também, a conclusão de protocolo para a implantação do Portal Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim, que reduzirá os entraves burocráticos relacionados ao Processo de Registro de Empresas e Negócios. O Portal Redesim garantirá a entrada única de dados e de documentos. Cabe destacar a construção do Portal do ITR, como facilitador no trabalho de descentralização da fiscalização e da cobrança desse imposto.

O Portal do ITR juntamente com o Repositório Nacional da Nfe-Serviço, esse articulado com a Subchefia de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da Repú-

blica, são importantes vetores na realização do primeiro eixo do Plano '*Municípios Fortes, Brasil Sustentável*' do Governo Federal.

A Cocif tem trabalhado, em articulação com as áreas operacionais da RFB, na racionalização de recursos e procedimentos, com o intuito de facilitar o atendimento de convênios celebrados pela RFB.

Regra geral, os convênios celebrados pela RFB são por tempo indeterminado, mas, como os contratos dos convenentes com o Serpro são por prazo determinado, exigia-se abertura de demanda no SCD - Sistema de Controle de Demandas para que o Serpro continuasse prestando as informações.

Em 2012 este procedimento foi alterado. No caso de simples renovação contratual entre o conveniente e o Serpro, a RFB não mais abrirá demandas.

No 2º semestre de 2012 iniciou-se o trabalho de padronização de fornecimento de informações às administrações tributárias estaduais e municipais, com previsão de conclusão no 1º semestre de 2013.

Sempre com a visão no objetivo estratégico "Fortalecer as relações institucionais", a Cocif faz a interlocução no caso de demandas de órgãos externos nacionais, com convênios celebrados, que envolvam mais de uma área operacional da RFB, e acompanha a execução, em articulação com as áreas operacionais.

Foram atendidos neste formato o IBGE, onde o uso dos dados econômico-fiscais fornecidos pela RFB ajuda a melhorar a qualidade da produção estatística oficial, além de reduzir custos; e o Sebrae, parceiro na prestação de serviços para o desenvolvimento de sistemas informatizados para implantação do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

c) Gerir Comunicação Institucional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar ações de divulgação dos resultados tributários e de controle aduaneiro para a sociedade;
- Monitorar notícias e opiniões públicas sobre assuntos de interesse da RFB;
- Realizar o fortalecimento da imagem institucional da RFB perante a sociedade; e
- Gerenciar a comunicação interna da Receita.

A Comunicação Social é uma área de fundamental importância para qualquer corporação pública ou privada. Esse fato ganha especial relevo para uma instituição do porte da Receita Federal, que tem uma vasta área de atuação assim como um número enorme de servidores. Há que se ressaltar ainda a necessidade de interação com os mais diversos públicos, tais como contribuintes, servidores, órgãos públicos e outros entes federados.

Ciente da envergadura desse desafio a administração da Receita tem empreendido enorme esforço com vistas a fortalecer a imagem da instituição através da modernização dos veículos de que dispõe.

Nesse sentido podemos destacar no ano de 2012 as iniciativas abaixo, já completamente concluídas ou em fase de implementação:

Internet - O sítio da RFB na internet é uma dos mais acessados do Brasil. Nele o contribuinte pode acessar enorme gama de informações e serviços. Nesse sentido, buscando facilitar o acesso e a disposição das funcionalidades, a Receita Federal deu curso a um projeto para modernização do sítio que compreende a reformulação do layout e a forma de alimentação do conteúdo disponível. Os benefícios recairão sobre o público externo que terá à sua disposição um sítio mais atraente e melhor organizado, e da mesma forma, sobre o público interno, pois a nova forma de gestão do conteúdo passará a ser descentralizada o que permitirá maior agilidade na atualização das informações.

Intranet - Visando modernizar esse canal de comunicação a Receita reformulou a sua intranet com o propósito de unificar no mesmo veículo de comunicação informações de interesse dos servidores e que ao mesmo tempo tragam facilidades práticas para o dia a dia dos que trabalham na instituição.

Essa uniformização permite que a “palavra” da instituição para a sociedade seja única e ao mesmo tempo eficaz.

Manual de Identidade Visual - A Receita reformulou a sua identidade visual padronizando a forma de utilização da marca nas mais diversas aplicações. Veículos, fachadas, instalações, uniformes foram alguns dos itens que receberam uniformização com o propósito de fortalecer a imagem da instituição através dessa iniciativa de reforço da identidade visual institucional.

Fato Gerador - As atribuições da Receita Federal são as mais variadas, abrangendo por exemplo, a arrecadação de tributos, fiscalização, atendimento ao contribuinte e controle aduaneiro em portos aeroportos e pontos de fronteira. Para integrar as diversas áreas de atuação foi criado o Caderno Fato Gerador, de periodicidade semestral e que traz balanços e resultados da instituição, permitindo aos gestores e servidores que através do conhecimento dessas informações possam estar alinhados e preparados para comunicar as mensagens da instituição independente da área em que exerçam suas atividades.

1.5.3 - Macroprocesso Controle Institucional



O macroprocesso “Controle Institucional” integra a política “Definir Diretrizes para os Processos de Gestão”, apoia as políticas institucionais ao perpassar os demais macroprocessos finalísticos e de gestão e é composto por três processos: “Gerir a Integridade Funcional”, “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais”. Em linhas gerais, estes três processos de trabalho têm como objetivos principais garantir a conformidade de procedimentos técnicos e administrativos, assegurar a adoção das melhores práticas de gestão e de governança, prover as demais áreas técnicas da RFB de instrumentos para operacionalizar o gerenciamento de riscos e o aproveitamento de oportunidades, além de garantir que a conduta funcional dos servidores esteja dentro dos princípios da moralidade e da ética pública.

É importante destacar que, as atividades mencionadas somadas a outras desenvolvidas por áreas específicas, com atribuições voltadas à correição, à segurança institucional, a padrões de comportamento ético e gestão de tecnologia da informação resultam no que convencionamos denominar Sistema de Controle Interno da RFB.

a) Gerir a integridade funcional

Descrição sucinta das principais atividades:

- Examinar e instruir processos administrativos disciplinares e demais expedientes sobre ética e disciplina funcionais que devam ser submetidos à apreciação das autoridades competentes;
- Examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratem de irregularidades funcionais e promover sua apuração, atendendo aos requisitos legais;
- Realizar ações de prevenção aos ilícitos funcionais;
- Realizar ações de investigação para identificação das ocorrências de ilícitos funcionais, promovendo sua devida apuração; e
- Avaliar o comportamento ético dos servidores.

As ações disciplinares da Coger (Corregedoria-Geral da RFB) visam a contribuir para a manutenção da integridade dos valores institucionais adotados pela RFB e do interesse e do patrimônio públicos, uma vez que, ao defenderem a probidade e a moralidade em todas as suas formas, impactam positivamente não só o corpo funcional do órgão, mas também toda a sociedade.

As ações disciplinares, em *stricto sensu*, abrangem os procedimentos preliminares de investigação disciplinar (de que são espécies a investigação patrimonial e a sindicância patrimonial); a análise em sede de juízo de admissibilidade de representações e denúncias de supostas irregularidades cometidas por servidores; e a apuração do cometimento de irregularidades funcionais, por meio de Processos Administrativos Disciplinares (PAD), sob o rito ordinário ou sumário, ou de Sindicância Acusatória. O PAD (Procedimento Administrativo Disciplinar) englobará tanto a espécie do processo administrativo disciplinar, em seus dois ritos legais, quanto a espécie da sindicância acusatória, visto todos terem a mesma natureza e seguirem idêntica instrumentalização.

Mencionam-se também as ações disciplinares *lato sensu*, que são aquelas referentes ao acompanhamento do trâmite de processos judiciais e da jurisprudência relacionados aos PADs em curso e aos

servidores neles acusados; as atuações da Coger em conjunto com outros órgãos da administração pública federal e em cooperação com organismos internacionais; e ainda aquelas de caráter preventivo ao desvio de conduta, operacionalizadas por meio de palestras informativas e conscientizadoras do corpo funcional e dos administradores.

A Coger vem realizando um trabalho de fortalecimento da atividade de juízo de admissibilidade. Trata-se do exame preliminar, com o fim de fundamentar o arquivamento da denúncia ou a instauração de PAD, nos termos do parágrafo único do art. 144 da Lei 8.112, de 11/12/90. Conforme disciplinado internamente pela Portaria Coger nº 219/06, a atividade compreende o emprego dos mais diversos procedimentos investigatórios e instrumentos preliminares de coleta de informações (internas e externas) acerca do fato denunciado, seguido de um parecer conclusivo, propondo à autoridade competente a instauração de PAD ou o arquivamento do feito, em função de terem sido confirmados ou não os indícios de materialidade e de autoria de possível infração disciplinar.

O aperfeiçoamento do juízo de admissibilidade tem por propósitos:

- a) assegurar que se instaure PAD apenas quando haja suficientes indícios de materialidade e de autoria, evitando-se o dispêndio de recursos e o injustificado constrangimento dos servidores;
- b) dar tratamento diferenciado entre o desvio de conduta e o mero erro escusável, propiciando aos bons servidores segurança funcional para que desempenhem suas atividades sem receio de que lhes recaia ação correcional em decorrência da falibilidade humana; e
- c) direcionar os esforços para o combate aos ilícitos mais graves, de maior reprovação social.

A diretriz extraída do ordenamento legal e infralegal e adotada pela Coger é de sempre se reservar a instauração de PAD apenas para os casos estritamente necessários. E, de fato, a experiência acumulada nos últimos anos demonstra o acerto da estratégia de fortalecer as investigações prévias e de buscar o maior grau possível de embasamento para a decisão em sede de juízo de admissibilidade, evitando-se a instauração de sede disciplinar, com todos os ônus que lhe são inerentes, quando os indícios de autoria ou de materialidade podem ser preliminarmente afastados.

b) Gerir conformidade de procedimentos internos e Gerir Riscos Institucionais

Descrição sucinta das principais atividades:

- Propor políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva para os procedimentos executados na RFB;
- Gerenciar relacionamento com órgãos de controle;
- Propor políticas e diretrizes relativas à gestão de riscos na RFB;
- Gerenciar, implementar e disseminar metodologia de gestão de riscos na RFB; e
- Prospectar melhores práticas e métodos em gestão de riscos.

Os processos “Gerir Conformidade de Procedimentos Internos” e “Gerir Riscos Institucionais” têm como principal atuante a **Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), unidade de assessoramento direto ao Gabinete do Secretário da RFB**. No entanto, todas as áreas da RFB possuem atuação no Controle Institucional.

A Audit possui suas atribuições definidas no Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 17 de maio de 2012, e alterações posteriores, estando dentre suas competências regimentais estabelecer políticas e diretrizes de atuação preventiva e corretiva, em consonância com o modelo de gestão; avaliar se os mecanismos de controle interno existentes asseguram o cumprimento dos objetivos da RFB; gerenciar a implementação e disseminar metodologia, bem como monitorar e proceder à análise crítica em gestão de riscos na RFB; e acompanhar e executar as atividades relacionadas com o cumprimento das determinações, recomendações e solicitações emitidas pelos órgãos de controle externo, bem como preparar as respectivas respostas.

Neste contexto, a Audit desempenha suas atividades em três áreas: auditoria interna, gestão de risco e acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, as quais, devido à natureza e à abrangência, possibilitam a interação com todos os macroprocessos e processos de trabalho e de gestão da RFB, bem como o atendimento e controle do crédito tributário, fiscalização, aduana, tecnologia da informação, gestão de pessoas e logística.

No âmbito da RFB são realizadas auditorias internas de conformidade e de gestão. As auditorias de conformidade têm como objetivo avaliar se os procedimentos operacionais estão em consonância com as normas e regulamentos estabelecidos. Neste contexto, também são realizadas auditorias continuadas, que tem como objetivo identificar exceções à normalidade, utilizando-se do cruzamento de dados coletados nos sistemas de informações. As auditorias de gestão têm como objetivo avaliar as ações gerenciais, com base nos aspectos da eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, fornecendo à alta administração informações, recomendações e sugestões que os auxiliem no processo decisório e na melhoria da gestão.

O acompanhamento da atuação dos Órgãos de Controle Externo, além do controle do atendimento às demandas e às deliberações do TCU e da CGU, abrange também a coordenação dos trabalhos de elaboração da Prestação de Contas Anual da RFB.

As atividades ligadas à gestão de riscos envolvem a disseminação da cultura e metodologia de gestão de risco, os estudos e prospecção de melhores práticas e métodos em Gestão de Riscos, e o suporte metodológico para a implementação da gestão de riscos.

1.5.4 - Macroprocesso Gestão Orçamentária e Financeira



a) Realizar a gestão orçamentária e Financeira

Descrição sucinta das principais atividades:

- Elaborar a proposta orçamentária anual com vinculação ao Mapa Estratégico da RFB;
- Acompanhar a execução orçamentária e financeira; e
- Efetuar a descentralização de créditos orçamentários e recursos financeiros para as Unidades Gestoras.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de orçamento, os recursos disponíveis para a RFB passaram de R\$ 800 milhões para R\$ 1,4 bilhão. Após dois árduos anos de plantio, 2013 pode ser considerado um ano de colheita, em que a RFB terá reais possibilidades de investimento na sua estrutura.

Desde 2007, o orçamento da RFB para as despesas de custeio e investimento ficou estagnado no patamar de R\$ 800 milhões, valor bem aquém das necessidades essenciais para o desempenho das atividades básicas da RFB. Considerando que a maioria das despesas sofre incremento de valor, no mínimo, pelos índices inflacionários, o seu orçamento deveria ter sido elevado em, pelo menos, 30%, que foi a inflação acumulada neste período.

Além disso, a criação da RFB, em 2007, ocasionou de imediato, o aumento do quantitativo de servidores, cidadãos e contribuintes nos prédios da RFB e do volume de atividades até então desempenhadas, com reflexos diretos na elevação das despesas, mas sem uma maior disponibilização de créditos orçamentários na Lei Orçamentária Anual – LOA. Não bastassem estes fatores, foram realizados investimentos à luz do Programa de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira - PMATA entre os anos de 2005 e 2006, aplicados em grande parte na aquisição de bens permanentes (veículos, lanchas, helicópteros, escâneres, etc.), porém, sem a correspondente elevação das despesas.

sas de custeio no orçamento dos anos subsequentes, já que foram necessários gastos com serviços de manutenção, contratação de serviços terceirizados, dentre outros.

Diante deste cenário, foi empreendido, desde 2010, um programa de ações para reversão desse quadro. A primeira e principal delas foi o resgate do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - Fundaf, até então esquecido no momento das negociações para obtenção de mais recursos orçamentários, cuja finalidade é o reaparelhamento e reequipamento da RFB e da intensificação das ações de repressão. Como resultado de um longo processo de negociação com o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, o objetivo de recomposição das fontes orçamentárias do Fundaf e sua vinculação à LOA da RFB foi alcançado, o que representou um importante passo na gestão orçamentária, com prognósticos positivos para a LOA da RFB em 2013.

b) Realizar Gestão Contábil

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar a supervisão e orientação dos registros contábeis das Unidades da RFB;
- Coordenar o processo de Tomada de Contas Anual; e
- Implementar as alterações nos princípios, procedimentos e rotinas contábeis emanadas do Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O foco em 2012 foi de profissionalização das equipes de programação e logística das Regiões Fiscais da RFB, com base no paradigma de que a gestão contábil é uma ferramenta indispensável para a gestão de negócios, reafirmando que amplitude das informações contábeis vai além do simples cálculo de impostos e atendimento de legislações comerciais, previdenciárias e fiscais.

As setoriais de contabilidade passara a utilizar a premissa de geração contínua de geração de informações gerenciais a partir da escrituração contábil, levando a tomada de decisões na RFB com base em fatos reais e dentro de uma técnica comprovadamente eficaz.

1.5.5 - Macroprocesso Governança de Tecnologia da Informação



a) Realizar Governança de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Realizar o gerenciamento e relacionamento com o prestador de serviços de TI;
- Planejar e organizar as atividades de TI;
- Adquirir e implementar soluções tornando-as serviços de TI;
- Entregar e manter serviços de TI aos usuários finais da instituição;
- Monitorar e avaliar os processos de TI; e
- Gerir todo o ciclo de vida de serviços de TI desde o levantamento das necessidades institucionais e solicitação por solução de TI, especificação, construção, homologação, implantação, produção e desativação do serviço.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

No que diz respeito à Governança de TI, a RFB recebeu a pontuação de 0,48, o que corresponde ao estágio Intermediário. Já em 2012, houve um salto de qualidade: o iGovTI da RFB passou para 0,69, o que atribui à Instituição o nível aprimorado de Governança de TI. Na área de Gestão de Contratos, o reconhecimento veio de fora. Foram dois os elogios feitos pelo TCU a respeito do contrato com o Serpro.

Foram promovidas diversas ações visando o alinhamento da área com as necessidades de negócios da RFB. Buscamos, especialmente, fortalecer a Comunicação Institucional, adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais e assegurar recursos e otimizar a sua aplicação.

Tanto assim que o novo Plano Diretor de Tecnologia da Informação da RFB, para o período de 2012 a 2015, foi construído com a participação das demais áreas usuárias e das Regiões Fiscais.

Ademais, houve cursos para inúmeros servidores que são gestores de aplicações da RFB, visando capacitá-los no processo de elaboração de especificação de sistemas, contagem de pontos de função e modelagem.

Na área de Gestão de Serviços foi realizado o acompanhamento de mais de 300 mil acomodamentos na Central de Serviços. Nesta área, foi elaborado o trabalho Modelo GSERV - Modelo de gestão de serviços implementado na Receita Federal do Brasil com foco na gestão pela qualidade, para aumento da satisfação percebida pelos usuários internos e externos, e melhoria da eficiência do gasto público, que recebeu o Prêmio Schöntag 2012. Também com o objetivo de buscar uma melhoria da satisfação do usuário, foi realizado trabalho conjunto com a Oracle para identificar os sistemas que utilizam as ferramentas da empresa e as interações existentes entre os diversos aplicativos. Isso possibilitou que fosse traçado um panorama a respeito e propostas soluções de melhoria.

b) Gerir sistemas da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas para desenvolvimento de sistemas;
- Definir arquitetura de sistemas de informação;
- Definir arquitetura de informações; e
- Coordenar o desenvolvimento de sistemas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Sistemas, foram muitos os aplicativos desenvolvidos para facilitar as atividades de servidores e cidadãos. Entre eles, merecem destaque o novo Siscomex, o Leilão Eletrônico, a nova Intranet, o novo Sítio da RFB e a APP, que disponibiliza serviços ao cidadão através de dispositivos móveis. Além disso, houve um grande esforço organizacional na Gestão das Demandas de Desenvolvimento de Aplicações Corporativas, com a criação do Portfólio de Produtos de TI e incremento no planejamento.

Ainda nessa área, a contratação da Fábrica de Software abriu grandes possibilidades de desenvolvimento, permitindo que novos aplicativos possam ser priorizados sem onerar a escassa mão de obra de nossos prestadores de serviço. Outro avanço há muito almejado diz respeito à regulamentação do Modelo de Desenvolvimento Interno, que abre novas frentes de desenvolvimento de sistemas, aproveitando a expertise dos desenvolvedores que temos nos quadros da RFB e com a garantia de qualidade, manutenção e continuidade dos aplicativos desenvolvidos.

c) Gerir segurança da informação

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir e promover a política de segurança da informação da RFB em conformidade com a legislação vigente;
- Gerenciar a implantação e a aplicação das normas de segurança da informação;
- Definir e gerir a infraestrutura de segurança da informação; e
- Coordenar as atividades de controle de acesso aos sistemas e recursos de tecnologia da informação da RFB.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Segurança da Informação, diversas capacitações foram realizadas, com o objetivo de manter a equipe constantemente alinhada com os Objetivos Estratégicos da RFB. Um avanço importante realizado em 2012 foi a evolução das chaves de certificado digital, que passaram de 1.024 bits para 2.048. Outra melhoria realizada foi a revisão das políticas de segurança aplicadas às estações de trabalho, servidores de rede e usuários do Ambiente Informatizado da RFB, com incremento dos níveis de segurança e adaptações necessárias à implantação dos sistemas operacionais Windows 7 (estações de trabalho) e Windows 2008 (equipamentos servidores).

d) Gerir Infraestrutura de TI

Descrição sucinta das principais atividades:

- Definir as políticas e a infraestrutura tecnológica;
- Gerir a infraestrutura tecnológica;
- Internalizar soluções tecnológicas; e
- Gerenciar ambientes informatizados.

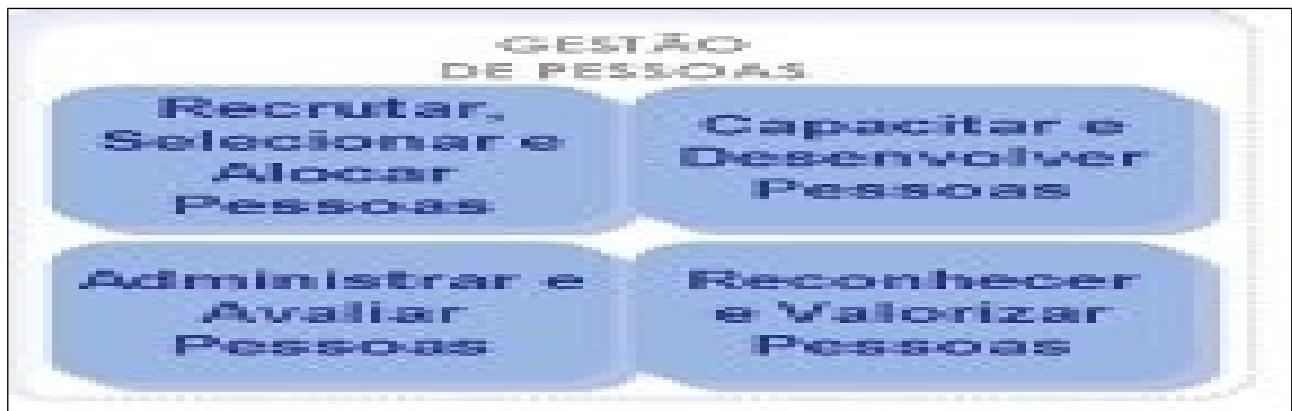
Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Infraestrutura, houve uma grande expansão da utilização dos recursos de videoconferência, com a licitação de mais de 400 equipamentos visando fortalecer sobremaneira a Comunicação Institucional na RFB em 2013. Além disso, foi firmado contrato de manutenção, suporte e garantia com a fornecedora IBM, para os produtos Lotus Notes e Lotus Notes Sametime, garantindo à RFB o aprimoramento e utilização de novos recursos em termos de ferramentas de correio eletrônico e mensagens instantâneas.

Já dentro do programa de atualização permanente do parque tecnológico, buscando adequar permanentemente a infraestrutura tecnológica às necessidades institucionais, foram entregues neste ano 92 equipamentos servidores de rede, adquiridos em 2011.

Outra grande evolução na área de Infraestrutura de TI realizada neste ano foi a criação do NIT (Nível de Adequação de Infraestrutura Tecnológica) e do NAF (Nível de Adequação do Ambiente Informatizado às Novas Tecnologias). Esses indicadores possibilitam que seja apurado e mensurado o cumprimento do Objetivo Estratégico "Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais".

1.5.6 - Macroprocesso Gestão de Pessoas



a) Recrutar, selecionar e alocar pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Recrutamento Externo;
- Gerir Seleção Interna;
- Gerir Alocação e Movimentação Interna e Externa;
- Gerir Estagiários; e
- Gerir Provimento e Vacância de Cargos.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Com relação ao corpo gerencial da RFB, em 2012 foram realizados 31 Processos Simplificados de Seleção para dirigentes em unidades descentralizadas locais da RFB, conforme Portaria RFB nº 1987/12, com o preenchimento efetivo de 29 vagas, o que representa uma renovação de quase 20% dos delegados e inspetores-chefes da RFB.

Outro ponto de destaque foi a operacionalização de dois grandes concursos, um interno de remoção, e outro externo, público, nos quais foram ofertadas 200 vagas para o cargo de Auditor-Fiscal da RFB e 750 vagas de Analista-Tributário.

b) Reconhecer e Valorizar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Promover Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho; e
- Promover Reconhecimento e Valorização.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012 tivemos ainda a implantação do Espaço do Servidor e do Portal de Educação Corporativa na Intranet, que marcam uma nova etapa no relacionamento com os servidores da RFB. Os dois espaços foram concebidos a partir do ponto de vista das principais necessidades de informação dos servidores. Nesse sentido, o projeto buscou apresentar os conteúdos de maneira amigável, tanto na disposição das informações quanto na linguagem adotada, de modo a facilitar o acesso às informações pelos servidores.

Em seu segundo ano de existência o Programa de Preparação para Aposentadoria – Caminhos - contou com aproximadamente 500 participantes, dos quais 54,5% concluíram todas as etapas previstas. Do quantitativo restante, 40,8% chegaram a participar de 50% das atividades. Para 2013 pretendemos trabalhar na expansão do Programa.

c) Administrar e Avaliar Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir Avaliação de Desempenho;
- Gerenciar Cadastro de Servidores;
- Administrar Jornada de Trabalho;
- Gerir Remuneração; e
- Gerir Contencioso Judicial e Administrativo.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB deu continuidade ao processo de amadurecimento das informações cadastrais do seu quadro de servidores como ferramenta de gestão para tomada de decisões do seu corpo gerencial.

Desenvolvimentos dos novos módulos do Sief-RH, com inovações da estruturação, tabulação e inteligência na gestão dos bancos de dados dinâmicos da área de gestão de pessoas foram os maiores destaques na estrutura de administração de pessoas da RFB.

d) Capacitar e Desenvolver Pessoas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Planejar Proeduc;
- Executar Proeduc;
- Acompanhar e Avaliar Ações de C&D;
- Programa de Formação Profissional - PFP; e
- Gerir Competências.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Gestão de Pessoas, um dos marcos foi a consolidação do novo modelo de capacitação por competências, com a instituição dos Programas Nacionais de Capacitação - PNC, que consiste em um conjunto articulado de ações de capacitação, transformando-se num instrumento estratégico, uma vez que permitem reduzir as principais lacunas de competências e favorecer o desempenho dos servidores.

Dentre os PNC geridos pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Cogep, destacamos o Programa de Desenvolvimento Gerencial - DGR, instituído com o objetivo de desenvolver de forma continuada as competências gerenciais necessárias ao pleno cumprimento da missão da RFB, abrangendo as dimensões organizacionais, comportamentais e técnicas. Até o presente momento, aproximadamente 2.000 gerentes participaram e concluíram alguns dos diversos eventos de formação do Programa, cerca de metade do corpo gerencial da RFB, dos diversos níveis gerenciais.

Tendo em vista que o desenvolvimento dos servidores é um dos principais meios de se atingir os objetivos estratégicos, dado que o capital humano é o principal recurso da instituição, os números comprovam a eficácia dos esforços desenvolvidos pela Cogep nesse sentido. Em 2012 foram realizadas 3.610 ações de capacitação em todo o Brasil, com aproximadamente 18.000 servidores capacitados, atingindo as metas estabelecidas com um grau de amplitude de 70,18% e um grau de aprofundamento de 34,57 horas de capacitação por servidor. Os investimentos em desenvolvimento de servidores ultrapassaram 18 milhões de reais.

1.5.7 - Macroprocesso Gestão de Materiais e Logística



a) Realizar aquisições e contratações

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Administração de Contratos;
- Executar a Administração de Contratos;
- Orientar a Gestão de Licitação; e
- Executar a Gestão de Licitação.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de sedimentação dos manuais e rotinas operacionais, bem como a capacitação dos novos auditores nas diversas unidades regionais de programação e logística. Além disso, a performance das unidades administrativas passa a ser parte de um rol de indicadores operacionais para aferição do nível de eficiência e de aderência aos modelos de gestão de logística da RFB.

b) Gerir patrimônio e obras

Descrição sucinta das principais atividades:

- Prospectar inovações na gestão pública brasileira e aplicá-las na RFB;
- Prospectar inovações junto à administrações tributárias e aduaneiras de outros países e aplicá-las na RFB;
- Realizar estudos inovadores na área de administração tributária e aduaneira;

- Prospectar demais inovações no mercado e na academia.
- Orientar a Gestão de Materiais, Transportes e Serviços Diversos;
- Executar a Gestão de Materiais, Transporte e Serviços Diversos;
- Orientar a Gestão de Imóveis; e
- Gerir os Imóveis.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Em 2012, a RFB quebrou uma série de paradigmas históricos no que diz respeito ao modelo de gestão do patrimônio e obras, com amadurecimento do projeto Agencia Modelo, que oferece vantagens e agilidades sem precedentes no processo de obras de engenharia na RFB, e que será expandido em 2013 para outros tipos de unidade administrativa.

O Plano PILAR de intervenção em obras críticas de construção e reforma de unidades da RFB promoveu maior agilidade, maior nível de aderência aos níveis de serviço e de qualidade e forneceu subsídios para a elaboração do Plano de Engenharia de 2013, o qual é diretamente vinculado aos objetivos estratégicos e diretrizes da RFB para o ciclo de 2012-2015.

c) Gerir mercadorias apreendidas

Descrição sucinta das principais atividades:

- Gerir mercadorias apreendidas.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

Na área de Mercadorias Apreendidas, em dezembro de 2012, ocorreu encerramento do Projeto Estratégico Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadoria Apreendida - AMMA, com a entrega de todos os produtos previstos no escopo original, com custo menor do que o esperado;

O Sistema de Leilão Eletrônico - SLE, a legislação e a minuta de Edital-Padrão foram aperfeiçoados para permitir a participação de pessoas físicas. O 1º leilão eletrônico misto ocorreu em 6 de dezembro de 2012, e houve outros cinco certames destinados a ambas as clientelas. Com esta iniciativa, com um maior número de contribuintes tendo acesso aos leilões promovidos RFB, espera-se democratizar a participação dos licitantes e ampliar a competitividade.

O SLE foi reconhecido internacionalmente: obteve o 1º lugar na última edição do concurso de inovação de administração tributária promovido pelo Centro Interamericano de Administraciones Tributarias - Ciat, cuja finalidade foi identificar e reconhecer práticas inovadoras.

Foram implantadas demandas de melhoria no Sistema de Controle de Mercadorias Apreendidas - CTMA. A nova página de Mercadorias Apreendidas foi implantada na Intranet, estando sob cons-

tante atualização. Também foram realizados dois Mutirões de Destruição, que totalizaram a destruição de mais de 10 mil toneladas, o que corresponde a mais de R\$ 415 milhões em autuações fiscais.

Foram arrecadados mais de R\$ 204 milhões em leilões de mercadorias apreendidas.

Houve redução de cerca de 34% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 130 (à disposição de autoridades administrativas), e de cerca de 15% no quantitativo de processos fiscais antigos na conta 210 (custódia).

Mais de R\$ 150 milhões em bens apreendidos foram incorporados a órgãos públicos, e mais de R\$ 118 milhões foram doados a entidades sem fins lucrativos;

Também foi iniciado o mapeamento do processo de trabalho "Gerir mercadorias apreendidas", em alinhamento com as diretrizes repassadas em treinamento realizado pela Copav.

d) Realizar gestão documental

Descrição sucinta das principais atividades:

- Orientar a Gestão Documental; e
- Executar a Gestão Documental.

Escopo: todos os processos da Cadeia de Valor da RFB.

O ano de 2012 foi de continuidade do projeto relacionado com a Tabela de temporalidade, instrumento com o qual se determina o prazo de permanência de um documento em um arquivo e sua destinação após este prazo, pois existem documentos que devem ser guardados por mais tempo como os relacionados às áreas contábil, fiscal, financeira e pessoal. Trata-se de um projeto de grande porte, transversal e que envolve diversos órgãos externos à RFB e ao Ministério da Fazenda.

A Tabela de temporalidade documental deve ser vista como um documento institucional e normativo, servindo de suporte para questões que se referem a períodos de permanência de documentos no arquivo da mesma. Os processos de arquivamento que não estejam orientados por uma TTD, necessitam freqüentemente de novas reorganizações, pois o crescimento em volume passa a não ter limites, ser descontrolado e desordenado.

São inúmeras as vantagens da aplicação de uma TTD, como por exemplo, diminuição da ocupação do espaço físico, agilidade na recuperação da informação, definições de responsabilidade para com a gestão dos processos de arquivamento, diminuição com custos operacionais, controle geral da massa documental e eficácia sobre a gestão documental.

1.6 - Principais Parceiros (Externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade

Os principais parceiros da RFB são:

- Ministério da Fazenda (MF) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria-Executiva, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Escola de Administração Fazendária (ESAF), Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), Secretaria de Política Econômica (SPE), Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO), Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN); Banco do Brasil S/A (BB); Caixa Econômica Federal (CAIXA);
- Ministério da Previdência Social (MPS) e órgãos subordinados/vinculados: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (Dataprev);
- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e órgãos subordinados/vinculados: Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) e Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE);
- Ministério das Relações Exteriores (MRE);
- Ministério da Defesa (MD) e Comandos Militares;
- Ministério do Trabalho e Emprego (MTE);
- Ministério Público Federal (MPF);
- Departamento de Polícia Federal (DPF);
- Presidência da República (PR);
- Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP);
- Congresso Nacional (CN);
- Secretarias de Fazenda dos Estados e Municípios;
- Juntas Comerciais (JC);
- Cartórios de Registro Civil; e
- Órgãos que compõem o denominado “Sistema S”: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP), Serviço Social de Transporte (SEST), Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT), Diretoria de Portos e Costas do Ministério da Marinha (DPC), Fundo Vinculado ao Ministério da Aeronáutica;
- Controladoria-Geral da União (CGU);
- Secretarias de Segurança Pública dos Estados;

- Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF);
- Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (CORREIOS);
- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
- Tribunal de Contas da União (TCU);
- Advocacia Geral da União (AGU); e
- Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a RE-
GIÃO FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 2: **Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações** (*Item 2 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

2.1 - Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade Jurisdicionada

O plano estratégico da RFB abrange o período de 2012 a 2015.

A vinculação do plano estratégico da RFB com suas competências constitucionais, legais e normativas está expressa não somente em sua missão e visão institucionais, as quais juntamente com os valores institucionais compõem os marcos institucionais da RFB, mas está claramente expressa no conjunto de objetivos estratégicos eleitos para o novo ciclo de gestão (2012-2015).

O papel institucional da RFB com relação às políticas públicas está expresso por meio da sua missão institucional: “Exercer a administração tributária e aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade”.

A visão de futuro da RFB está assim expressa: “Ser uma instituição de excelência em administração tributária e aduaneira, referência nacional e internacional”.

Os valores institucionais que norteiam as ações da RFB e de seu corpo funcional são: Respeito ao cidadão, Integridade, Lealdade com a instituição, Legalidade, Profissionalismo e Transparência. Este último valor foi acrescentado para o período de 2012 a 2015 aos outros cinco que já constavam como valores da Instituição no ciclo de planejamento anterior (2009-2011).

Os principais objetivos estratégicos da unidade no ano de 2012 estão expressos no Mapa Estratégico da RFB em vigor (figura a seguir), nele a estratégia da RFB está representada por meio de um conjunto abrangente de objetivos, baseados em diferentes perspectivas e interligados por relação de causa e efeito, que devem direcionar o comportamento e o desempenho da Instituição para o alcance dos resultados desejados.



As três perspectivas do Mapa Estratégico, a saber: "Pessoas e Recursos" - a base de sustentação da Casa; "Processos Internos" - as atividades desenvolvidas na Receita; e "Resultados" – o que deve ser entregue ao Estado e à sociedade, são as grandes áreas ou dimensões de atuação da RFB, as quais englobam os objetivos estratégicos ou principais desafios a serem enfrentados para o cumprimento da missão e o alcance da visão, contando a história da estratégia.

Como vemos no Mapa estratégico, estão elencados, por parte da RFB, 21 objetivos estratégicos, sendo cinco (5) da perspectiva Pessoas e Recursos, onze (11) da perspectiva Processos Internos e cinco (5) da perspectiva Resultados, conforme descritos a seguir.

Descrição dos Objetivos Estratégicos

Os Objetivos Estratégicos são os fins a serem perseguidos para o cumprimento da Missão e o alcance da Visão de Futuro, traduzindo as demandas e os desafios a serem enfrentados, sendo distribuídos de forma balanceada pelas Perspectivas do Mapa Estratégico, conforme abaixo.

I) Perspectiva de Resultados:

- 1) Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial** - Envidar esforços para que o montante arrecadado pela RFB se aproxime da arrecadação potencial.
- 2) Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras** - Ampliar o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras empreendendo ações coordenadas que elevem a percepção de risco, simplifiquem o cumprimento, orientem o cidadão, fomentando uma aliança entre a Instituição e a sociedade.
- 3) Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade**
- Fortalecer o comércio exterior por meio da administração aduaneira transparente, ágil, eficiente e segura, proporcionando a proteção da economia e sociedade.
- 4) Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição** - Aumentar a percepção de equidade na atuação da Instituição, demonstrando a correta e justa aplicação da legislação tributária e aduaneira.
- 5) Fortalecer a imagem da Instituição perante a sociedade** - Fazer com que a sociedade reconheça a RFB como uma organização que cumpre sua missão com excelência, transparência, integridade e profissionalismo.

II) Perspectiva de Processos Internos:

- 6) Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento** - Racionalizar e agilizar os processos de controle e de recuperação do crédito tributário permitindo a redução do tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento.
- 7) Elevar a percepção de risco e a presença fiscal** - Intensificar a atuação da instituição na administração de tributos internos e de comércio exterior, visando o aumento da presença fiscal e a elevação da percepção de risco pela sociedade.
- 8) Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros** - Proporcionar processos aduaneiros integrados e harmônicos, garantindo agilidade aos operadores que atuam de acordo com os requisitos legais e aumentar a segurança e a efetividade dos procedimentos para coibir ilegalidades.

- 9) Reduzir litígios tributários e aduaneiros** - Melhorar a qualidade do lançamento do crédito tributário, apreciar e julgar casos de litígios tributários e aduaneiros, em âmbito administrativo, com qualidade, celeridade e menor custo e reduzir a quantidade de divergências internas na interpretação da legislação tributária e aduaneira.
- 10) Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade** - Adotar medidas de ampliação e aprimoramento dos serviços prestados pela instituição, visando aumentar a satisfação da sociedade.
- 11) Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário** - Assegurar a arrecadação de tributos, por meio de mecanismos de garantia do crédito tributário, inclusive em relação ao patrimônio de contribuintes que possuam débitos, no interesse da Fazenda Nacional.
- 12) Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira** - Adequar recursos e procedimentos necessários visando melhorar e ampliar o desempenho das atividades de vigilância e repressão aduaneira em todo o território nacional.
- 13) Aprimorar a participação da Instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira** - Aprimorar a participação da RFB nos fóruns de discussão de políticas e legislação tributária e aduaneira, subsidiando de forma ativa e efetiva as decisões tomadas em âmbito político, defendendo os interesses da administração tributária e aduaneira.
- 14) Conhecer o perfil integral do contribuinte** - Conhecer e identificar o perfil cadastral, econômico, fiscal e contributivo e o comportamento dos contribuintes perante o cumprimento das obrigações tributárias e aduaneiras, de forma a permitir uma atuação integral no atendimento, monitoramento e controle fiscal e aduaneiro.
- 15) Fortalecer as relações institucionais** - Fortalecer parcerias estratégicas nacionais e internacionais, e promover um relacionamento integrado, harmônico e sincronizado com as administrações tributárias estaduais, distrital e municipais, com órgãos do Ministério da Fazenda, bem como com entidades e organismos que atuem em atividades afins.
- 16) Fortalecer a comunicação institucional** - Aprimorar a comunicação institucional de forma que as informações que sejam de interesse dos públicos interno e externo sejam transmitidas de maneira objetiva, tempestiva e clara.

III) Perspectiva de Pessoas e Recursos:

- 17) Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas** - Capacitar, desenvolver e valorizar as pessoas tendo em conta as competências individuais necessárias (fundamentais, gerenciais e específicas) ao alcance da estratégia institucional.
- 18) Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais** - Prover as unidades organizacionais do quadro de pessoal necessário e suficiente para o bom desempenho de seu papel institucional, com vistas à presença efetiva e distribuída adequadamente pelo território nacional, tendo em conta os perfis profissionais e as características de cada unidade.
- 19) Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas** - Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas, garantindo as condições necessárias ao desenvolvimento institucional.
- 20) Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais** - Disponibilizar instalações físicas e infraestrutura tecnológica adequadas às atividades de cada

unidade, propiciando um ambiente de trabalho seguro e saudável, de forma a garantir o efetivo desempenho institucional.

21) Assegurar recursos e otimizar sua aplicação - Assegurar recursos orçamentários, financeiros e logísticos e otimizar a sua gestão e alocação de acordo com as prioridades institucionais.

Conforme será visto no decorrer deste Relatório de Gestão, a RFB, na busca de seus objetivos, tem cumprido sua missão e continua no alcance de sua visão. A RFB tem fornecido ao Estado recursos para o financiamento dos gastos públicos e do regime de previdência social, e tem prestado à sociedade um serviço de alta qualidade, o qual demonstra a sua busca constante por excelência em seus processos internos.

2.2 - Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos

A RFB consolidou quatro instrumentos basilares, componentes de sua estratégia para o ciclo de 2012 - 2015, quais sejam: a **Cadeia de Valor**, o **Mapa Estratégico**, o **Painel de Desempenho** e o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais**.

No decorrer de 2012, a **Cadeia de Valor** foi referência para elaboração e execução de diversas iniciativas institucionais, entre as quais pode-se destacar: A reestruturação da Intranet da RFB, projeto gerenciado pela Ascom; que, entre outras modificações, passou a dispor os temas de acordo com os Macroprocessos e Processos; A vinculação dos Projetos Estratégicos Institucionais aos Macroprocessos, para efeitos de priorização; trabalho gerenciado pela Copav; A vinculação das Competências Individuais Específicas da RFB aos Macroprocessos e Processos; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Cogep e Copav; A estruturação do Índice RFB; trabalho gerenciado pela Copav; A estruturação do Plano de Contribuição; trabalho gerenciado pela Copav; Levantamento de custos dos processos da RFB; trabalho realizado conjuntamente por Sucor/Copol e Copav

Diferentemente do Mapa estratégico do ciclo de planejamento anterior, o atual **Mapa Estratégico**, com a finalidade de evidenciar as estratégias adotadas para alcançar os objetivos estratégicos da RFB, destacou, entre seus 21 objetivos estratégicos, oito (8) deles, identificados no Mapa estratégico com uma borda verde, como “objetivos-batalha”, os quais foram selecionados em função de sua importância para a consecução da estratégia da RFB e acompanhados com atenção especial pela administração. Os objetivos batalhas estão assim distribuídos no Mapa: dois (2) da perspectiva Pessoas e Recursos, quatro (4) da perspectiva Processos Internos e dois (2) da perspectiva Resultados, a saber: Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais, Assegurar recursos e otimizar sua aplicação, Reduzir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento, Elevar a percepção de risco e a presença fiscal, Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros, Reduzir litígios tributários e aduaneiros, Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial, Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras

Quando da elaboração do Mapa estratégico, depois de estabelecidos a missão, visão e objetivos, foram associados aos objetivos estratégicos indicadores (ver item 2.4) que pudessem ser ferramentas para determinar se a organização está alcançando seus objetivos estratégicos e avançando rumo à plena implementação de sua estratégia e, posteriormente, vinculada uma meta a cada indicador de gestão, a fim de indicar o quanto devemos melhorar em cada indicador.

Após a construção de um elenco de indicadores, outra estratégia considerada relevante pelos gestores da unidade para o atingimento dos objetivos estratégicos foi a construção de um Painel de desempenho.

O **Painel de Desempenho**, figura a seguir, é igualmente uma representação gráfica, porém mostra os 55 Indicadores Estratégicos que foram eleitos para verificar o grau de cumprimento dos Objetivos Estratégicos da RFB. Desses indicadores, 46 estão disponíveis para apuração e tiveram, excetuando dois que dependem de pesquisa de opinião, metas estabelecidas para o ano de 2012. Entre os indicadores disponíveis para apuração, 29 são desdobráveis até o âmbito regional, servindo como medida do desempenho das unidades regionais e locais no alcance dos objetivos relacionados.

PAINEL DE DESEMPENHO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL 2012						
RESULTADOS						
Aproximar a Arrecadação Efetiva da Potencial	índice de atingimento da arrecadação potencial	índice de realização da meta global da arrecadação				
Elevar o cumprimento espontâneo das obrigações tributárias e aduaneiras	índice de adimplência do crédito tributário	índice de adimplência das obrigações acessórias	Número de eventos de sensibilização em educação fiscal com participação da RFB	Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação		
Contribuir para o fortalecimento do comércio exterior e para a proteção da sociedade	índice de fortalecimento do comércio exterior					
Aumentar a percepção de equidade na atuação da instituição	índice de percepção de equidade					
Fortalecer a imagem da instituição perante a sociedade	índice de inserções positivas da RFB na mídia	Percepção da RFB pelo público externo				
PROSSOS INTERNOS						
Reducir o tempo entre o vencimento do tributo e o seu recolhimento	Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício	índice de recuperação da cobrança	índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes	Tempo médio de contencioso de primeira instância	Tempo médio de contencioso em delegacias de julgamento	
Elevar a percepção de risco e a presença fiscal	Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)	Indicador global de desempenho da fiscalização (IGDF)	Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF)	índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAF)	índice de cobertura da fiscalização aduaneira	
Aumentar a efetividade e segurança dos processos aduaneiros	Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação	Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior				
Reducir litígios tributários e aduaneiros	índice de solução de consultas	Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso	índice de crédito tributário sub judice controlado em processos	índice de litigância administrativa	índice de variação da litigância judicial	
Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade	Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)	Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente	Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC	Grau de fluidez no despacho de exportação	Grau de fluidez no despacho de importação	Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação
Aumentar a efetividade dos mecanismos de garantia do crédito tributário	índice de crédito tributário garantido					
Fortalecer a vigilância e repressão aduaneira	Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira	índice de realização da meta de operações de vigilância e repressão aduaneira				
Aprimorar a participação da instituição na formulação da política e legislação tributária e aduaneira	Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira	Número de estudos setoriais				
Conhecer o perfil integral do contribuinte	Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)	índice de integração de informações nos cadastros				
Fortalecer as relações institucionais	índice de integração do cadastro com os estados	Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias	Grau de cobertura dos convênios	Grau de ativação de convênios	Grau de inserção internacional	
Fortalecer a comunicação institucional	Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB					
PESSOAS E RECURSOS						
Desenvolver competências, integrar e valorizar pessoas	índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento					
Adequar o quadro de pessoal às necessidades institucionais	Grau de adequação da lotação					
Assegurar soluções de TI integradas e tempestivas	índice de integração de soluções informatizadas					
Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades institucionais	Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)	Nível de adequação do ambiente informitizado às novas ferramentas	Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT)			
Assegurar recursos e otimizar sua aplicação	índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio	Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos			

Atualmente, todas as organizações, dentre elas a Receita Federal do Brasil - RFB, trabalham com programas e projetos não obstante a existência de limitações de recursos para a sua implementação. Nesse cenário, faz-se necessário otimizar a aplicação dos recursos de acordo com a estratégia adotada pela organização. Na RFB, a execução da Estratégia se dá por meio de iniciativas estratégicas que são propostas, selecionadas, priorizadas e acompanhadas pelas unidades centrais, segundo as Metodologias de Gerenciamento de Projetos e de Gerenciamento de Portfólios da RFB. Deste conjunto de iniciativas, são escolhidas aquelas que serão acompanhadas diretamente pelo Gabinete do Secretário, compondo o **Portfólio de Projetos Estratégicos Institucionais** (figura a seguir). Como novidade deste processo de priorização para o novo ciclo, além do seguimento das orientações do Plano Plurianual - PPA 2012/2015 e do Mapa Estratégico da RFB para 2012-2015, houve a criação de “cestas” de projetos, conforme os Macroprocessos da Cadeia de Valor.

Projetos Estratégicos Institucionais da RFB	Descrição
*Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas - AMMA	Implantar na RFB ferramenta destinada à realização de licitação na modalidade leilão, permitindo a alienação realizada por meio da Rede Mundial de Computadores a usuários portadores de certificado digital válido.
*Projeto Gestão de Recursos	O Projeto Gestão de Recursos visa o alinhamento da proposta orçamentária da RFB gerando informações gerenciais para a obtenção dos créditos necessários para o atingimento dos objetivos estratégicos e a devida otimização dos recursos disponíveis. É composto de quatro subprojetos, sendo dois voltados para a fase de Planejamento (Alinhamento estratégico e Melhoria das informações para construção da proposta orçamentária anual), um para a Execução (Definição de critérios e forma de acompanhamento da execução das despesas) e o último, ligado à fase de Controle (Criação de relatórios de análise do Orçamento vis-à-vis a Estratégia).
*Ampliação da Segurança da Informação	Manter atualizada ferramenta de antivírus para a Receita, Elaborar e propor programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Substituir os dispositivos que armazenam os certificados digitais por novos com chave maior (2048 bytes), Implantar o programa de conscientização dos servidores da Receita em Segurança da Informação, Elaborar e propor programa de treinamento e capacitar continuamente os Gestores de Segurança da Informação, Ampliar a Solução de Conectividade e implantar controle de acesso a Rede, Elaborar e Propor Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Implantar Plano de Biometria conjugada com a Certificação Digital, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Cadastramento, Programa de Melhoria de qualidade da atividade de Agente de Registro, Implementar Auditoria externa nas entidades credenciadas na cadeia de certificação RFB, Contratação para Auditoria Independente dos PAGR credenciados junto ao ITI.

<p>*Construção do Edifício Sede II do MF em Brasília e recuperação dos Edifícios Sede do MF no RJ e SP</p>	<p>Este projeto trata dos prédios do MF localizados nos três principais municípios do País, e com valor de obra/reforma mais relevantes sob o ponto de vista orçamentário. Fazem parte do escopo deste projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construção do Edifício-Sede II do Ministério da Fazenda em Brasília que abrigará RFB (UC, SRRF01, DRF, ALF e DRJ), PGFN e PRFN, CARF, COAF e CONFAZ. - Obras de recuperação completa e modernização dos Edifícios Sede do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro – RJ e em São Paulo – SP, incluindo os custos para deslocamento de parte dos servidores durante o período das obras. - Obras de construção de novos edifícios e ampliação de área de edifícios do MF nas capitais do RJ e SP. - Realização de estudos e viabilização de financiamento de novas obras por meio de Fundo de Investimento Imobiliário (FII), como alternativa no caso de que não haja recursos orçamentários disponíveis para execução da totalidade das obras previstas.
<p>*Melhoria da intranet</p>	<p>Melhoria da Comunicação Interna por meio da intranet</p>
<p>*Projeto de Integração Nacional - REDESIM</p>	<p>Concepção, desenvolvimento e implantação de uma solução de integração de cadastros, processos e procedimentos, relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a RFB e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.</p>
<p>*Projeto de Integração dos Cadastros da RFB - Novo CNPJ</p>	<p>Implantar um novo cadastro de Pessoa Jurídica que atenda às necessidades das diversas áreas de atuação da RFB com visão de modernidade, agilidade e integração com as demais administrações públicas.</p>
<p>*Prover a Coget de solução informatizada que permita melhorar a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB - Sipet</p>	<p>Prover a Coget de uma ferramenta informatizada que permita a elaboração de estudos e simulações a partir das bases de dados da RFB.</p>
<p>*Implementar o Sistema @tos</p>	<p>Implementar sistema informatizado que agilize, ordene, controle, sistematize a elaboração de minutas de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) dentro da Receita Federal do Brasil e a revisão de minuta de atos tributários (MP, IN, Portarias, etc) provenientes de outros órgãos do poder executivo.</p>
<p>*m-RFB (Adequação do site da RFB para dispositivos móveis)</p>	<p>Desenvolver um aplicativo embarcado único para todos os dispositivos móveis existentes no mercado (celulares e tablets) permitindo que os contribuintes acessem as informações e</p>

	serviços: Últimas Notícias, Agenda Tributária, Consulta CPF, Consulta CNPJ, Consulta MPF, Consulta Restituição, Viajantes ao Exterior, DBA.
*Implantação do Escritório de Processos da RFB	Este projeto objetiva implantar no âmbito da RFB uma unidade organizacional com atribuições de um Escritório de Processos corporativo.
*SCC – Pagamento Automático	Implantar sistemática para pagamento automático de restituição, resarcimento e reembolso, incluindo verificação fiscal e efetivação de compensação de ofício quando necessário. Ressalta-se que as operações de verificação fiscal e compensação de ofício deverão considerar também as contribuições previdenciárias. Importante enfatizar que a sistemática implantada deverá atender às necessidades de pagamento de quaisquer sistemas utilizados na RFB para tratamento de pedidos de restituição, resarcimento ou reembolso, a exemplo do SCC, Sief-Processos, Simples Nacional, Peres.
*SCC - Reintegra	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes do Reintegra.
*Implantar nova sistemática de atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur	Implementar o Sistema Wikijur (Wikipédia dos regulamentos) e o Sigi (Sistema de Gestão Integrada de Conhecimento e Integração).
*Implantar o Sistema Requerimentos	Criação de ferramentas de tecnologia que possibilitem a solução mais célere dos litígios instaurados em face dos lançamentos da Malha Fiscal IRPF, contemplando padronização de impugnações, emissão de relatórios que permitam a seleção de lotes, triagem eletrônica, padronização e emissão de acórdãos, cálculo e informação eletrônica do resultado do julgamento.
*Siscomex Carga	Ampliar o escopo do sistema Siscomex para a informação da carga nos modais Terrestre e Aéreo.
*Projeto SISAM	Implantar sistema que aprimore a seleção de DI para verificação no despacho aduaneiro de importação, por meio do uso do aprendizado de máquina.
*Projeto SISCOMEX EXPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Exportação, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, reestruturando o sistema de forma a promover a simplificação e a racionalização de seus procedimentos, bem como a integração de dados e informações com os demais sistemas de comércio

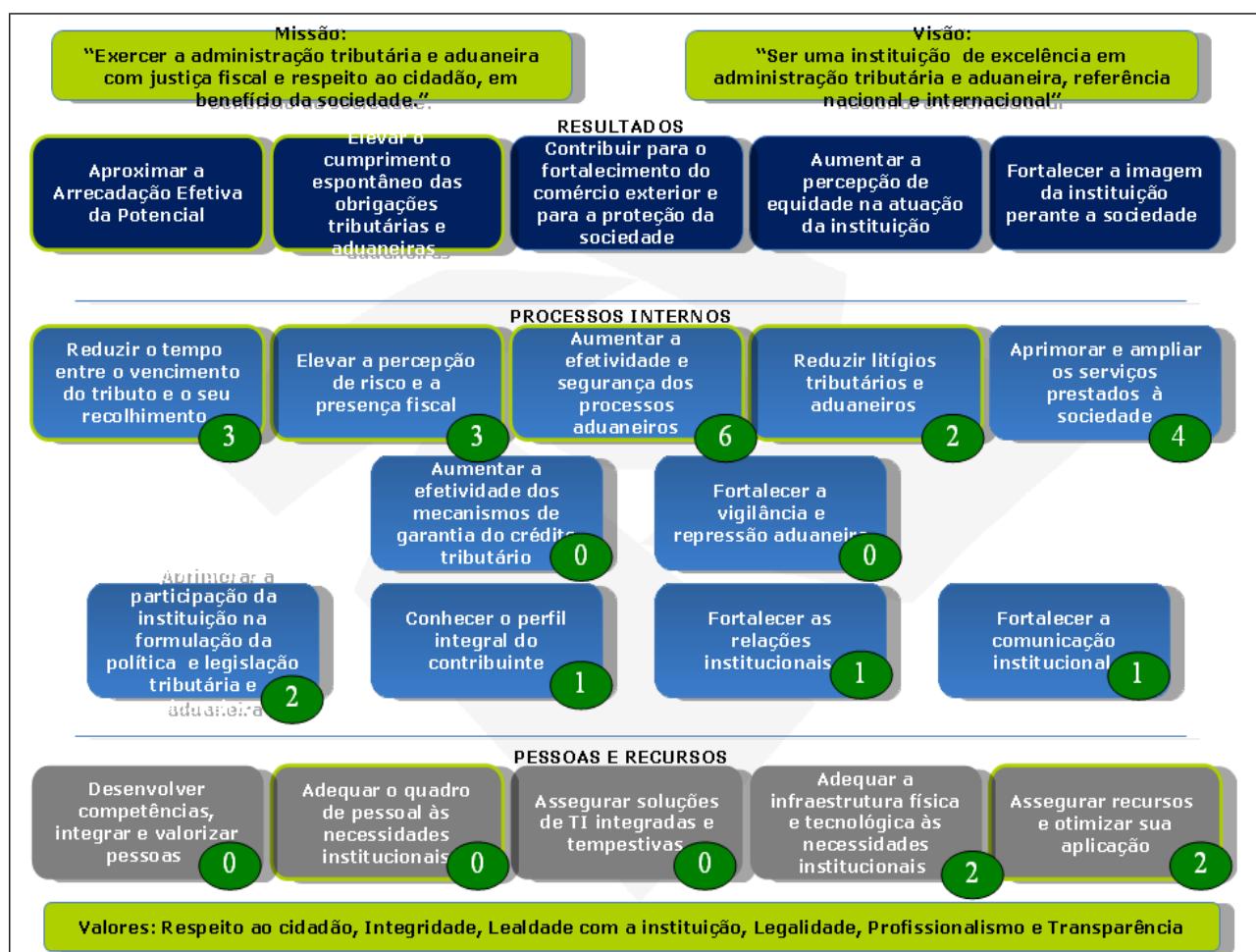
	exterior da RFB.
*Projeto SISCOMEX IMPORTAÇÃO	Desenvolver uma nova versão do Siscomex Importação em uma plataforma Web com acesso via Certificação digital, com vistas a modernizar sua plataforma tecnológica, simplificar e aperfeiçoar seus procedimentos e promover maior integração com os demais sistemas de comércio exterior da RFB.
*Programa GRANDE EVENTOS	Adequar e preparar os processos da RFB para atendimento da demanda decorrente de grandes eventos nos portos, aeroportos e fronteiras terrestres, compatibilizando as atribuições de segurança e controle aduaneiros com a agilidade e eficiência esperadas pela sociedade.
*Programa Portal Siscomex	Integrar sistemas desenvolvidos nos últimos anos que permitirão construir um ambiente articulado, logicamente funcional no comércio exterior e Desenvolver novas funcionalidades por meio de instrumentos de TI para permitir a integração e o compartilhamento de informações entre órgãos de controle no comércio exterior e com aduana estrangeiras e outros órgãos de controle, signatários de acordos internacionais de cooperação e assistência mútua.
*SPED – EFD SOCIAL	Criar a Escrituração Fiscal Digital da Folha de Pagamento e Informações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas, com padronização das rubricas da folha de pagamento, de leiaute, de registro de empregados, vinculada a geração dos créditos tributários de contribuições previdenciárias para constituição e cobrança de tais créditos, substituindo gradualmente as obrigações acessórias atuais existentes no âmbito dos órgãos participantes.
*SPED – Integração	Identificar os sistemas internos da RFB que demandam integração com os dados do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) e das Escriturações Fiscais base RFB e promover as alterações tecnológicas para a utilização plena das informações e maior automação nas atividades de fiscalização, arrecadação e cobrança.
*SCC – Créditos Pis/Cofins	Implantar funcionalidades que permitam a análise do direito creditório dos PER/DCOMP cujos créditos sejam decorrentes da não-cumulatividade de PIS/Pasep e Cofins.
*PUC - Programa de Unificação dos Créditos	Unificar o Crédito Previdenciário (contribuição da empresa, contribuição do trabalhador e contribuições para terceiros) e Fazendário no SIEF.

*e-Processo	Implantar o processo administrativo fiscal integralmente digital, com uso da tecnologia GED e WORKFLOW, em todo o fluxo do crédito tributário, envolvendo RFB, Carf e PGFN.
*SIC - Sistemas Integrados do MCT	Coordenar os projetos de integração e controle do CT e dos créditos públicos acompanhados e administrados pelos respectivos entes públicos envolvidos [RFB, PGFN e PGF].

* Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

* **Projetos Estratégicos Institucionais** - acompanhamento direto pelo Gabinete do Secretário, constituindo-se nos programas, projetos e ações de âmbito nacional e de natureza estruturante, de impacto direto no cumprimento das Metas Estratégicas

Os quadros apresentados a seguir mostram: a quantidade de iniciativas estratégicas institucionais por Objetivo estratégico; e por Macroprocesso.



Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

Fonte: Balanço das Atividades Copav - 2012

No que tange às estratégias de divulgação interna dos objetivos traçados, a RFB adotou várias formas de fazer com que o Planejamento estratégico permeasse toda a instituição, pois a Receita

Federal tem bem presente que seus servidores devem conhecer os Marcos Institucionais, o Mapa Estratégico da organização, a Cadeia de Valor e o Portfólio de Projetos Institucionais.

Neste sentido, elaborou-se um Plano de Comunicação da Estratégia que busca assegurar que, de algum modo, todos os servidores tenham acesso ao material do plano estratégico e que, também, tenham a percepção de sua importância para a instituição e que o mesmo se constitui em prioridade para a gestão da RFB.

Material de Divulgação:

- Cartaz do Mapa Estratégico;
- Cartaz da Cadeia de Valor;
- Banner do Mapa Estratégico;
- Banner da Cadeia de Valor;
- Calendário de mesa com Mapa Estratégico (imagem referente ao mês de janeiro); e



- Notas no Informativo Interno da Receita Federal do Brasil (Informe-se). Como exemplo, na imagem a seguir, apresentamos a 1ª nota publicada em 05/01/2012):

Quanto à divulgação dos resultados alcançados, através da Intranet da RFB (imagem a seguir), os servidores da casa podem através da categoria (tag) “acompanhar a execução da estratégia”, ter acesso, por exemplo, às apresentações que ocorrem nas Reuniões de Avaliação Estratégica - Nacional (RAE N), onde são avaliados os objetivos e indicadores estratégicos.

Fonte: Informativo Interno da Receita Federal do Brasil - 05/01/2012

No exercício de 2012, os seguintes fatores, dentre outros, geraram dificuldades à realização e/ou retardaram o cronograma de cumprimento de projetos e objetivos estratégicos, tais como:

Restrições orçamentárias, financeiras e contingenciamento

•Indisponibilidade orçamentária e/ou financeira para execução de algumas atividades e projetos;

Limitação de diárias (40 diárias no ano) impedindo novos deslocamentos e gerando atraso no cumprimento de cronograma de projetos. Como medida para minimizar o impacto da restrição, cítase a distribuição de ferramentas de especificação e homologação à distância para equipes; e

Inadequação das instalações físicas das unidades - devido a cortes sucessivos de orçamento, a instituição se depara com uma situação de inadequação física, deterioração generalizada das suas instalações físicas, comprometendo o cumprimento de suas atividades.

Incompatibilidade de agendas

Devidos a outras atividades, dificuldade no estabelecimento de agenda comum para planejar, avaliar, decidir e executar o encaminhamento de projetos que tenham produtos a serem utilizados, em comum, com outros órgãos públicos.

Necessidade Recomposição dos Quadros de pessoal

Dificuldade para a formação de equipes de trabalho devido à contínua diminuição do quadro de pessoal do órgão, principalmente devido a aposentadorias, sobrecregendo as equipes existentes.

Limitação de mão de obra dos prestadores de serviço

O Serpro e a Dataprev não possuem capacidade operacional para atender, simultaneamente, a todas as demandas geradas pelas diversas áreas técnicas da RFB, no prazo considerado adequado. Como medida para minimizar este impacto, a partir de critérios técnicos de priorização das demandas, procura-se compatibilizar os recursos disponíveis dos prestadores de serviço com os projetos prioritários da RFB.

Termo de Ajuste de Conduta nº 1.30.012.000011/2004-06

O Termo de Ajustamento de Conduta assinado entre Dataprev e Ministério Público Federal, para migração dos sistemas previdenciários para plataforma baixa restringem ou impede algumas melhorias de sistema, até a conclusão da migração.

Alteração da legislação

Necessidade de alterações legais e normativas.

Por intermédio da Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, o Ministério da Fazenda aprovou o novo Regimento Interno da RFB. Esse normativo contemplou algumas mudanças pontuais e outras mais significativas, destacando-se:

•a reestruturação da Coordenação-Geral da Administração Aduaneira, necessária para o aprimoramento do desempenho da RFB, cumprindo de forma mais adequada as atribuições

previstas no Regimento Interno do Ministério da Fazenda;

- a criação da Coordenação Operacional Aduaneira, da Coordenação Técnica Aduaneira, da Divisão de Suporte e Infraestrutura Aduaneira, da Divisão de Sistemas Aduaneiros, do Centro Nacional de Gestão de Riscos Aduaneiros, da Divisão de Processamento Comercial, da Gerência de Fiscalização e Controle de Intervenientes, da Divisão de Normas e Procedimentos Aduaneiros e da Divisão de Valoração Aduaneira e Origem de Mercadorias;
- A reestruturação da Coana também contribuiu, em 2012, e contribuirá para o alcance dos objetivos estratégicos da RFB previstos em seu Mapa Estratégico, nos próximos exercícios;
- a criação da Coordenação de Gestão de Processos Institucionais, vinculada à Copav, conhecida como Escritório de Processos.

2.3 - Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício

O acompanhamento dos resultados que a Instituição está obtendo, em relação às metas estabelecidas para cada um de seus indicadores estratégicos, em relação ao grau de realização dos Objetivos Estratégicos, assim como em relação à execução dos Projetos Estratégicos Institucionais, é feito ao longo de todo o ano.

A sistemática para tal acompanhamento e avaliação de resultados, no que se refere aos objetivos e indicadores, baseia-se em análises de desempenho das dimensões da gestão estratégica, que dão subsídios para a tomada de decisões, e na realização das reuniões de avaliação nos diversos níveis.

De uma forma geral o Mapa Estratégico da RFB apresentou resultado muito bom no segundo semestre de 2012. Nenhum objetivo apresentou comportamento muito abaixo do esperado. Somente o objetivo estratégico Aprimorar e ampliar os serviços prestados à sociedade indica situação de alerta.

Para uma análise mais aprofundada dos resultados da instituição, do que ocorreu no ano de 2012 com cada objetivo, torna-se necessário uma análise dos indicadores estratégicos que estão por trás de cada objetivo:

Total de Indicadores Estratégicos – 55;

Indicadores Estratégicos não disponíveis – 9 (3 na perspectiva Resultados e 6 na Processos Internos), a saber: Índice de atingimento da arrecadação potencial, Índice de fortalecimento do comércio exterior, Índice de percepção de equidade, Tempo de realização ou da finalização da cobrança administrativa do crédito tributário lançado de ofício, Índice de recuperação da cobrança, Tempo médio de contencioso de primeira instância, Índice de litigância administrativa, Grau de fluidez no despacho de exportação, Índice de integração de informações nos cadastros;

Indicadores Estratégicos disponíveis, mas fora do período de apuração – 2 (1 na perspectiva Resultados e 1 na Processos Internos), a saber: Percepção da RFB pelo público externo, Nível de satisfação do público interno com a comunicação interna da RFB;

Indicadores Estratégicos disponíveis, dentro do período de apuração – 44 (6 na perspectiva Resultados; 29 na Processos Internos, 9 na perspectiva Pessoas e Recursos), a saber: Índice de

realização da meta global da arrecadação, Índice de adimplência do crédito tributário, Índice de adimplência das obrigações acessórias, Número de eventos de sensibilização com educação fiscal com participação da RFB, Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação, Índice de inserções positivas da RFB na mídia, Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes, Tempo médio de contencioso nas delegacias de julgamento, Indicador global de desempenho da seleção (IGDS), Indicador global do desempenho da fiscalização (IGDF), Indicador global da atividade de inteligência fiscal (IGIF), Índice de qualidade da atividade de inteligência fiscal (IQAIF), Índice de cobertura da fiscalização aduaneira, Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação, Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior, Índice de solução de consultas, Percentual de apreciação de consultas e solução de divergências no contencioso, Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos, Índice de variação da litigância judicial, Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15), Indicador de tempo médio de estoque de restituição pendente, Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC, Grau de fluidez no despacho de importação, Tempo médio bruto no despacho de exportação, Índice de crédito tributário garantido, Valor das apreensões provenientes de operações de vigilância e repressão aduaneira, Índice de realização das metas de operações de vigilância e repressão aduaneira, Grau de atendimento às demandas por estudos sobre política e legislação tributária e aduaneira, Número de estudos setoriais, Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM), Índice de integração do cadastro com os estados, Grau de proatividade da RFB no estabelecimento de parcerias, Grau de cobertura dos convênios, Grau de ativação dos convênios, Grau de inserção internacional, Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento, Grau de adequação da lotação, Índice de integração de soluções informatizadas, Nível de adequação do ambiente informatizado às novas ferramentas, Nível de adequação da infraestrutura tecnológica (NIT), Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA), Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio, Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimento.

O Painel de desempenho da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – 2012 mostra a seguinte situação:

Dos 29 indicadores, desdobráveis em nível regional, temos:

Indicadores Estratégicos com resultado dentro do esperado – 20 (4 na perspectiva Resultados; 10 na Processos Internos; 6 na Pessoas e Recursos);

Indicadores Estratégicos com resultado um pouco abaixo do esperado – 2 (ambos na perspectiva Processos Internos);

Indicadores Estratégicos com resultado muito abaixo do esperado – nenhum;

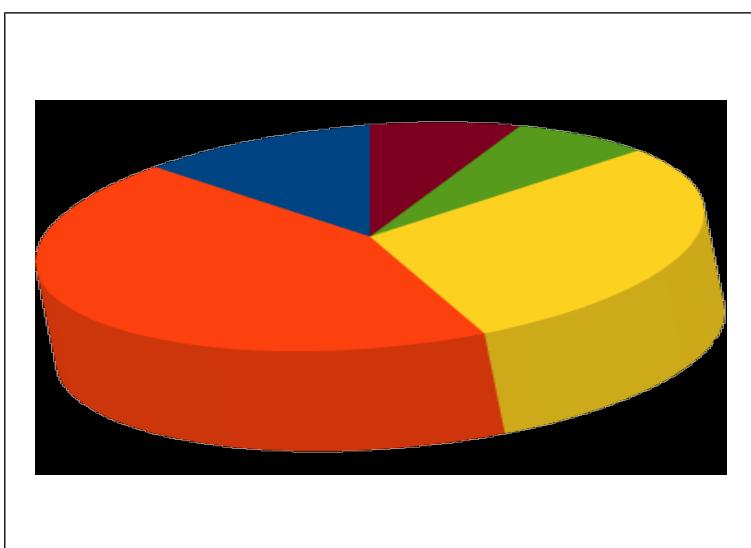
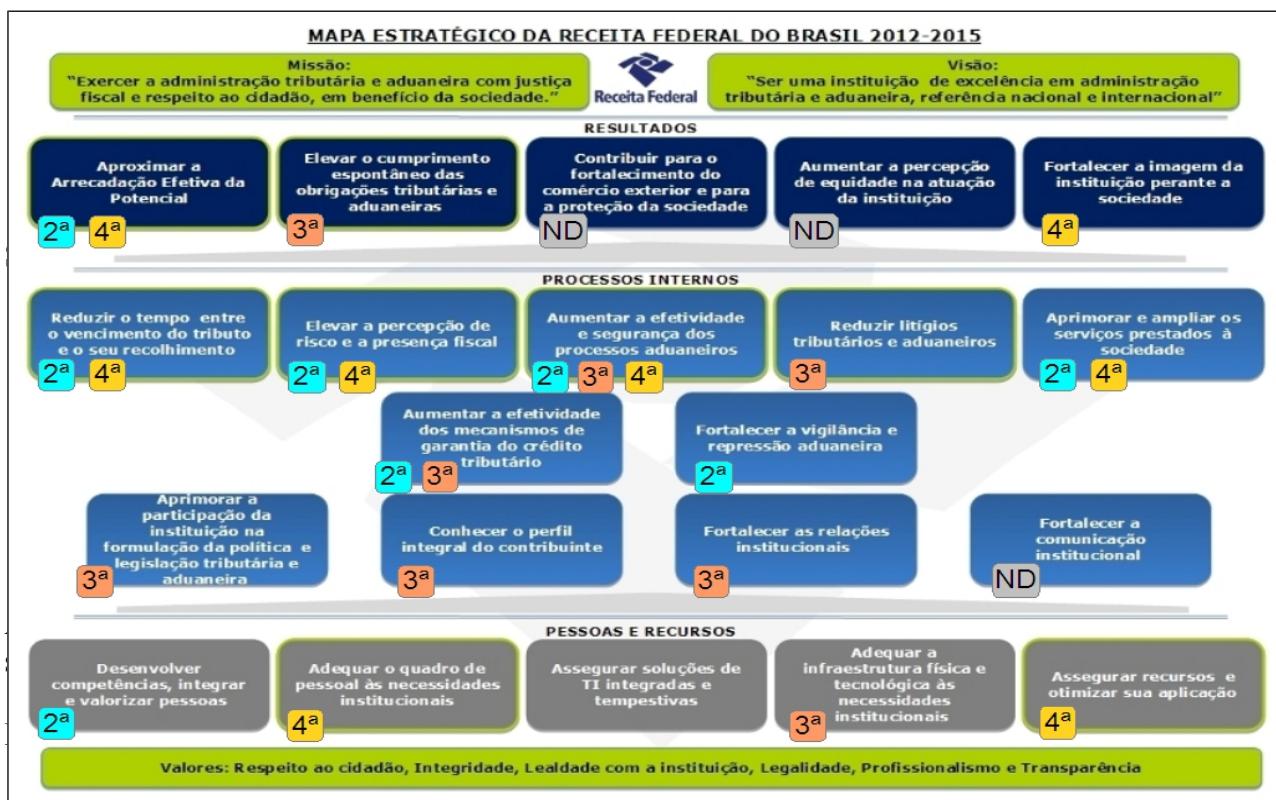
Indicadores Estratégicos com resultado muito acima do esperado – 7 (1 na perspectiva Resultados; 5 na Processos Internos e 1 na Pessoas e Recursos).

Neste processo de avaliação dos resultados, dando continuidade aos procedimentos de avaliação alavancados em 2011, foram realizadas, com referência ao ano de 2012, doze Reuniões de Avaliação Estratégica (RAE), sob a tutela do Gabinete da RFB:

Oito reuniões das Unidades Centrais, com pauta voltada, prioritariamente, para o acompanhamento dos projetos estratégicos institucionais, avaliando em que medida as ações foram executadas; e

Quatro reuniões Nacionais, com participação dos administradores das unidades centrais (Subsecretarias e Coordenações) e regionais (Superintendências), avaliando em que medida as metas foram alcançadas, bem como os motivos e justificativas para o não atingimento das metas estabelecidas (O item 2.4 a seguir contém a análise de cada um dos indicadores disponíveis).

Abaixo, podem ser identificados, no Mapa Estratégico, em quais RAE Nacionais os Objetivos Estratégicos foram analisados.



- █ 2012
- █ 2013
- █ 2014
- █ 2015
- █ 2016

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

O gráfico acima demonstra que a maioria dos projetos tem previsão de encerramento no ano de 2013, porém muitos deles (25%) têm a previsão de encerramento em dezembro de 2013, o que deve propiciar revisões nas estimativas de prazo, aumentando a previsão de projetos a serem entregues em 2014. Os projetos Wikijur, Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Intranet foram encerrados em 2012.

Percentual Executado:

A tabela abaixo demonstra as datas de início e previsão de término, além do % executado de cada um dos projetos estratégicos institucionais.

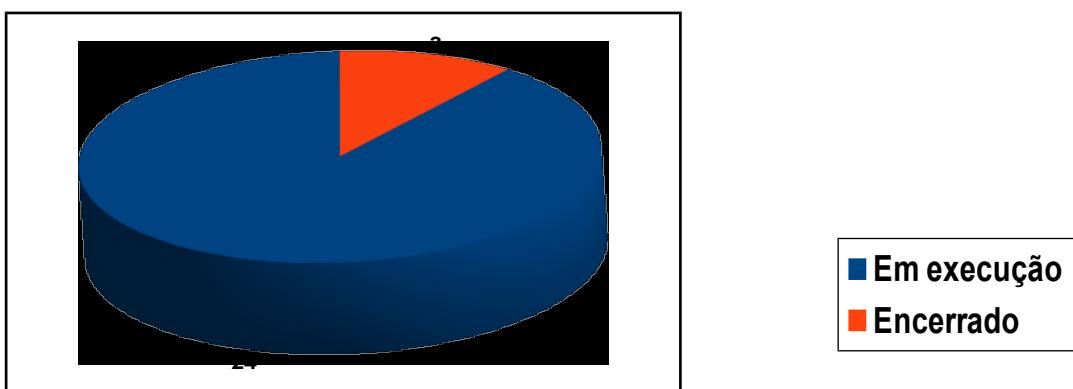
	Projetos Estratégicos Institucionais	Área	Início	Término	%
Mandatório	Grandes Eventos	Suari	01/01/12	01/07/16	15%
	SCC – Pis/Cofins	Suara	07/07/08	31/01/13	98%
	SCC – Reintegra	Suara	19/09/11	03/07/13	68%
	SIC – MCT	Suara	07/01/08	06/02/14	82%
Arrecadação e Controle do Crédito Tributário	PUC	Suara	01/03/10	19/03/14	38%
	SCC - Pagto Autom.	Suara	03/05/10	13/02/13	62%
Fiscalização e combate aos ilícitos tributários e aduaneiros	Sped Integração	Sufis	01/06/09	19/03/13	70%
	Sped – EFD Social	Sufis	01/07/10	18/02/14	10%
Administração Aduaneira	Sisam	Suari	15/02/10	18/10/13	60%
	Siscomex Exportação	Suari	02/06/10	20/12/13	75%
	Siscomex Importação	Suari	08/06/10	28/06/13	50%
	Siscomex Carga	Suari	01/03/04	31/12/15	35%
	Programa Portal Siscomex	Suari	01/11/12	23/12/15	5%
Segurança Jurídica e Solução de Litígios	Sipet	Sutri	18/02/11	28/06/13	79%
	Wikijur	Sutri	18/02/11	30/10/12	100%
	Requerimentos	Sutri	07/06/11	01/12/14	10%
	Sistema @TOS	Sutri	18/02/11	31/12/14	25%
Interação com a sociedade	Novo CNPJ	Suara	17/11/11	31/12/14	7%
	Redesim	Suara	05/07/11	28/06/14	34%
	m-RFB	Sucor	01/03/12	30/06/13	5%
Gestão	Mercadorias Apreendidas	Sucor	04/01/10	31/12/12	100%
	Gestão de Recursos	Sucor	01/07/09	31/12/14	50%
	Seg. da Inform.	Sucor	20/03/09	31/12/12	65%

	Intranet	Ascom	01/03/11	28/09/12	100%
	Escritório de Processos	Copav	01/02/11	29/04/13	75%
	e-Processo	Suara	27/02/06	26/12/13	85%
	Construção e Recuperação de Edifícios do MF	Sucor	03/09/12	14/11/16	9%

Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Status:

O Portfólio apresenta-se conforme figura abaixo:



Fonte: Sistema Clarity PPM v13. Dados extraídos em 25/01/13

Os projetos Implantar Nova Sistemática de Atualização dos Regulamentos e Normas Infralegais - Wikijur, Aperfeiçoamento do Macroprocesso de Mercadorias Apreendidas e Melhoria da Comunicação por meio da Intranet foram encerrados em 2012. Os programas Grandes Eventos e Portal Siscomex encontram-se em fase de iniciação. Demais projetos encontram-se em fase de execução.

2.4 - Indicadores Institucionais

Indicador: Índice de realização da meta global de arrecadação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	99,41%	101,12%	101,01%	101,15%	100,35%	100,31%	100,56%	99,95%

► **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global de arrecadação definida no processo orçamentário como sendo a estimativa de ingressos constante dos decretos de execução do orçamento.

➤ **Fórmula de cálculo:** [(Arrecadação realizada em p no ano X) / (meta de arrecadação em p no ano X) x 100].

➤ **Fonte dos Dados:** DW-Arrecadação e Decretos de Execução do Orçamento.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A meta da arrecadação atingiu 99,95% do previsto, influenciada pelos fatores abaixo.

Positivos:

- aumento nos valores de importação, principalmente via Porto do Pecém, com superação da meta em 10,26%. Os setores com maiores incrementos foram fabricação de coque, derivados do petróleo e biocombustíveis, fabricação de máquinas e equipamentos e comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas;
- reflexo da variação da massa salarial, em função do aumento do nível de emprego, nos três Estados da Região Fiscal, conforme pesquisa mensal CAGED/MTE, influenciando a arrecadação dos tributos vinculados à folha de pagamentos;
- Incremento no volume de vendas e na receita nominal de vendas do Comércio Varejista, tanto nacional como regionalmente, conforme Pesquisa Mensal do Comércio – PMC/IBGE, com reflexo positivo nos tributos sobre o faturamento das empresas;

Negativos:

- redução a zero das alíquotas da CIDE combustíveis, impactando a meta da ALF/Porto de São Luís (-4,44%), embora tenha havido incremento na importação de combustíveis;
- aumento nas compensações de tributos (+8,53%) em relação ao ano anterior;
- Recolhimentos atípicos (antecipações da Lei 11.941/2009 e depósitos judiciais), no ano passado, sem correspondência no corrente exercício.

Quantos às DRF da 3ª RF, as unidades do Maranhão e do Piauí, superaram a meta, tendo como melhor resultado a DRF Floriano (+3,8%). As unidades do Ceará apresentaram resultado negativo, especialmente a DRF Juazeiro do Norte (-4,4%), principalmente decorrente da redução na arrecadação dos Órgãos Públicos (Prefeituras).

Pontos críticos: o ano foi marcado por desonerações tributárias, em especial, as desonerações do IPI, da CIDE sobre combustíveis e da receita previdenciária; crescimento da economia em 2012, em especial do PIB, da Produção Industrial e do Valor em dólar das importações, inferior aos parâmetros adotados nas estimativas de receita; e, queda na lucratividade de empresas.

Comentários: a meta de arrecadação correspondeu ao primeiro decreto de programação – Decreto 7.680, de 17 de fevereiro de 2012. Esse decreto tinha as seguintes premissas:

- PIB para 2012: + 4,5%;
- Produção Industrial: + 3,63%;
- Valor em dólar das Importações: + 10,23%; e
- Massa salarial: + 11,73%.

Indicador: **Índice de adimplência do crédito tributário**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	95,40	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
94,20%	95,10%	95,70%	95,00%	95,00%	94,80%	94,50%	94,60%	94,60%	94,20%	92,70%	NI

Legenda: NI = não informado

➤ **Finalidade:** Medir a relação entre os pagamentos efetuados no mês do vencimento e os pagamentos que deveriam ter sido realizados no mês do vencimento.

➤ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o montante pago no mês do vencimento do crédito tributário (excluído lançamento de ofício) e os débitos declarados relativos a esse mês (montante pago no mês + saldos a pagar).

➤ **Fonte dos Dados:** DW Arrecadação, DW DCTF, Sistema Sinal, DW Pagamentos, DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: A 3^a RF atingiu o índice de 93,1%, bem próximo da meta regional de 95,4%. Com as ações da Cobrança Especial, realizadas pelas Unidades, inclusive com aumento no número de contribuintes selecionados preliminarmente pela Coordenação de Arrecadação e Cobrança, conseguimos nos aproximar a meta de 95,4%. A RFB atingiu 95,9%, acima da meta estabelecida de 95,8%.

Pontos críticos: Há defasagem de até 2 meses entre o final de um mês e a sua apuração. Só é possível medir um determinado mês após o fim do prazo da entrega, pelos contribuintes, das declarações DCTF e GFIP e suas cargas nos sistemas. Além disso, é necessário esperar a disponibilização da informação do batimento GFIP x GPS no sistema Informar.

Observações: No seu âmbito próprio de atuação, as ações da SRRF que visam ao alcance da meta estabelecida para este Indicador têm impactos limitados. O nível de adimplência do crédito tributário depende, em grande medida, de fatores que escapam à gestão regional.

Indicador: Índice de adimplência das obrigações acessórias

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	97,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
NI	NI	97,17%	97,51%

Legenda: NI = não informado

➤ **Finalidade:** Medir a relação entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.

➤ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o número de declarantes e o número total de obrigados às declarações constitutivas de crédito tributário.

➤ **Fonte dos Dados:** Sistema Omissos.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Mede atualmente a DIRPF. Início da medição no 3º trimestre de 2012, após a entrada em produção do Sistema Omissos. O índice da 3ª RF situou-se em 97,51%, acima, portanto, da meta de 97%. Já a RFB atingiu 97,55%, também acima da meta nacional de 97%.

Pontos críticos: Considerando que a data de entrega da declaração DIRPF é o último dia útil do mês de abril, o resultado pode sofrer grandes variações no 1º e 2º trimestres de cada ano, pois a omissão de dado ano somente pode ser atribuída ao contribuinte após o prazo de entrega.

Observações: (i) Futuramente, o índice deverá medir também a DCTF, DASN, DITR e GFIP. (ii) No seu âmbito próprio de atuação, as ações da SRRF que visam ao alcance da meta estabelecida para este Indicador têm alcance limitado. O nível de adimplência da obrigação acessória depende, em grande medida, de fatores que escapam à gestão regional.

Indicador: Número de eventos de sensibilização em Educação Fiscal com participação da RFB

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	424	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
217	433	544	634

➤ **Finalidade:** Aferir o esforço para os eventos de educação fiscal integralmente realizados ou com participação da RFB.

➤ **Fórmula de cálculo:** Quantidade de eventos realizados com a participação da RFB.

➤ **Fonte dos Dados:** Planilhas preenchidas pelos Representantes de Educação Fiscal em cada Região Fiscal. No futuro, sistema para apuração, avaliação e emissão de relatório (demanda na Cotec).

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Superação da meta em 50%, com a realização de 634 eventos durante o ano de 2012. Vários fatores podem explicar a forte superação dos resultados em relação à meta

anual: (i) o compromisso dos gestores na implementação de atividades de educação fiscal; (ii) a regulamentação das atividades de educação fiscal, no âmbito da Receita Federal, por meio da Portaria nº 896, de 05 de abril, que estabeleceu diretrizes, público-alvo e determinou a designação formal de servidor responsável pela gestão da educação fiscal em todas as Delegacias e Inspetorias da Receita Federal (determinação que foi cumprida por todas as unidades da 3ª Região Fiscal); (iii) a criação de formulário eletrônico para inserção das atividades de educação fiscal, propiciando o acompanhamento *on-line* das atividades realizadas pelas Regiões Fiscais; (iv) a edição da Nota Coaef nº 21 que disciplinou a forma de aferição dos eventos de educação fiscal. Na 3ª Região Fiscal, foram priorizados os eventos com foco na diretriz de orientação tributária, com realização de palestras acerca das obrigações dos contribuintes, bem como ações de divulgação externa das atividades da RFB.

Pontos críticos: O desempenho da 3ª Região Fiscal neste Indicador não se deu de forma equilibrada entre as unidades locais, uma vez que algumas delas superaram suas metas enquanto outras tiveram desempenho mais tímido.

Observações: As Unidades Centrais da RFB procederam a alterações na fórmula de cálculo do indicador, para o ano de 2013, passando a atribuir pesos diferentes às ações realizadas, de acordo com a natureza destas. O objetivo é direcionar as atividades relacionadas à Educação Fiscal, desenvolvidas pelas diversas unidades da RFB, para o atendimento da política geral da Instituição para o setor.

Indicador: Grau de cumprimento das obrigações aduaneiras na importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	46,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
46,00%	48,00%	47,00%	48,00%	46,00%	46,00%	47,00%	46,00%	46,00%	45,00%	44,00%	44,00%

➤ **Finalidade:** Medir o cumprimento das obrigações aduaneiras na importação.

➤ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre as declarações aduaneiras de importação, selecionadas para controle por aleatoriedade, não retificadas, desembaraçadas no mês e as declarações aduaneiras de importação selecionadas para controle por aleatoriedade, desembaraçadas no mês.

➤ **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Com desempenho de 44%, ou seja, aproximadamente 96% da meta estabelecida, consideramos o objetivo alcançado. A RFB atingiu 78%, valor bem próximo da meta nacional de 80%.

Pontos críticos: Esse indicador avalia o trabalho desenvolvido pelos operadores na importação, cuja atividade é alheia ao nosso controle, ou seja, está diretamente ligada à qualificação dos importadores/despachantes aduaneiros. Além disso, esse indicador poderá ser influenciado pela metodologia de trabalho utilizada por cada unidade da RFB na conferência aduaneira de importação.

Observações: A definição de uma conferência aduaneira uniforme, combinada com a realização de cursos/treinamentos de reciclagem, inclusive com o exame de qualificação prévia para despachantes aduaneiros (implementado em 2012, conforme previsto no RA, art. 810, §1º, inciso VI), são elementos essenciais à melhoria do desempenho da RFB nesse indicador. Com base nessa avaliação, durante o ano de 2012, a 3^a RF promoveu dois treinamentos para intervenientes no comércio exterior, um em Fortaleza (para intervenientes domiciliados no Ceará) e outro em São Luis (para aqueles domiciliados no Piauí e no Maranhão).

Indicador: Índice de redução do valor de estoques de compensações pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	30,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim 1	Trim2	Trim3	Trim4
21,40%	31,20%	37,50%	46,40%

➤ **Finalidade:** Medir a redução do valor do estoque de compensações pendentes, declaradas nos últimos 5 anos.

➤ **Fórmula de cálculo:** $[(\text{Saldo inicial DCOMP} - \text{saldo atual DCOMP}) / (\text{saldo inicial DCOMP})] \times 100$.

➤ **Fonte dos Dados:** DW-PER/DCOMP.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: Em 31/12/2011, a 3^a RF possuía um saldo de DCOMP pendentes de análise de R\$ 859 milhões; no 4º trimestre/2012 esse saldo foi reduzido para R\$ 601 milhões, ultrapassando a meta em 54,6%. Nessa redução (de R\$ 258 milhões) estão inseridos R\$ 45,7 milhões oriundos de DCOMP dos anos de 2007 e 2008, programadas pela Dirac/3^a RF para serem trabalhadas em 2012, atingindo 80% do valor programado regionalmente. Trata-se de uma estratégia, definida regionalmente, de otimização dos recursos humanos alocados à atividade de apreciação de compensações tributárias, mediante a sua concentração na análise das compensações mais vultosas. Para uma meta de 30%, a RFB alcançou um resultado de 54,3%.

Pontos críticos: Não há

Observações: Não há

Indicador: Indicador global de desempenho da seleção (IGDS)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	85,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
88,15%	87,70%	84,20%	84,55%	83,82%	83,91%	84,49%	84,66%	47,03%	46,68%	58,25%	79,09%

➤ **Finalidade:** Medir o desempenho global da seleção da ação fiscal.

➤ **Fórmula de cálculo:** (Índice de Qualidade da Seleção de Fiscalização IQSF x 0,5) + (Índice de Formação e Garantia de Estoque de Dossiês IFGED x 0,5), sendo IQSF = R2 e IFGED = S1 a S5.

➤ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Portal Copes.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3ª Região Fiscal atingiu ou andou muito próximo de atingir a meta estabelecida para este Indicador em oito dos doze meses do ano. Nos quatro últimos meses, nosso desempenho foi insatisfatório, se comparado à meta fixada para o Indicador, porém compatível com o desempenho das demais nove Regiões Fiscais do País, uma vez que estas também ficaram abaixo da meta nos mesmos meses. O adiamento da fase 2 de cadastramento de dossiês para o mês de janeiro revela que o desempenho aquém da meta não se restringiu à nossa Região Fiscal.

Pontos críticos: O movimento reivindicatório conduzido pelos AFRFB no ano de 2012 (“Operação Crédito Zero”), fato situado fora da governança dos administradores regionais e locais, prejudicou o cadastramento de dossiês em algumas unidades.

Observações: Não houve prejuízo no andamento das fiscalizações, pois não chegou a faltar dossiês para distribuição à fiscalização. O trabalho de cadastramento de dossiês de seleção compreendia as ações fiscais que seriam iniciadas em 2013.

Indicador: Indicador global da fiscalização (IGF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
3,70%	9,40%	18,70%	25,80%	33,40%	45,90%	50,70%	55,90%	61,80%	70,60%	78,20%	91,20%

➤ **Finalidade:** Medir o desempenho global da fiscalização sob as vertentes da presença fiscal, da constituição do crédito tributário e do desempenho das ações fiscais.

➤ **Fórmula de cálculo:** (Índice de Presença Fiscal IPF x 0,25) + (Índice de Realização de Crédito Tributário ICT x 0,05) + (Índice de Desempenho da Fiscalização IDF x 0,70).

➤ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3^a Região Fiscal não atingiu a meta estabelecida para este indicador. O desempenho abaixo da meta, contudo, ocorreu em nove das dez Regiões Fiscais. Com isso, nosso desempenho acabou ficando acima da média nacional do Indicador, que foi de 85,6%.

Pontos críticos: Tudo indica que os maus resultados regionais e nacional decorreram do movimento reivindicatório conduzido pelos AFRFB no ano de 2012 (“Operação Crédito Zero”), fato situado fora da governança dos administradores regionais e locais.

Observações: Espera-se que o retorno à normalidade dos trabalhos leve ao cumprimento desta meta em 2013.

Indicador: Índice de cobertura da fiscalização aduaneira

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	13,19	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
1,85%	4,17%	4,17%	6,94%

➤ **Finalidade:** Medir o percentual médio de operadores de comércio exterior que são objeto de fiscalização *a posteriori*, no período indicado.

➤ **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano) / (quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores)] x 100, onde: Quantidade de fiscalizações externas realizadas no ano = quantidade de fiscalizações computadas para fins do Plano Nacional de Fiscalização Aduaneira (PNFA), extraídas do sistema Ação Fiscal Aduaneiro; Quantidade de operadores de comércio exterior que representaram 99% do volume do comércio exterior brasileiro nos 5 anos anteriores = contagem do número de estabelecimentos que atuaram no comércio exterior e que tenham sido responsáveis por 99% do volume (medido pelo VMLE, ou seja, pelo valor da mercadoria no local de embarque) das importações e exportações nos 5 anos imediatamente anteriores ao ano (Ano X) para o qual o indicador está sendo apurado.

➤ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal Aduaneiro e DW Aduaneiro.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: Apesar do não cumprimento da meta regional, o resultado da 3^a RF situa-se como o 3º melhor dentre todas as regiões fiscais. Cabe ressaltar que o desempenho da 3^a RF (6,94%) ficou muito acima do desempenho médio do Brasil (4,55%). Em 2011 a 3^a RF atingiu 10,33%, também acima do nacional (6,06%) e em 2010, alcançou 6,99%, contra 5,58% no Brasil.

Pontos críticos: Houve redução da mão-de-obra alocada à fiscalização aduaneira na DRF/TSA. Além disso, a meta anual da 3^a RF foi muito concentrada no 2º semestre, período no qual ocorreu o movimento reivindicatório dos AFRFB (“Operação Crédito Zero”).

Observações: Foi publicada portaria pelo SRRF03, de modo a centralizar em 2013 as atividades de fiscalização aduaneira da 3^a RF na Alfândega do Porto de Fortaleza, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos humanos regionais alocados à atividade (haja vista a baixíssima densidade de operadores no comércio exterior dos Estados do Piauí e do Maranhão). Além disso, em 2013 deveremos intensificar a flexibilização da jurisdição territorial da fiscalização, realizando ações fiscais em contribuintes da 8^a RF.

Indicador: Grau de eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	65,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
62,46%	60,24%	58,80%	57,70%	58,33%	59,37%	58,79%	58,22%	57,32%	57,30%	57,84%	58,38%

➤ **Finalidade:** Medir a eficácia da seleção para fiscalização no despacho de importação.

➤ **Fórmula de cálculo:** Número de DI selecionadas com retificação (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês / número total de DI selecionadas (excluídas as selecionadas por aleatoriedade), desembaraçadas no mês.

➤ **Fonte dos Dados:** Siscomex (DW Aduaneiro).

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: Embora não tenha sido alcançada a meta de 65%, o desempenho da 3^a RF nesse indicador foi satisfatório, por ter atingido 90% da meta e por ter sido o mais destacado dentre os resultados de todas as regiões fiscais. Na verdade, o desempenho da 3^a RF foi bem superior à média nacional do Indicador, que ficou em 33,39%.

Pontos críticos: Esse indicador é fortemente influenciado pela qualidade da parametrização do Sistema Siscomex. Tendo em vista que essa rotina de parametrização seleciona, muitas vezes, Declarações de Importação que não contêm irregularidades, faz-se necessário

incrementar a análise de risco local em cada unidade aduaneira, reduzindo o percentual de Declarações de Importação selecionadas automaticamente pelo sistema.

Observações: Além da criação do Centro Nacional de Gerenciamento de Risco, devem ser estruturadas equipes locais de análise de risco pré-despacho aduaneiro.

Indicador: **Grau de eficácia da seleção para fiscalização aduaneira de intervenientes no comércio exterior**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	90,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
100,00%	83,33%	83,33%	90,00%

➤ **Finalidade:** Medir a relação entre as ações fiscais aduaneiras de zona secundária concluídas com resultado e as ações fiscais concluídas.

➤ **Fórmula de cálculo:** (Ações fiscais concluídas com resultado / ações fiscais concluídas) x 100.

➤ **Fonte dos Dados:** DW Aduaneiro e Ação Fiscal Aduaneiro.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: A meta da 3^a RF foi cumprida. Em 2011, a 3^a RF atingiu 92,68% para uma meta de 90%, enquanto em 2010, o resultado alcançado foi de 90,91% contra uma meta fixada em 85%.

Pontos críticos: Dificuldade de explorar novas linhas de pesquisa para formação de dossiês, na Delegacia de Teresina/PI e na Alfândega do Porto de São Luís/MA, devido ao pequeno universo de contribuintes. Some-se a isso a dificuldade de implementar uma equipe de pesquisa fiscal na SRRF03/Diana, com dedicação exclusiva, em razão do reduzido contingente de AFRFB.

Observações: Deve-se prosseguir no compartilhamento de informações e dossiês entre regiões fiscais, permitindo que a fiscalização aduaneira tenha uma abrangência nacional. Outro fator importante é que, a partir de 2013, a fiscalização aduaneira de zona secundária na 3^a RF será centralizada na Alfândega do Porto de Fortaleza/CE e com isso deveremos obter melhores resultados. Por fim, há perspectiva de desenvolvimento de linhas de pesquisa de caráter nacional a serem estabelecidas pela Coordenação-Geral de Administração Aduaneira/Coordenação de Fiscalização e Repressão Aduaneira/Divisão de Fiscalização Aduaneira.

Indicador: **Índice de solução de consultas**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE	POLARIDADE	META	ANÁLISE
-------------	------------	------------	------	---------

	MEDIDA			
Sutri/RFB	Percentual	Positiva	65,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
70,00%	77,78%	82,56%	90,99%

➤ **Finalidade:** Mensurar o percentual de solução das consultas internas e externas.

➤ **Fórmula de cálculo:** Número de consultas respondidas / (acervo de consultas aguardando solução + número de consultas recebidas no período).

➤ **Fonte dos Dados:** Levantamento manual.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: A meta regional foi superada em quase 40%. A Disit/3^a RF apresenta baixo estoque de processos de consultas externas (15 processos no início do mês de janeiro de 2013) e ausência de processos de consultas internas. A RFB atingiu 78,04% para uma meta estabelecida de 65%.

Pontos críticos: A diversidade de matérias consultadas e o reduzido número de servidores dificultam a especialização e distribuição de processos por matéria.

Observações: Foi alterada a legislação que dispõe sobre o processo de consulta externa (Lei nº 9.430, de 1996) e está sendo alterada a Instrução Normativa que a regulamenta, no sentido de permitir a redistribuição de processos formalizados nas demais regiões fiscais. Tal medida provocará um aumento no estoque deste tipo de processos e dificuldade no cumprimento da meta anteriormente estipulada.

Indicador: Índice de crédito tributário sub judice controlado em processos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	74,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
66,20%	70,40%	70,10%	74,70%

➤ **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.

➤ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário sub judice controlado em processo e o total de crédito tributário sub judice.

➤ **Fonte dos Dados:** DW Devedores.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: No 1º trimestre/2012 o nosso índice era de 66,2%, ante uma meta anual de 74%. Ao final do 4º trimestre/2012 essa marca foi superada, atingindo 74,7%. Esse resultado deve ser atribuído a: 1) o bom desempenho das Unidades, com destaque para a DRF/São Luis (registre-se que a DRF/FOR, que representa 80% da região, alcançou apenas 80% da respectiva meta); 2) trabalhos relativos a Crédito Tributário a Validar da DRF/Fortaleza, realizados pelas Unidades da 3ª RF em forma de mutirões.

Pontos críticos: Não há.

Observações: Entendemos ser necessário levar em consideração o estabelecimento de critérios de riscos na priorização dos trabalhos dos Créditos Tributários a Validar, concentrando esforços não somente nos maiores valores, mas também e, principalmente, nas suspensões improcedentes e fraudulentas, mediante a identificação de ações judiciais (teses jurídicas) cujas decisões são contrárias aos interesses dos contribuintes. Sugerimos o estudo de uma ponderação maior, quando do cômputo do índice, para aqueles Créditos Tributários a Validar formalizados em processo de cobrança. Embora a 3ª Região Fiscal tenha superado sua meta, nosso desempenho foi o mais tímido dentre as dez Regiões Fiscais, o que indica que há espaço para evoluirmos nas atividades ligadas a esse Indicador.

Indicador: Percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos (TME 15)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	80,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
28,74%	91,98%	93,05%	80,21%	67,39%	65,86%	83,08%	94,69%	91,61%	96,45%	92,75%	82,38%

➤ **Finalidade:** Aferir o percentual de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos, nas unidades de atendimento.

➤ **Fórmula de cálculo:** [(Quantidade de serviços atendidos com tempo médio de espera menor ou igual a 15 minutos) / (quantidade de atendimento presencial)] x 100.

➤ **Fonte dos Dados:** Sistema Nacional de Apoio ao Gerenciamento do Atendimento - Saga.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em 2012, à exceção dos meses de janeiro, maio e junho, os resultados obtidos pela 3ª RF, no indicador TME 15, superaram a meta prevista para o indicador, que é de 80%, fechando o ciclo do primeiro ano de aferição deste indicador com um resultado

bastante favorável. No 4º trimestre/2012 a 3ª RF apresentou os seguintes resultados: outubro, 96,5%; novembro, 92,7% e dezembro, 82,4%, e encerrou o ano com o percentual médio de 82,3%, praticamente no nível do resultado médio nacional de 82,4%. A Região atingiu seu melhor índice no mês de outubro, quando chegou a 96,5%, mostrando todo o potencial de trabalho da área de atendimento. Mereceram destaques os desempenhos em dezembro/2012 dos Centros de Atendimento ao Contribuinte de Fortaleza/CE, Teresina/PI e Sobral/CE, que atingiram, respectivamente, os seguintes índices: 82,5%, 94,5% e 97,0%, resultados considerados muito bons para um mês em que, tradicionalmente, ocorre uma redução no quantitativo de servidores do atendimento em razão de férias e recesso de fim de ano.

Pontos críticos: Algumas unidades da Região têm enfrentado grandes dificuldades em manter os índices acima da meta em razão do exíguo quadro de servidores, afetando diretamente no aumento do tempo de espera. Ademais, os meses de férias escolares são bastante difíceis sob a ótica de manter bons índices de TME, haja vista a maior concentração de servidores em férias nesses meses.

Observações: Foram incentivadas mudanças de procedimentos, especialmente rumo a uma maior utilização do agendamento e implantação de espaço para autoatendimento orientado, nos Centros de Atendimento ao Contribuinte das Delegacias de Fortaleza e Teresina.

Indicador: Indicador de tempo médio de estoque de restituições pendentes

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Dias	Negativa	618,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
714,00	331,00	310,00	276,00

➤ **Finalidade:** Medir o tempo médio do estoque de pedidos de restituição, ressarcimento e reembolso pendentes (PER).

➤ **Fórmula de cálculo:** (Somatório do nº de PER pendentes x nº de dias contados desde o ano de transmissão de cada PER pendente) / total de PER pendentes.

➤ **Fonte dos Dados:** DW PERDCOMP.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O tempo médio de estoque de restituições/ressarcimento/reembolso pendentes em 31/12/2011 era de 772 dias; em 31/12/2012, caiu para 276 dias. Esse resultado deu-se, em grande parte, pela alimentação, nos sistemas de controle, de processos que já haviam sido trabalhados pelas Unidades. O resultado alcançado no Brasil foi de 562 dias para uma meta estabelecida de 616 dias.

Pontos críticos: Não há.

Observações: Em que pese o excelente resultado alcançado pela Região Fiscal, ultrapassando inclusive a meta prevista para 2013 (386 dias), é necessário manter o acompanhamento das Unidades, de modo a garantir a continuidade dos bons resultados.

Indicador: **Quantitativo de serviços acessados no portal e-CAC**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Número absoluto	Positiva	2550000	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
239777	421856	622879	877938	1152852	1385261	1596372	1809922	1987363	2200933	2396733	2576768

➤ **Finalidade:** Mensurar a quantidade de serviços acessados por meio do Portal e-CAC.

➤ **Fórmula de cálculo:** Quantidade de serviços acessados no Portal e-CAC.

➤ **Fonte dos Dados:** Estatísticas de serviços do portal e-CAC.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: A 3^a RF encerrou 2012 com um total de 2.576.768 serviços prestados por meio do portal e-CAC, sendo 4,9% a mais do que em 2011, quando foram registrados 2.457.372 serviços. Considerando a meta para 2012, de 2.550.000 serviços, a Região ficou 1,05% acima da meta. Destacaram-se neste indicador os Centros de Atendimento ao Contribuinte de Fortaleza, São Luís, Teresina e Imperatriz, que superaram suas metas nos seguintes percentuais, respectivamente: 0,95%; 14,04%; 9,53%; e 2,28%. A RFB alcançou um total de 66.590.219 serviços acessados para uma meta de 65.810.000.

Pontos críticos: Trata-se de um indicador cuja meta estabelecida não está sob total governabilidade da Região, visto que os acessos dos serviços pelo Portal e-CAC sofrem influências atípicas (criação de novas demandas, encerramento de alguns serviços por não mais serem necessários, nível de inclusão digital da comunidade, etc). Devem ser levados em consideração o baixo nível de conectividade observado no interior do Nordeste e a lentidão no tráfego de banda larga, que representam um grande obstáculo ao uso do canal eletrônico de atendimento, além obviamente do menor desenvolvimento sócio-econômico da Região Nordeste, que influi no acesso aos meios digitais.

Observações: Nosso plano é aperfeiçoar a divulgação de serviços disponibilizados pela RFB que podem ser realizados pelo contribuinte diretamente na internet e a continuidade da implantação do espaço de autoatendimento orientado nas Unidades de Atendimento (CAC e ARF) na 3^a RF.

Indicador: **Grau de fluidez do despacho de importação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	57,40	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
55,95%	61,74%	56,47%	51,86%	61,42%	66,07%	67,88%	69,86%	64,45%	64,60%	63,08%	68,45%

➤ **Finalidade:** Medir a fluidez do despacho de importação.

➤ **Fórmula de cálculo:** Número de declarações de importação com tempo de despacho menor que 1 dia no mês / número total de declarações de importação desembaraçadas no mês.

➤ **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em apenas três meses do ano a meta da 3^a RF deixou de ser cumprida. Esse desempenho, se comparado ao das demais Regiões Fiscais, parece bastante satisfatório, uma vez que, em nível nacional, houve apenas dois meses em que a meta foi cumprida (agosto e outubro).

Pontos críticos: Este índice é fortemente influenciado pelo percentual de Declarações de Importação parametrizadas para o canal verde. Para atingi-lo, é necessário incrementar o número de Declarações de Importação parametrizadas em canal verde, e, simultaneamente, fazer a análise de risco local dessas Declarações de Importação, de modo a reduzir a possibilidade de uma Declaração de Importação verde com irregularidades ser liberada.

Observações: Devem ser estruturadas equipes locais de análise de risco.

Indicador: **Tempo médio bruto no despacho aduaneiro de exportação**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Dias	Negativa	0,20	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
0,10	0,13	0,18	0,17	0,17	0,15	0,26	0,22	0,24	0,24	0,22	0,28

➤ **Finalidade:** Medir o tempo médio bruto consolidado do despacho aduaneiro de exportação.

➤ **Fórmula de cálculo:** Somatório dos tempos entre a recepção de cada declaração de exportação e o respectivo desembaraço dividido pela quantidade de declarações de exportação desembaraçadas.

➤ **Fonte dos Dados:** GDA - Gerencial de Despacho Aduaneiro.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O indicador da 3^a RF apresentava bons resultados até o final do 1º semestre de 2012. Apesar do não cumprimento da meta no 2º Semestre de 2012, a 3^a RF, ao longo de todo o ano de 2012, atingiu plenamente a sua meta de 0,20 dias, conforme consulta ao Gerencial de Desempenho Aduaneiro.

Pontos críticos: Os tempos referentes a despachos fracionados e despachos *a posteriori*, modalidades bastante comuns nas unidades aduaneiras da 3^a Região Fiscal, contribuem para o aumento dos resultados desse indicador. Além disso, é provável que o movimento reivindicatório dos AFRFB (“Operação-padrão”) tenha influenciado no desempenho desse indicador. Confluem para essa conclusão os resultados de quatro Regiões Fiscais, que ficaram bem abaixo das suas respectivas metas, e o resultado nacional, que também se situou em patamar insatisfatório.

Observações: É essencial o desenvolvimento de forma de extração de dados e/ou ferramentas que permitam a exclusão dos despachos fracionados e *a posteriori*, permitindo, assim, uma aferição mais precisa desse indicador.

Indicador: Índice de crédito tributário garantido

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suara/RFB	Percentual	Positiva	2,10	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
1,00%	1,20%	1,20%	5,00%

➤ **Finalidade:** Medir a relação entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total de crédito tributário.

➤ **Fórmula de cálculo:** Relação percentual entre o crédito tributário garantido (por arrolamento e cautelar) e o total do crédito tributário sujeito a garantia.

➤ **Fonte dos Dados:** DW Siga PJ, Informar, PAEX e Sief-Processo.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: Em razão do empenho das Unidades, a meta do índice, fixada em 2,10%, foi alcançada com bastante folga, atingindo o percentual de 5,0% no 4º trimestre/12. Deve-se destacar o valor dos bens arrolados pela DRF/SLS, no montante de R\$ 163 milhões, frente ao total da região, da ordem de R\$ 284 milhões. Registre-se que o nosso índice, no 1º trimestre/12, era de apenas 1,0%. O resultado nacional foi de 8,5% para uma meta de 6,9%.

Pontos críticos: O incremento do resultado do indicador se deve ao trabalho de atualização do sistema Conprovi, com o cadastro dos processos de arrolamento já existentes (Nota Dirac nº 02/2012). Ainda não há reflexo no Conprovi de novos processos de arrolamento feitos pelas Unidades. Há necessidade de capacitar os servidores das áreas responsáveis pelo arrolamento de bens para o desempenho dessa atividade.

Observações: Há a previsão de treinamento do sistema Conprovi na 3^a RF, em 2013.

Indicador: **Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira**

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Suari/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
116,67%	83,33%	107,14%	95,45%	103,85%	97,00%	88,89%	84,34%	77,55%	85,19%	100,84%	106,98%

➤ **Finalidade:** Mensurar o grau de realização da meta global das operações de vigilância (em Zona de Vigilância Aduaneira - ZVA) e repressão aduaneira definida no Plano Nacional de cada ano.

➤ **Fórmula de cálculo:** (Pontuação realizada no período / Pontuação prevista no período) x 100, onde: Pontuação = (quantidade de operações de pequeno porte x 1) + (quantidade de operações de médio porte x 2) + (quantidade de operações de grande porte x 4).

➤ **Fonte dos Dados:** Controles gerenciais da Corep, a partir de relatórios mensais recebidos das unidades regionais.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: A Divisão de Repressão ao Contrabando e Descaminho realizou, nas áreas de fiscalização, repressão e controle sobre o comércio exterior (inclusive bagagem), durante o ano de 2012, operações de repressão e vigilância em quantidades e tipos que geraram um resultado do Índice de realização da meta das operações de vigilância e repressão aduaneira superior à meta estabelecida para a Região Fiscal (106,98% contra 100%). Essas operações ensejaram apreensões de mercadorias no valor de R\$ 13,7 milhões, que constitui o maior montante anual de apreensões já registrado na 3^a Região Fiscal. Importante destacar que, dentre a grande variedade de mercadorias retidas, encontram-se cigarros e os veículos que os transportavam, bem como eletroeletrônicos, que perfazem 83% do total de mercadorias apreendidas, ou seja, mais de R\$ 12 milhões. A RFB alcançou um resultado de 101,59% para uma meta estabelecida de 100%.

Pontos críticos: 1 – Falta de reajustamento do valor das diárias, fator que desestimula os deslocamentos para trabalhos de repressão, geralmente realizados fora da sede da SRRF – 3^a Região Fiscal. 2 – Restrições impostas por Decreto Presidencial ao quantitativo de servidores que podem ser deslocados simultaneamente para o mesmo trabalho (dez), ao

quantitativo de diárias consecutivas que podem ser pagas ao mesmo servidor (dez) e ao quantitativo anual de diárias que podem ser pagas ao mesmo servidor (quarenta).

Observações: Não há.

Indicador: Indicador global de acompanhamento dos maiores contribuintes (IGAM)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sufis/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
19,92%	40,00%	61,82%	96,29%

➤ **Finalidade:** Medir a relação entre as ações de acompanhamento diferenciado executadas e as ações planejadas.

➤ **Fórmula de cálculo:** $(0,25 \times \text{Indicador de Distorções da Arrecadação IDA}) + (0,35 \times \text{Indicador do Setor Econômico ISE}) + (0,40 \times \text{Indicador de Tratamento do Passivo Tributário IPT})$.

➤ **Fonte dos Dados:** Ação Fiscal e Sistemas da Arrecadação.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: De todos os indicadores que compõem o IGAM (IDA, ISE e IPT, este último com 6 subindicadores) a 3^a RF deixou de cumprir a meta apenas no ISE (Indicador do Setor Econômico). A 3^a RF deveria realizar 19 relatórios utilizando a metodologia do setor econômico e foram realizados 17 relatórios - tendo sido cumprida 89,5% da meta para o ISE.

Pontos críticos: A DRF Juazeiro do Norte, durante o ano de 2012, não realizou qualquer relatório pela metodologia de acompanhamento de setores econômicos. A DRF Fortaleza, que é a maior unidade da 3^a RF, tem sua equipe bastante desfalcada e, por essa razão, deixou de fazer 1 relatório para atingir a sua meta.

Observações: Passamos ao Superintendente as dificuldades encontradas nas DRF Juazeiro do Norte e Fortaleza e, com certeza, a 3^a RF vai superar os problemas em 2013. A DRF Sobral também merece atenção, pois só cumpriu sua meta com bastante apoio do Semac/SRRF. Além do que já foi explicado acima, há também a hipótese de que a meta do ISE tem sido superestimada, considerando que 6 Regiões Fiscais não conseguiram realizá-la em 100%.

Indicador: Índice de gestão das ações de capacitação e desenvolvimento

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE

Sucor/RFB	Percentual	Positiva	105,00	TRIMESTRAL
-----------	------------	----------	--------	------------

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
52,34%	68,51%	88,62%	138,85%

➤ **Finalidade:** Aferir o percentual de servidores capacitados por unidade, bem como a quantidade de horas de treinamento por servidor no exercício.

➤ **Fórmula de cálculo:** $\{0,6 \times [(carga\ horária\ total\ de\ capacitação\ / total\ de\ treinados\ sem\ repetições)\ / meta]\} + \{0,4 \times [(total\ de\ treinados\ capacitados\ sem\ repetições\ / total\ de\ servidores\ em\ exercício)\ / meta]\}$.

➤ **Fonte dos Dados:** Siscad.

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: o desempenho da região fez com que fosse ultrapassada a meta estabelecida de 105%, por ter priorizado um maior nível de aprofundamento em seus treinamentos, sem deixar de ter um alcance na amplitude de servidores treinados. O resultado nacional foi de 123,14% superando a meta estabelecida (105%).

Pontos críticos: restrições orçamentárias e de deslocamento.

Observações: Não há.

Indicador: Nível de adequação das instalações físicas das unidades (NIF)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	60,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
52,85%	55,79%	55,79%	55,78%

➤ **Finalidade:** Verificar a padronização das instalações físicas das unidades da RFB.

➤ **Fórmula de cálculo:** (Quantidade de unidades adequadas / total de unidades avaliadas da RFB) x 100, onde: Unidades adequadas são aquelas com pontuação igual ou superior a 60.

➤ **Fonte dos Dados:** Sistema Edifica

➤ Análise de Desempenho

Situação atual: O resultado da Região Fiscal nesse Indicador pode ser considerado satisfatório, uma vez que alcançou 93% da meta fixada, superando o resultado de 2011, quando atingiu 88% da respectiva meta. O resultado nacional para 2012 foi de 60,63% para uma meta de 65%.

Além disso, é importante registrar que, durante o ano de 2012, diversas ações foram executadas para melhorar as instalações físicas das unidades jurisdicionadas da 3ª Região Fiscal, as quais, embora não tenham gerado resultados imediatos no Índice de Adequação Imobiliária da Região Fiscal, possibilitarão melhorias substanciais no referido Índice na medida em que forem concluídas. Os índices de adequação imobiliária das Unidades são gerados mediante relatórios do sistema EDIFICA, cuja administração fica a cargo do Ministério da Fazenda.

1)DRF/FLORIANO

Foram contratados, através de licitações, reparos e adequações no edifício sede da Delegacia da RFB em Floriano, bem como na Agência da RFB em Oeiras, edificações que possuem Índices de Adequação Imobiliária, respectivamente, de 26,83% e 36,84%, abaixo da meta estabelecida pela RFB (60%). As referidas intervenções, no encerramento do 4º Trimestre de 2012, ainda não haviam sido recebidas, o que implicou na manutenção dos Índices nos valores antes mencionados. Todavia, tão logo sejam concluídas as intervenções ora em curso, esses valores experimentarão significativos incrementos.

2)ALFÂNDEGA DA RFB NO PORTO DE FORTALEZA

No início de 2012, a Unidade apresentava o pior índice de adequação da Região, com 25,51%. Foram executadas diversas ações que resultaram em contratações, por licitação, de várias obras/serviços para a melhoria de suas instalações físicas, tais como:

a) Recuperação da estrutura de concreto do Depósito de Mercadorias Apreendidas daquela Unidade, que necessitava de intervenção devido à ação da maresia em suas estruturas físicas, no valor de R\$ 183.400,00, através do Pregão Eletrônico nº 01/2012.

b) Recuperação da coberta metálica do Depósito de Mercadorias Apreendidas, bem como do edifício sede daquela Unidade, no valor de R\$ 154.329,00, através do Pregão Eletrônico ALFFOR nº 02/2012.

c) Recuperação e substituição da estrutura lógica e elétrica, do piso elevado, e das instalações hidrossanitárias do imóvel que sedia a Unidade, no valor de R\$ 1.687.037,17, através de Concorrência nº 01/2012.

As ações previstas no Plano de Engenharia 2013 da RFB para aquela Unidade, somando-se às providências acima elencadas, possibilitarão, quando concluídas, uma melhoria substancial no Índice de Adequação Imobiliária da Unidade, o que contribuirá significativamente para um incremento no Índice da Região Fiscal.

3)DRF/IMPERATRIZ

A DRF/Imperatriz licitou e contratou no ano de 2012, com apoio da SRRF03, a construção da nova sede da ARF/Balsas, cujo índice de Adequação Imobiliária é de 21,26%,

conforme quadro extraído do sistema EDIFICA, anexado abaixo. A conclusão e o termo de recebimento da obra, no valor de R\$ 629.000,00, por Comissão especialmente designada para este fim, prevista para o 1º semestre de 2013, possibilitará uma melhoria no Índice de Adequação da Unidade, elevando-o a um valor superior à meta estabelecida pelo Órgão Central da RFB, de 60%.

4) Outras providências foram tomadas pela Região com o objetivo de melhorar o Índice de Adequação Imobiliária, tais como:

- a) Reforma da ARF/Piripiri, Índice de 58,09%, com ampliação das instalações, bem como adequação de banheiros e acessibilidade para os usuários e servidores da Unidade;
- b) Regularização da documentação dos terrenos doados pelas prefeituras de CAUCAIA/CE, SANTA INÉS/MA, CAXIAS/MA e BATURITÉ/CE para construção de Agências da RFB, uma vez que essas Unidades foram selecionadas para projeto de UNIDADES MODELO no Plano de Engenharia 2013 da RFB. A licitação de construção das novas agências aguarda o recebimento definitivo do Projeto Nacional de AGÊNCIAS MODELO, que passará por adaptações para as realidades das diversas regiões fiscais da RFB.

UNIDADE GESTORA (SEDE/MA TRIZ)	UNIDADE LOCAL	ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO
170028 DRF/São Luís	Agência da Receita Federal do Brasil em Bacabal – ARF/BACABAL	48,72
	Agência da Receita Federal do Brasil em Caxias – ARF/CAXIAS	49,45
	Agência da Receita Federal do Brasil em Chapadinha – ARF/CHAPADINHA	56,68
	Agência da Receita Federal do Brasil em Codó – ARF/CODÓ	51,62
	Agência da Receita Federal do Brasil em Presidente Dutra – ARF/PRESIDENTE DUTRA	50,51
	Agência da Receita Federal do Brasil em Pedreira – ARF/PEDREIRA	47,94
	Agência da Receita Federal do Brasil em Pinheiro – ARF/PINHEIRO	55,90
	Agência da Receita Federal do Brasil em Santa Inês – ARF/SANTA INES	34,18
	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS	86,24
170030 DRF/Imperatriz	Agência da Receita Federal do Brasil em Balsas – ARF/BALSAS	21,26
	Agência da Receita Federal do Brasil em Carolina – ARF/CAROLINA	49,78
	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP	75,75
170035 DRF/Teresina	Agência da Receita Federal do Brasil em Campo Maior – ARF/CAMPO MAIOR	45,96
	Agência da Receita Federal do Brasil em Parnaíba – ARF/PARNAIBA	38,39
	Agência da Receita Federal do Brasil em Piripiri – ARF/PIRIRIPI	58,09
170040 SRRF03	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03	91,26
170041 DRF/Fortaleza	Agência da Receita Federal do Brasil em Aracati – ARF/ARACATI	52,31
	Agência da Receita Federal do Brasil em Baturité – ARF/BATURITE	44,07
	Agência da Receita Federal do Brasil em Caucaia – ARF/CAUCAIA	77,46
	Agência da Receita Federal do Brasil em Itapipoca – ARF/ITAPIPOCA	56,96

	Agência da Receita Federal do Brasil em Maranguape – ARF/MARANGUAPE	69,54
	Agência da Receita Federal do Brasil em Quixeramobim – ARF/QUIXERAMOBIM	55,90
	Agência da Receita Federal do Brasil em Russas – ARF/RUSSAS	73,91
	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR	91,26
170042 DRF/Juazeiro do Norte	Agência da Receita Federal do Brasil em Crato – ARF/CRATO	61,09
	Agência da Receita Federal do Brasil em Icó – ARF/ICÓ	58,56
	Agência da Receita Federal do Brasil em Iguatu – ARF/IGUATU	55,99
	Agência da Receita Federal do Brasil em Senador Pompeu – ARF/SENADOR POMPEU	36,34
	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE	67,13
170108 ALF/Porto de Fortaleza	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR	25,51
170225 ALF/Porto de São Luis	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS	86,24
170330 DRF/Sobral	Agência da Receita Federal do Brasil em Acaraú – ARF/ACARAÚ	51,99
	Agência da Receita Federal do Brasil em Crateús – ARF/CRATEUS	58,93
	Agência da Receita Federal do Brasil em Ipú – ARF/IPÚ	53,50
	Agência da Receita Federal do Brasil em Ubajara – ARF/UBAJARA	51,29
	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB	80,44
170337 DRF/Floriano	Agência da Receita Federal do Brasil em Bom Jesus – ARF/BOM JESUS	38,22
	Agência da Receita Federal do Brasil em Oeiras – ARF/OEIRAS	36,84
	Agência da Receita Federal do Brasil em Picos – ARF/PICOS	36,76
	Agência da Receita Federal do Brasil em São Raimundo Nonato – ARF/SÃO RAIMUNDO NONATO	50,74
	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO	26,83
170387 ALF/Aeroporto Internacional Pinto Martins	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM	68,69
170532 ALF/Porto de Pecém	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC	70,44
TOTAL	3^a Região Fiscal – 3^aRF	55,78

Pontos críticos:

1) A falta de profissionais das áreas de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo dificulta sobremaneira a execução e fiscalização de ações de melhorias nas estruturas físicas dos imóveis das Unidades Jurisdicionadas. Temos conhecimento de gestões da Administração Máxima deste Órgão no sentido de compor um quadro de servidores na área de Engenharia, uma vez que a Receita Federal do Brasil não dispõe de cargos com atribuições que supram as necessidades decorrentes das ações para melhoria dos Índices de Adequação Imobiliária do Órgão.

2) Baixo interesse dos prestadores de serviços de engenharia com qualificação e

capacidade técnica para atender a demanda necessária para a melhoria das instalações físicas das Unidades localizadas em municípios do interior dos Estados do Maranhão, Piauí e Ceará, em razão das distâncias geográficas. Essa realidade exige das equipes que compõem as Comissões de Licitação um cuidado maior nas análises de capacidade técnica, bem como na fiscalização das obras e serviços contratados.

Observações: Foi incluída no Plano de Engenharia de 2013 da RFB, aprovado pelo Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil por meio da Portaria RFB nº 52/2013, a construção da ARF/Picos, índice de 36,76%, através do projeto de UNIDADE MODELO, bem como a alteração do Regimento Interno da RFB, com a criação de duas novas Unidades Administrativas no âmbito da 3ª Região Fiscal, que são: ARF/Horizonte e ARF/Brejo Santo. As referidas alterações regimentais exigirão providências administrativas para dar início às atividades das novas Unidades, bem como providências para desativar a unidade da ARF/Senador Pompeu, que foi extinta regimentalmente.

Indicador: Índice de gestão de mercadorias apreendidas (IGMA)

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

Trim1	Trim2	Trim3	Trim4
30,00%	85,00%	55,00%	83,60%

➤ **Finalidade:** Apurar o desempenho da gestão de mercadorias apreendidas, considerando: valor arrecadado em leilões (ILE), o estoque base (IEB) e os processos fiscais antigos (IPF).

➤ **Fórmula de cálculo:** $[(0,4 \times \text{ILE}) + (0,3 \times \text{IEB}) + (0,3 \times \text{IPF})]$, onde: ILE = valor arrecadado em leilões; IEB = estoque base; IPF = processos fiscais antigos.

➤ **Fonte dos Dados:** CTMA.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O desempenho da 3ª Região Fiscal nesse Indicador pode ser considerado satisfatório (83,6%). Aduza-se que apenas quatro Regiões Fiscais alcançaram desempenho superior.

Para o IGMA foram considerados os valores arrecadados em leilões (ILE), bem como o estoque base (estoque total excluídas as pendências judiciais) nos depósitos de mercadorias apreendidas das Unidades Jurisdicionadas na 3ª Região Fiscal (IEB) e os processos fiscais em estoque há mais de 360 dias nas contas 130 e 210 (IPF).

Foi estabelecido o montante de R\$ 2.048.696,00 como meta para a 3ª Região Fiscal quanto à arrecadação em leilões, conforme estabelecido em Memo-Circular nº 02/2012/RFB-Gabin, do Sr. Secretário da Receita Federal do Brasil. Esta Região superou a meta estabelecida em mais de 200%

para valores arrecadados em Leilão (R\$ 6.174.206,00).

Com relação ao Estoque Base de mercadorias apreendidas, a Região ficou abaixo da meta de redução estabelecida pelo Órgão Central da RFB em apenas 5%, devido à complexidade do julgamento de alguns processos administrativos para aplicação ou relevação das penas de perdimento das mercadorias apreendidas, bem como ao grande volume de apreensões decorrentes da atividade de repressão e de fiscalização aduaneira.

Quanto ao IPF, a Região Fiscal conseguiu reduzir de 24 para apenas 7 o estoque de processos da conta 210 (disponíveis para destinação há mais de 360 dias), superando a meta de redução de 10% desse estoque. Todavia, houve crescimento do estoque de processos na conta 130 (pendentes de apreciação administrativa há mais de 360 dias), o que implicou no descumprimento da meta de redução de 10% desse segundo estoque. O movimento reivindicatório dos AFRFB pode explicar parte do descumprimento dessa específica meta. A despeito dessa dificuldade, observou-se um acentuado esforço nas equipes de julgamento no período não afetado pelo movimento reivindicatório, com excelentes resultados quantitativos e qualitativos, tendo sido priorizados processos muito antigos e, inúmeras vezes, complexos. Outro fator a ser destacado é a considerável entrada de processos nesse universo a ser trabalhado, em face de terem alcançado, ao longo do ano, a condição de pendentes há mais de 360 dias. O efeito líquido das variações dos dois estoques (processos nas contas 130 e 210) sobre o IPF foi o cumprimento de 50% da meta fixada para este Sub-Indicador.

Pontos críticos: Acúmulo de processos de perdimento por considerável tempo, exigindo um esforço maior para o saneamento de pendências mais antigas, que naturalmente se tornam mais complexas e atrasam a inauguração de fluxos que poderiam ser usados em situação de estoques razoáveis e contemporâneos ou de pouca antiguidade.

Limitação quantitativa de servidores para dar celeridade ao julgamento dos processos administrativos e à destinação das mercadorias através de doações e leilões.

A recepção das mercadorias em depósito, sejam de origem interna da RFB, sejam de órgãos externos, deveria permitir melhor gerenciamento da sua quantidade e qualidade (identificação precisa, valor, peso, volume, estado de conservação, validade, destinações possíveis, etc.), o que repercutiria na eficiência da gestão nas etapas seguintes (autuações, trâmites internos, julgamentos, remoções, destinações, etc.), trazendo qualidade e agilidade ao macroprocesso do perdimento de mercadorias.

Observações: Os pontos críticos acima destacados ainda persistem, mas a SRRF03 e as demais unidades da 3^a RF têm enfrentado a contento tal situação, com resultados promissores na redução de estoques e processos.

Tais avanços decorrem de medidas concretas implementadas na Região Fiscal, com destaque para a estruturação de equipes de julgamento, mutirões (julgamentos, destinações, leilões, incorporações, etc.), reuniões de avaliação, investimento em equipamentos e serviços de apoio (capatazia, manutenções, etc.), além da motivação dos servidores envolvidos e da conscientização das equipes sobre o aspecto intersistêmico desse macroprocesso.

Relevante, ainda, registrar que, fruto destas medidas, a 3^a RF está conduzindo o Projeto

Estratégico de Gestão de Mercadorias, que busca sistematizar as orientações às unidades e equipes envolvidas com tais trabalhos. O mencionado projeto estratégico objetiva também trazer uma avaliação sobre a necessidade de mudanças na nossa gestão de mercadorias, bem como a disponibilização de sistema de controle que permita complementar as informações do CTMA, permitindo que a tomada de decisões seja mais eficiente e eficaz.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de custeio

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	65,10%	78,30%	81,80%	97,70%	71,70%	92,50%	97,40%

Legenda: NI = não informado

➤ **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação ao teto definido para as despesas de custeio.

➤ **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de custeio anual da RF] x 100.

➤ **Fonte dos Dados:** Siafi.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O desempenho da 3^a Região Fiscal nesse Indicador pode ser considerado satisfatório (97,4%).

No dia 06/02/2012, foi disponibilizado, pela Coordenação-Geral de Programação e Logística, através de mensagem eletrônica, o Teto Orçamentário de custeio a ser executado pela 3^a Região Fiscal. O referido Teto tinha como composição, por definição da própria Coordenação, despesas fixas (contratuais), variáveis (diárias, passagens e manutenção de bens imóveis) e ações específicas de intervenção em imóveis das Unidades Gestoras na Região. Na definição do Teto da Região foi estabelecida ainda a meta de execução de 100% dos créditos com despesas de custeio para a Região Fiscal. A realização dessa meta, definida pelo Órgão Central em 04/05/2012, ensejou nova descentralização de créditos orçamentários para a Região Fiscal, que tiveram por fonte os recursos que haviam sido contingenciados, no montante de R\$ 1.240.029,83. A descentralização dos recursos contingenciados ocorreu parcialmente em setembro /2012.

As despesas de contratos continuados e suas respectivas repactuações, bem como as despesas com intervenções nos imóveis da Alfândega da RFB do Porto de Fortaleza/CE, na Sede da Delegacia da RFB em Floriano, na Agência da RFB em Oeiras, e na Agência da RFB em Bacabal, foram ações importantes e que impactaram as despesas de custeio da Região.

Atingiu-se uma execução de 97,4% do teto orçamentário de custeio para a 3^a Região Fiscal, uma vez que em algumas ações houve redução dos valores previstos nas programações

orçamentárias quando da realização das licitações. Nacionalmente, a RFB alcançou uma execução de 90,9%

Pontos críticos: A maior parte das ações de despesas de custeio está relacionada a serviços de engenharia, e esta Região Fiscal não dispõe de quantitativo adequado de servidores com conhecimentos especializados nas áreas de Engenharia e Arquitetura, sobrecarregando a Seção de Engenharia da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal quando da análise técnica das peças editalícias e do julgamento das habilitações e propostas apresentadas.

Observações: Os meses de Janeiro a Maio não tiveram seus valores informados (NI), com relação à execução da despesa de custeio, tendo em vista que os indicadores foram definidos e repassados pelo Órgão Central da RFB (Copav/Copol) apenas em 04/05/2012, por e-mail.

Indicador: Nível de execução orçamentária e financeira das despesas de investimentos

RESPONSÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	POLARIDADE	META	ANÁLISE
Sucor/RFB	Percentual	Positiva	100,00	TRIMESTRAL

RESULTADOS

jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
NI	NI	NI	NI	NI	30,80%	58,70%	78,80%	100,00%	69,50%	84,00%	99,80%

Legenda: NI = não informado

➤ **Finalidade:** Apurar o percentual de execução de cada região fiscal em relação aos valores liberados para as despesas de investimentos.

➤ **Fórmula de cálculo:** [Valor executado (empenhado a liquidar + liquidados) dividido pelo teto disponível (descontingenciado) de investimento (obras destacadas, pequenos investimentos, TI e Outros) anual da RF] x 100.

➤ **Fonte dos Dados:** Siafi.

➤ **Análise de Desempenho**

Situação atual: O desempenho da 3ª Região Fiscal nesse Indicador pode ser considerado satisfatório (99,8%). Aduza-se que apenas três Regiões Fiscais alcançaram desempenho superior.

No dia 06/02/20102, foi disponibilizado, pela Coordenação-Geral de Programação e Logística, através de mensagem eletrônica, o Teto Orçamentário de investimento a ser executado pela 3ª Região Fiscal. O referido Teto tinha como composição, por definição da própria Coordenação, despesas de Investimento em Tecnologia da Informação e Material Permanente, no valor de R\$ 2.300.000,00, bem como diversas ações de Intervenção em imóveis da RFB – Plano PILAR – no montante inicial de R\$ 2.295.000,00, perfazendo um total de despesas de investimento de R\$ 4.595.000,00.

O período de avaliação da execução orçamentária com indicadores estratégicos também foi até setembro/12, quando foi descentralizado novo montante para a Região Fiscal,

atendendo as demais demandas das Unidades Gestoras.

Destacamos a aquisição de *scanners* de mesa e de produção, no valor de R\$ 721.622,70 para melhoria na utilização da ferramenta e-processo. Essa ferramenta ensejou a informatização da maior parte dos processos administrativos que tramitam no âmbito das Unidades Administrativas da RFB, proporcionando economia processual e se constituindo em uma ação direta da Administração Pública na área de sustentabilidade, uma vez que a maior utilização de mecanismos de digitalização e comunicação virtual diminui sobremaneira a utilização de papéis e outros materiais convencionais.

As ações voltadas para a área de Engenharia - Obras também merecem destaque com relação às despesas de investimento, uma vez que foram empenhados:

1) Agência da RFB em Balsas no valor de R\$ 620.947,41.

2) Readequação da rede lógica e elétrica, substituição do piso elevado, substituição das instalações hidrossanitárias e para equipamentos de ar condicionado da Alfândega do Porto de Fortaleza, no valor de R\$ 1.740.797,17, sendo R\$ 53.760,00 relativos à contratação de projeto.

3) Construção e fiscalização do Depósito de Mercadorias Apreendidas para a Delegacia da RFB em Teresina, no valor de R\$ 319.846,90.

4) Aquisição de aparelhos de ar condicionado, com tecnologia INVERTER, para substituição de central de ar condicionado obsoleta, instalada na sede da DRF Imperatriz/MA, que possibilitará melhorias tanto na economia de energia elétrica da Unidade Gestora, com foco na sustentabilidade, quanto no conforto dos usuários e servidores daquela Unidade, no valor de R\$ 167.000,00.

5) As demais despesas com material permanente e com equipamentos de Tecnologia da Informação foram realizadas para o reaparelhamento das Unidades Gestoras, dando continuidade ao processo de melhoria das instalações físicas e de materiais que têm sido implementadas por esta Região Fiscal desde 2010, no montante de R\$ 2.324.734,71, executado por todas as 12 Unidades Gestoras da 3^a Região Fiscal.

Pontos críticos: A maior parte das ações de despesas com investimento está relacionada a Obras, e esta Região Fiscal não dispõe de quantitativo adequado de servidores com conhecimentos especializados nas áreas de Engenharia e Arquitetura, sobrecarregando a Seção de Engenharia da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal quando da análise técnica das peças editalícias e do julgamento das habilitações e propostas apresentadas.

Necessidade contínua de contratação de assessoramento técnico, para subsidiar a fiscalização dos objetos contratados na área de Engenharia.

Observações: Os meses de Janeiro a Maio não tiveram seus valores informados (NI) com relação a execução da despesa de custeio tendo em vista que os indicadores foram definidos e repassados pelo Órgão Central da RFB (Copav/Copol) apenas 04/05/2012, por e-mail.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 3: *Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão (Item 3 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)*

3.1 - Informações sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

O preenchimento do **Quadro Avaliação do Sistema de Controles da UJ** é o resultado da consolidação das informações prestadas por todas as unidades vinculadas à SRRF03 (Delegacias e Alfândegas, além da própria SRRF03).

O trabalho foi coordenado pelo Gabinete do Superintendente, que distribuiu o referido Quadro às unidades mencionadas, via mensagem eletrônica, solicitando que cada uma das áreas avaliasse internamente as afirmativas com base nas orientações de preenchimento constantes do referido Quadro, e as classificasse de acordo com a percepção da administração (gestores e servidores).

As informações recebidas foram consolidadas pelo Gabinete, utilizando a moda estatística, e se encontram reproduzidas no Quadro a seguir.

Considerando a natureza das atividades finalísticas desenvolvidas pela RFB - auditoria fiscal e o perfil exigido do seu quadro técnico, por tradição, o “Ambiente de Controle” é um dos elementos que demanda especial atenção da Alta Administração e da maioria dos servidores da instituição, principalmente no que diz respeito a temas como: formalidade, definição de objetivos, hierarquia, padronização de procedimentos, normatização de atos, segurança da informação e retidão de conduta.

Com relação à “Avaliação de Riscos”, de modo geral, os processos de trabalho da RFB, em especial os estratégicos, são precedidos de estudos técnicos e legais e de avaliação de riscos, sendo que esta última ainda é feita com base na experiência, ou seja, não está sistematizada nem uniformizada internamente. Segundo os princípios e diretrizes estipulados pela Norma ABNT NBR ISO 31000:2009, a RFB instituiu sua Política de Gestão de Riscos, com a edição a Portaria nº 2.027, de 17/08/2012. Com esta iniciativa, aliada à estruturação e à capacitação de uma rede de gerenciamento de riscos, espera-se que a cultura e a metodologia de gestão de riscos sejam efetivamente disseminadas e implementadas internamente na Instituição. Este é um dos desafios estabelecidos pela RFB para 2013.

Ano a ano, a RFB vem aprimorando os seus “Procedimentos de Controle”, com ênfase para as ações preventivas, tais como: padronização de procedimentos, manualização de rotinas, controle de acesso a sistemas e informações, capacitação de servidores, divulgação de boas práticas, informatização de documentos e processos, mapeamento de processos, implementação da gestão de riscos, melhoria da comunicação interna, entre outras. Na área de detecção, podemos citar: o trabalho da corregedoria e da área de pesquisa e investigação, a atuação da auditoria interna, as ações de acompanhamento às deliberações dos órgãos de controle externo e interno e a atuação da ouvidoria.

QUADRO 2 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5

1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3.A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta (*).			x		
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				x	
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				x	
9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco (**)					1 2 3 4 5
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				x	
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle					1 2 3 4 5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20.As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21.As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				x	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica:					
(*) Item 4 – Código de Ética: A RFB não possui um código de ética próprio. Entretanto, cumpre destacar que seus servidores estão sujeitos aos preceitos contidos no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto no 1.171, de 22 de junho de 1994, bem como aos dispositivos legais que do Regime Jurídico Único (Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990). Em 19 de agosto de 2011, por intermédio da Portaria RFB no 3.262, foi constituída a Comissão de Ética Pública Seccional da RFB (CEPS/RFB), com abrangência de atuação em casos envolvendo agentes públicos em exercício na RFB, preservada a competência da Comissão de Ética Pública Setorial do Ministério da Fazenda (CEPS-MF). Dentre as atividades a serem desenvolvidas pela CEPS/RFB, em seu Plano de Ação, está prevista a elaboração do Código de Conduta da RFB e o desenvolvimento de um Programa de Disseminação de Cultura Ética no âmbito da RFB. Em 04/03/2013, a CEPS disponibilizou a minuta do Código de Conduta da Receita Federal para consulta interna dos servidores, objetivando ampla discussão do tema no âmbito de todas as unidades da RFB e a apresentação de sugestões, de modo a resultar em um código que traduza a conduta de integridade com a qual os agentes públicos da RFB se identificam e querem ser reconhecidos pela sociedade.					
(**) Item 16 – A RFB investe permanentemente em controles internos de modo a evitar/minimizar o acontecimento de fraudes e perdas. Cabe complementar que eventuais ocorrências são sucedidas pela abertura de processo administrativo, formalmente constituído, documentado e que segue os ritos processuais e legais previstos, vindo a gerar registros históricos.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 4: **Programação e Execução da Despesa Orçamentária e Financeira** (*Item 4 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

4.1 - Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

4.1.1 - Despesas Totais por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

QUADRO 3 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos	110174	170042	20125.04.124.2101.2D58			741,23
	Recebidos						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebadora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos						

Fonte: Siafi Operacional e Gerencial

Observação:

O valor de R\$ 741,23 foi repassado pela UG 110174 - DGI/SE/CGU para a UG 170042 - Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte/CE atender despesas com diárias ao motorista na condução de servidores da CGU Regional/CE, referente a trabalhos do programa de capacitação.

QUADRO 4 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	15.436.207,05	10.714.987,73	9.612.203,48	8.142.791,93
a)Convite	111.720,00	117.183,21	53.760,00	63.928,31
b)Tomada de Preços	940.764,94	0,00	293.036,90	0,00
c)Concorrência	1.687.037,17	0,00	0,00	0,00
d)Pregão	12.696.684,94	10.597.804,52	9.265.406,58	8.078.863,62
e)Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f)Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
1. Contratações Diretas (g+h)	3.229.903,30	2.842.365,93	2.831.652,70	2.589.078,63
a)Dispensa	2.160.181,43	1.713.938,99	1.842.435,04	1.528.218,00
b)Inexigibilidade	1.069.721,87	1.128.426,94	989.217,66	1.060.860,63
1. Regime de Execução Especial	62.614,10	71.545,96	62.614,10	71.545,96
a)Suprimento de Fundos	62.614,10	71.545,96	62.614,10	71.545,96
1. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.143.669,48	1.538.060,89	2.143.669,48	1.538.060,89
a)Pagamento em Folha	8.273,10	3.454,80	8.273,10	3.454,80
b)Diárias	2.135.396,38	1.534.606,09	2.135.396,38	1.534.606,09
1. Outros	673.890,53	1.057.926,60	638.854,13	965.659,63
2. Total (1+2+3+4+5)	21.546.284,46	16.224.887,11	15.288.993,89	13.307.137,04

Fonte: Siafi Gerencial

4.1.2 - Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 5 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	8.273,10	3.454,80	8.273,10	3.454,80	0,00	0,00	8.273,10	3.454,80
08 - Outros Benef.Assist.	8.273,10	3.454,80	8.273,10	3.454,80	0,00	0,00	8.273,10	3.454,80
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	15.419.944,43	12.788.774,08	13.634.755,22	11.725.091,04	2.957.016,68	1.063.683,04	13.606.332,30	11.680.761,36
39 - Outros.Serv.Pes.Juridica	4.733.296,92	4.293.787,66	3.830.463,98	4.052.126,99	902.832,94	241.660,67	3.828.795,28	4.041.783,81
37 - Locação de Mão de Obra	5.467.848,86	4.302.455,92	5.198.854,33	3.664.382,98	268.994,53	638.072,94	5.187.921,11	3.636.760,17
14 - Diárias Pessoal Civil	2.135.396,38	1.534.606,09	2.135.396,38	1.534.606,09	0,00	0,00	2.135.396,38	1.534.606,09
Demais elementos do grupo	3.083.402,27	2.657.924,41	2.470.040,53	2.473.974,98	1.785.189,21	183.949,43	2.454.219,53	2.467.611,29
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	6.118.066,93	3.432.658,23	1.686.877,17	1.627.015,88	4.431.189,76	1.805.642,35	1.674.388,49	1.622.920,88
52 - Equip.Material Permanente	3.292.233,46	3.300.510,02	1.275.586,19	1.548.122,57	2.016.647,27	1.752.387,45	1.275.586,19	1.544.027,57
51 - Obras e Instalações	2.822.424,37	132.148,21	411.290,98	78.893,31	2.411.133,39	53.254,90	398.802,30	78.893,31
39 - Outros Serviços de Terceiros - PJ	3.409,10	0,00	0,00	0,00	3.409,10	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3º elemento de despesa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

Análise Crítica

A 3ª. Região Fiscal, no ano de 2012, teve um incremento em sua execução orçamentária no percentual de 32,8% em relação a 2011. As ações adicionais realizadas para as despesas de capital se concentraram na continuidade do projeto de reaparelhamento das Unidades Gestoras da 3ª Região Fiscal, iniciado em 2010, e nas contratações de obras e instalações na área de engenharia, para melhoria das instalações físicas dos imóveis sob a responsabilidade das respectivas Unidades

Gestoras, bem como a substituição de imóveis alugados por imóveis próprios da União e melhoria na qualidade dos serviços.

Conforme Quadro 3 acima, identifica-se que foi preferencialmente adotada a modalidade pregão eletrônico para os bens e serviços comuns, conforme determina a Lei nº 10.520/2002, correspondendo a 82,25% de todas as modalidades de licitação adotadas. A modalidade Concorrência foi adotada para a execução do projeto de revitalização da Alfândega do Porto de Fortaleza – UG 170108, com contratação para substituição de toda a rede lógica e elétrica, atendendo especificações técnicas e de segurança para melhor utilização do imóvel, bem como substituição das instalações da central de ar condicionado da sede da Unidade, e das instalações hidrossanitárias, no valor de R\$ 1.687.037,17.

Destaque-se, ainda, que embora tenha havido execução de despesas de investimento na aquisição de equipamentos e material permanente no mesmo montante do ano anterior, houve um incremento substancial na execução das despesas com obras e instalações (acréscimo de cerca de R\$ 2.700.000,00), o que resultou em um incremento regional de execução de despesas de capital no percentual de 78,23%, ensejando que a Região Fiscal superasse a meta estabelecida pela Coordenação Geral de Programação e Logística da RFB – COPOL, que foi de R\$ 4.595.000,00, em 33,14%.

Quanto à execução dos créditos orçamentários para despesas de custeio, com locação de mão de obra, foram aditivados contratos de prestação de serviços terceirizados, bem como celebrados novos contratos, que impactaram a execução da Região Fiscal. Foi o caso da contratação de serviços de Vigilância para as Unidades administrativas jurisdicionadas da Delegacia da RFB em São Luis/MA, observando-se um incremento de 27,08% em relação à execução de 2011.

A Região Fiscal identificou dificuldades na gestão de créditos orçamentários para despesas de custeio, uma vez que as diversas Unidades Gestoras subordinadas à Superintendência Regional da RFB na 3ª Região Fiscal carecem de ações para melhoria em sua manutenção predial, tais como contratos continuados de serviços para atender tal objeto, bem como de contratação de serviços de corretagem para atualização dos dados contábeis no sistema de controle patrimonial da Secretaria de Patrimônio da União – SPU (sistema Spiunet). Aduzam-se as demandas de contratação de serviços de mão de obra terceirizada para atender necessidade de vigilância do patrimônio da União e a manutenção das atividades não atendidas por quadro próprio do Órgão, formado pela carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil (Auditores Fiscais e Analistas Tributários), e nem por quadro próprio do Ministério da Fazenda – PECFAZ.

Seguindo a tendência de anos anteriores, as Unidades Gestoras da 3ª Região Fiscal reduziram o montante de aquisições através do Regime Especial de Execução – Suprimento de Fundos, em 12,5%.

O incremento observado foi atingido pelo esforço grandioso do quadro de servidores das diversas Unidades Gestoras envolvidos no processo de execução das despesas públicas. As Unidades tiveram dificuldades na execução dos procedimentos de licitação com fornecedores que não atenderam às exigências estabelecidas nos atos convocatórios do certame de licitação ou que não acudiram à Administração Pública na realização dos respectivos editais de licitação (Licitação Deserta), o que obrigou a realização de novos procedimentos licitatórios ou a contratação através de Dispensa de Licitação.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 5: **Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira** (*Item 5 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

5.1 - Informações sobre a Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 6 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	44.751,68	0,00	44.751,68	0,00
2010	163.349,53	1.203,96	162.145,57	0,00
2009	73.972,21	3.317,39	70.654,82	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	2.893.404,56	319.767,95	2.202.309,57	371.327,04
2010	5.062.009,67	66.679,16	4.971.251,34	24.079,17
2009	1.970.455,76	426.249,57	1.533.551,85	10.654,34

Fonte: Siafi Operacional

Observações:

1) Restos a Pagar Não Processados:

- O saldo a pagar de RP Não Processados em 31/12/2012 é igual ao somatório dos saldos das contas 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR e 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR no ano de 2012;
- A conta 2.9.5.1.1.02.00 - RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR de 2012 não será uma conta de RP NÃO PROCESSADO em 2013. Como houve liquidação, no ano posterior os valores constantes nesta conta serão RP PROCESSADOS. Portanto, no ano seguinte apenas o saldo da conta 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR será reinscrita na conta 1.9.5.1.2.00.00 REINSCRIÇÃO DE RP NÃO PROCESSADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES;
- O saldo a pagar em 31/12/2012 está considerando os valores das contas 2.9.5.1.1.02.00 RP NÃO PROCESSADOS LIQUIDADO A PAGAR no ano de 2012 e 2.9.5.1.1.01.00 - RP NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR.

2) Restos a Pagar Processados:

- O saldo a Pagar em 31/12/2012 de RP Processados é a soma dos empenhos da conta 1.9.5.2.1.01.00 - RESTOS A PAGAR PROCESSADOS INSCRITOS de 2011 e anos anteriores.

3) As contas utilizadas para obtenção dos saldos são as descritas nos quadros abaixo.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195210100	195240000	295210200	(MI - C - P)

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012 (MI - C - P)
Período	JANEIRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	DEZEMBRO ANO SEGUINTE	
Contas	195110000 e 195120000	195140000	295110300	

Legenda: MI - Montante Inscrito; C - Cancelamentos Acumulados e P - Pagamentos Acumulados

Análise Crítica

Os Restos a Pagar processados em 2011 foram todos pagos no exercício de 2012, e se referem a contratos de aquisições ou de serviços continuados das Unidades Gestoras 170035, 170108 e 170330, em montantes de R\$ 31.860,91, R\$ 7.795,00 e R\$ 5.095,77, respectivamente.

Quanto ao saldo de despesas inscritas como Restos a pagar não processados no exercício de 2011, no total de R\$ 2.893.404,56, o montante de R\$ 319.767,95 foi cancelado tendo em vista o não atendimento da convocação do vencedor do processo licitatório da empresa DIVISA CONSTRUÇÕES LTDA no total de R\$ 137.000,00, conforme o empenho 2011NE800473. Os demais valores, que perfazem o montante de R\$ 182.767,95, foram cancelados tendo em vista a anulação de empenhos estimativos decorrentes de contratos continuados das Unidades Gestoras da 3^a Região.

Os valores de R\$ 2.202.309,57 foram liquidados e pagos no exercício de 2012, tendo em vista o não recebimento de serviços ou produtos adquiridos no exercício de 2011, o que é uma ação rotineira nos diversos orçamentos executados, tendo em vista a concentração de contratações públicas no final do exercício, seja em decorrência do descontinuamento de créditos orçamentários quando da confirmação da previsão de receitas estabelecida na Lei Orçamentária Anual, seja em razão de acréscimo orçamentário por *superávit* na previsão de receitas através de Créditos Adicionais.

O valor de R\$ 371.327,04, que consta como saldo de Restos a Pagar inscritos do orçamento de 2011, tem como componente principal a não liquidação, no exercício de 2011, da despesa com aquisição de equipamentos *nobreak* da empresa ATA SISTEMAS DE ENERGIA LTDA – EPP, relativa ao empenho 2011NE 800226, da UG 170040, no valor de R\$ 332.850,00. A empresa, reiteradamente, atrasou a entrega dos equipamentos adquiridos para as Unidades da RFB na 3^a Região Fiscal. No final do exercício de 2012, a UG 170040, após aplicação de penalidade em decorrência dos atrasos informados acima, mediante processo administrativo próprio, realizou a liquidação da despesa em 28/12/2012. No entanto, devido à falta de recursos financeiros na fonte empenhada, não foi possível o pagamento no final daquele exercício, o que ocorreu somente no início de 2013.

As demais despesas foram inscritas com base no art. 35 do Decreto nº 93.872/86. Os valores de R\$ 3.346,30, 2011NE800486, da empresa M&M Distribuidora de Alimentos LTDA, e de R\$ 29.747,00, 2011NE800372, Ronney Mackleyn Medeiros Gomes LTDA, da UG 170040 (SRRF03), foram reinsertados. Concomitantemente, foram abertos procedimentos para aplicação de penalidade aos fornecedores, tendo em vista que os produtos licitados não foram entregues.

5.2 - Informações sobre a Utilização de Suprimento de Fundos, Contas Bancárias Tipo “B” e Cartões de Pagamento do Governo Federal

QUADRO 7 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Código da UG	Nome da UG	Suprimento de Fundos			Total Geral	
		Conta Tipo “B”	Valores			
			CPGF	Fatura		
170028	Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS	-	-	6.561,48	6.561,48	
170030	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP	-	-	9.168,20	9.168,20	
170035	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA	-	1.075,00	16.942,49	18.017,49	
170040	Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03	-	-	2.304,47	2.304,47	
170041	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR	-	45,00	2.762,93	2.807,93	
170042	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE	-	160,00	7.194,79	7.514,79	
170108	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR	-	-	1.000,00	1.000,00	
170225	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS	-	-	300,00	300,00	
170330	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB	-	-	2.240,80	2.240,80	
170337	Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO	-	4.208,00	7.216,20	11.424,20	
170387	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM	-	-	886,66	886,66	
170532	Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC	-	-	-	-	
Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF			5.488,00	56.578,02	62.044,02	

QUADRO 8 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Código da UG	170028	Limite de Utilização da UG	80.000,00			
Portador		Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
Francisco de Assis Cunha Figueiredo	104.332.013-04	54.316,00	-	6.561,48	6.561,48	
Total Utilizado pela UG			-	6.561,48		6.561,48
Código da UG	170030	Limite de Utilização da UG	30.000,00			
Agostinho Reis Filho	125.456.353-91	20.000,00	-	9.168,20	9.168,20	
Total Utilizado pela UG			-	9.168,20		9.168,20
Código da UG	170035	Limite de Utilização da UG	50.000,00			
Gonçalo Alves da Silva	035588783-53	22.000,00	380,00	8.010,45	8.390,45	
Newton de Azevedo Costa	161124403-00	22.000,00	695,00	7.040,54	7.735,54	
Raimundo Gomes da Silva Filho	079393963-15	6.000,00	-	1.891,50	1.891,50	
Total Utilizado pela UG			1.075,00	16.942,49		18.017,49
Código da UG	170040	Limite de Utilização da UG	11.328,00			
Marta Maria de Oliveira Eleutério	117.969.013-34	2.000,00	-	1.156,15	1.156,15	
Frederico Jorge Grossi Cavalcante	188.017.493-68	2.000,00	-	1.148,32	1.148,32	
Total Utilizado pela UG			-	2.304,47		2.304,47
Código da UG	170041	Limite de Utilização da UG	3.500,0			
Portador	CPF	Valor do Limite	Valor		Total	

			Individual	Saque	Fatura	
Anastácia de Sá Aragão	092.289.423-04	2.500,00	-	2.305,91	2.305,91	
Antonio de Sousa Estanislau	154.436.553-53	500,00	-	184,02	184,02	
Marcílio José Ribeiro Alves	440.951.553-53	200,00	45,00	-	45,00	
Elise Alcântara Alves Ferreira	899.213.053-87	300,00	-	273,00	273,0	
Total Utilizado pela UG			45,00	2.762,93	2.807,93	
Código da UG	170042	Limite de Utilização da UG	21.600,00			
Cícero Evilásio Bezerra dos Santos	172.693.853-00	12.800,00	160,00	5.057,68	5.217,68	
Geovan David de Sousa	244.422.833-20	5.700,00	0,00	1.450,61	1.450,61	
Manoel Herbésio de Carvalho	393.436.183-87	2.300,00	0,00	480,00	480,00	
Naria Ibanês Magalhães	172.318.173-00	800,00	0,00	206,50	206,50	
Total Utilizado pela UG			160,00	7.194,79	7.514,79	
Código da UG	170108	Limite de Utilização da UG	57.938,00			
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor	Total	
Francisco Elizeu Pereira		116.239.263-00	6.872,00	Saque		
Total Utilizado pela UG				Fatura		
Código da UG	170225	Limite de Utilização da UG	10.000,00			
Ana Luiza Martins de Queiroz	226.330.491-68	4.000,00	-	300,00	300,00	
Total Utilizado pela UG				300,00	300,00	
Código da UG	170330	Limite de Utilização da UG	96.000,00			
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor	Total	
Carlos César Martins		222.066.983-15	48.000,00	Saque		
Total Utilizado pela UG				Fatura		
Código da UG	170337	Limite de Utilização da UG	50.000,00			
Antonio João Barros Araújo	096.892.303-87	12.000,00	4.208,00	7.216,20	11.424,20	
Total Utilizado pela UG			4.208,00	7.216,20	11.424,20	
Código da UG	170387	Limite de Utilização da UG	4.893,00			
Portador		CPF	Valor do Limite Individual	Valor	Total	
Mariton Miroslav Queiroz Maia		381.017.503-04	4.893,00	Saque		
Total Utilizado pela UG				Fatura		
Código da UG	170532	Limite de Utilização da UG	-			
-	-	-	-	-	-	-
Total Utilizado pela UG				-	-	-
Total Utilizado pela UJ			5.488,00	56.578,02	62.044,02	

Fonte: Site do Banco do Brasil e Siafi

QUADRO 9 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012			27	5.488,00	133	56.578,02	62.044,02
2011			19	3.613,00	150	67.877,27	71.490,27
2010			12	3.795,00	145	63.754,54	67.549,54

Fonte: Siafi

QUADRO 10 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise												
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							62	62.044,02	72	71.490,27	84	67.549,54

Fonte: Processos de Concessões de Suprimentos de Fundos e Siafi

Análise Crítica

As Unidades Gestoras utilizam o suprimento de fundos apenas com despesas via Cartão de Pagamentos do Governo Federal - CPGF. Há necessidade de abertura de suprimento de fundos para fazer face a despesas de pequeno vulto e imprevistas, que se impõem no decorrer do exercício financeiro. As Unidades Gestoras têm sob sua jurisdição 34 Agências, as quais comumente necessitam de pequenos serviços e materiais de baixo custo, susceptíveis de serem adquiridos mediante o CPGF, que enseja a agilidade indispensável ao atendimento das demandas urgentes e excepcionais. Seria mais dispendioso fazer uma licitação ou executar os procedimentos de uma Dispensa de Licitação para despesas de pequeno valor e que requerem urgência. Todas as despesas somente são efetuadas mediante prévio consentimento do ordenador de despesa. Os sistemas do Banco do Brasil, por meio dos quais são efetuadas as transações, estão programados para não permitirem compras ou saques em valores superiores aos permitidos pela legislação ou em valores superiores ao total aberto para o suprido. Registre-se que mais de 91% das despesas efetuadas por meio do CPGF na UJ se deram na modalidade “fatura”, que enseja melhor controle e proporciona mais transparência nos gastos públicos. Aduza-se também que o montante das despesas realizadas por meio de suprimento de fundos tem se mantido em um patamar estável nos últimos três anos (entre R\$ 60.000,00 e R\$ 70.000,00), além de ter experimentado, em 2012, uma redução de 13% em relação a 2011. De modo bastante seguro, pode-se afirmar que o instrumento do suprimento de fundos em 2012, apesar de excepcional, foi de grande importância para o normal funcionamento das Unidades Gestoras.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 6: Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados (Item 6 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

6.1 - Informações sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

O trabalho de confecção dos quadros relativos a Recursos Humanos (Gestão de Pessoas) foi executado dentro do modelo de trabalho do Relatório de Prestação de Contas Receita Federal do Brasil – RFB adotado desde 2010. Dessa forma foram realizadas extrações dos dados pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas – Cogep da RFB, que foram subsidiados e homologados em parceria com as 10 Regiões Fiscais.

As extrações só foram possíveis em âmbito nacional com apoio das Regiões Fiscais e a utilização de sistema interno de controle de atividades administrativas, cujos dados não são contemplados pelo Siape de forma gerencial.

As dificuldades para extração de dados, relacionadas desde o relatório 2010, permanecem vigentes. Nenhuma alteração substancial foi implantada no Siape ou Siapcad que facilitasse tal trabalho. Mesmo a versão DW do Siape não trouxe soluções plenamente adaptáveis à estrutura funcional detalhada dos órgãos da Administração Federal.

Os dados do DW Siape permanecem com a necessidade de tratamento para que os mesmos sejam concatenados conforme instrução do TCU, o que inviabiliza o uso para extração de dados do cadastro funcional utilizados na maioria dos quadros.

As alterações dos quadros novamente trouxeram novos desafios para o grupo de extração, especialmente em relação aos novos quadros do SISAC, que tratam de um processo de trabalho ainda recente na estrutura de atividades de Gestão de Pessoas da RFB.

O quadro da folha de pagamento foi ajustado totalmente à nova instrução de execução da Prestação de Contas 2012/2013, com uso do DW Siape associado ao tratamento da conversão dos resultados de Unidade Pagadora – UPAG para Região Fiscal – RF, inclusive para a extração dos valores relativos aos dois anos anteriores. Tal implantação tem por objetivo reduzir os impactos da extração nos processos futuros e facilitar a conversão de conhecimento necessário para extração da informação.

As remoções foram alocadas no quadro referente a “Situações que reduzem a força de trabalho da UJ - Unidade Jurisdicionada” conforme solicitado na Prestação de Contas. Porém, acreditamos que essa não é a melhor maneira de se apresentar tal informação, pois ela reflete mais a movimentação dentro do quadro funcional do que redução da força de trabalho. Essa informação em âmbito nacional nos parece sem sentido, pois os servidores são removidos dentro da própria RFB e, portanto, não representam redução na força de trabalho. Considerando-se as Regiões Fiscais, a informação também não nos parece coerente, pois há remoções dentro da própria região e não se quantifica quantos servidores estão entrando, apenas os que saem. Acreditamos que os números sobre remoção são importantes para o gerenciamento da movimentação dentro da instituição, todavia poderiam estar em quadro separado.

Foram superadas barreiras de extração de dados sobre a classificação de escolaridade dos servidores das Delegacias da Receita Federal de Julgamento – DRJ e também em relação aos servidores ocupantes de funções comissionadas. Também foi aperfeiçoada a extração do nível de escolaridade dos cargos vinculados às carreiras administrativas do Ministério da Fazenda – MF.

Ainda permanecem as dificuldades com as informações sobre servidores cedidos, na sua grande maioria em relação às ferramentas do Siape que não oferecem todos os subsídios necessários para contemplar a informação gerencial. O problema é agravado após a saída do servidor para o novo órgão pela perda da gestão dos dados do cadastro funcional. Isso impede, por exemplo, identificar a nova função (FG ou DAS) no outro órgão do servidor cedido.

QUADRO 11 - FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)				
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.268	1.189		44
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
1.2.5. Servidores requisitados art. 93 parágrafo 7º 8112*		1		
1.2.6. Outros **		9		
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão				
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
1. Servidores com Contratos Temporários				
2. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
3. Total de Servidores (1+2+3)	1.268	1.199	-	44

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

* Servidores requisitados conforme art. 93, parágrafo 7º da Lei 8.112

** “Outros” abrange cedidos e anistiados

NOTAS EXPLICATIVAS

- Os servidores de carreiras abrangem a Carreira ARFB e PECFAZ do Ministério da Fazenda em exercício na RFB.
- A lotação autorizada abrange apenas a Carreira ARFB, pois o PECFAZ não possui limites de lotação legal distribuídos entre os órgãos do MF. A distribuição dos valores da lotação autorizada no âmbito da RFB é definida pela Portaria RFB nº1953 de 27/07/2012, que é embasada em Estudo de Lotação interno.

Detalhamento da linha 1.2.1		
Carreira	Lotação Autorizada	Lotação Efetiva
Carreira ARFB	1.268	796
Carreira PECFAZ	0	393

3. Consideramos como ingressos os novos servidores que entraram em exercício efetivo na RFB (provimento originário).

4. Para egressos foram considerados aposentadorias, vacâncias, exonerações, falecimentos e demissões.

5. Incluído item 1.2.5 para demonstração dos servidores requisitados conforme parágrafo 7º, art 93 da Lei 8.112.

6. Incluído item 1.2.6 para demonstração dos servidores cedidos e anistiados.

7. A extração dos dados foi realizada no dia 2/1/2013 em relação ao dia 31/12/2012. Ocorrências e alterações retroativas lançadas após essa data podem gerar distorção da informação.

QUADRO 12 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro

1.Cedidos (1.1+1.2+1.3)	8
1.1.Exercício de Cargo em Comissão	ND
1.2.Exercício de Função de Confiança	ND
1.3.Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis) *	8
1.Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	-
2.1.Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2.Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3.Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4.Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	
1.Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5) **	54
3.1.De Ofício, no Interesse da Administração	28
3.2.A Pedido, a Critério da Administração	17
3.3.A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	
3.4.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	
3.5.A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	8
3.6.Por Decisão Judicial	1
1.Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1.Doença em Pessoa da Família	1
4.2.Capacitação	
1.Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1.Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	
5.2.Serviço Militar	
5.3.Atividade Política	
5.4.Interesses Particulares	1
5.5.Mandato Classista	1
1.Outras Situações (Especificar o ato normativo)	16
6.1. Licença Prêmio por Assiduidade	5
6.2. Licença Gestante	2
6.3. Licença para Tratamento de Saúde	9
6.4. Reclusão	
2.Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	81

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1.A extração dos dados de servidores cedidos não permite parametrizar a tipologia da cessão, dessa forma não foi possível identificar os casos relativos a exercício de cargo em comissão, ou função de confiança.

2.Normas relacionadas ao processo de cessão:

DECRETO Nº 4.050, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2001.

LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.

NOTA TÉCNICA Nº 66/2011/CGNOR/DENOP/SRH/MP.

INSTRUÇÃO NORMATIVA (PR) Nº 10, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1993.

DECRETO Nº 3.699, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2000.

OFÍCIO-CIRCULAR Nº 69/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 520/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 536/2009/COGES/DENOP/SRH/MP.

NOTA TÉCNICA Nº 101/2011/DENOP/SRH/MP.

3.Para todos os itens, exceto Remoção, foram consideradas apenas ocorrências lançadas no Siape até o dia 6 de fevereiro de 2013 e vigentes em 31 de dezembro de 2012. Eventos iniciados em 2012, mas encerrados até 30 de dezembro de 2012 foram desconsiderados do número. Ocorrências lançadas após o dia 6 de fevereiro de 2013, retroativas ao ano de 2012, podem gerar valores diferentes em relação a extração original da Prestação de Contas.

4.As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente

5.Para Remoção foram considerados todos os processos concluídos em 2012. Os números são computados de acordo com a origem do servidor removido, independentemente do destino.

6.Incluído item 3.6 para Remoções via decisão judicial.

7.De acordo com instrução da Prestação de Contas, foram incluídos subitens relativos a outras situações (6.1 a 6.4), por serem considerados relevantes quanto ao número de ocorrências ou quanto ao tempo de duração do afastamento.

8.ND = informação não disponível

QUADRO 13 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1.Cargos em Comissão				
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	34	34	6	6
1.2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3.Servidores de Outros Órgãos e Esferas				
1.2.4.Sem Vínculo				
1.2.5.Aposentados				
1.2.6.Servidores de carreira em exercício provisório				
1.Funções Gratificadas				
2.1.Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	169	160	36	39
2.2.Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3.Servidores de Outros órgãos e Esferas				
1.Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	203	194	42	45

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1.Ingressos e egressos são contabilizados pelo número de Portarias de nomeação e exoneração da função.

2.Para servidores requisitados, não é possível extrair via sistema informações de ingressos/egressos.

3.Incluído item 1.2.6 - Servidores de carreira em exercício provisório para alinhamento com o quadro A.6.1

4.Não há como extrair dos sistemas a informação sobre ex-servidores da RFB que atualmente ocupam funções para preenchimento do item 1.2.5 - Aposentados

QUADRO 14 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1.Provimento de Cargo Efetivo					
1.1.Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2.Servidores de Carreira	59	136	260	422	104
1.3.Servidores com Contratos Temporários					
1.4.Outros *			5	14	5
2.Provimento de Cargo em Comissão					
2.1.Cargos de Natureza Especial					
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior		8	16	9	1
2.3.Funções Gratificadas	11	30	59	50	10
3.Totais (1+2)	70	174	340	495	120

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

*Outros envolvem: Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112, Cedidos, Anistiados e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, para que o universo de pessoas seja o mesmo do Quadro 11 - Força de Trabalho

QUADRO 15 - QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1.Provimento de Cargo Efetivo									
1.1.Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2.Servidores de Carreira				12	335	648	131	24	3
1.3.Servidores com Contratos Temporários									
1.4.Outros *					2	7			
2.Provimento de Cargo em Comissão									
2.1.Cargos de Natureza Especial									
2.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior						34	28	4	1
2.3.Funções Gratificadas					23	137	21	7	
3.Totais (1+2)				12	360	826	180	35	4

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas – SA3

* O item "1.4 Outros" abrange cedidos e anistiados. Para os níveis de escolaridade de 7 a 9, cedidos e anistiados estão contidos no item 1.2. Para as tipologias Servidores de carreira em exercício descentralizado, Servidores de carreira em exercício provisório, Servidores requisitados de outros órgãos e esferas, Servidores requisitados art 93 parágrafo 7º 8112 e Servidores sem Vínculo com a Administração Pública, não existe informação sobre nível de escolaridade do cargo nem de eventuais especializações de níveis 7 a 9.

NOTAS EXPLICATIVAS

- 1.Não existe banco de informações sobre a formação acadêmica dos servidores.
- 2.Os dados existentes para as classes 7, 8 e 9 foram extraídos do banco de talentos cuja participação dos servidores é facultativa.
- 3.Em relação às classes 4, 5 e 6 utilizamos o nível de escolaridade exigido para cada cargo.
- 4.Os dados referentes às classes 7, 8 e 9 são subconjuntos da classe 6.
- 5.Na classe 7 foram incluídos os MBA.

QUADRO 16 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO E NOS DOIS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Especiais Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e prevideciários	Demais despesas variáveis				
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2012	145.259.638,48	6.391,34	12.195.991,19	4.380.205,00	4.388.370,03	5.562.003,19	80.387,78	24.538,55	999.622,18	172.897.147,74
	2011	146.539.723,82	7.039,20	12.187.816,04	4.281.220,86	4.551.615,47	5.158.367,12	71.629,12		1.246.367,98	174.043.779,61
	2010	141.884.127,98	1.256,50	12.163.368,13	4.363.172,87	4.709.752,11	3.992.436,57	71.376,43	12.000,00	1.185.634,81	168.383.125,40
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2012	3.227.438,03	5.599,90	179.821,04	75.581,63	92.525,73	142.952,91	149,46		31.997,92	3.756.066,62
	2011	4.436.074,08	24.112,01	653.948,27	156.523,88	142.014,59	158.552,93	1.614,08		51.692,18	5.624.532,02
	2010	4.712.108,91	14.212,19	287.293,15	131.343,87	156.735,98	156.966,05	1.564,12		37.300,30	5.497.524,57
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012									0,00	
	2011									0,00	
	2010									0,00	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	9.736.153,44	859.084,89	885.440,62	261.293,85	169.932,28	185.322,41	9.349,62	2.053,27	21.236,96	12.129.867,34
	2011	9.617.876,92	842.452,11	866.906,90	324.616,05	169.758,00	196.009,00	7.315,68	0,00	39.943,48	12.064.878,14
	2010	9.270.016,16	852.990,03	874.417,53	304.217,56	172.379,00	189.220,97	5.388,32	0,00	51.039,43	11.719.669,00
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2012	26.756.884,99	660.827,07	2.297.320,42	692.736,42	664.979,34	940.419,08	22.729,63	10.024,94	121.273,58	32.167.195,47
	2011	26.811.812,63	665.823,12	2.298.264,09	814.765,89	669.391,44	780.972,76	19.026,85	0,00	156.690,86	32.216.747,64
	2010	25.516.403,70	659.937,17	2.334.568,95	760.154,22	643.165,98	551.862,99	22.234,43	609,63	157.497,41	30.646.434,48

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Fonte dos dados: DW Siapenet.

2. Os dados referentes a 2010 e 2011 foram extraídos no modelo da Prestação de Contas 2012/2013. Com a reclassificação de rubricas de acordo com as definições da Decisão Normativa TCU 119/2012, não é possível comparar os resultados dos anos de 2010 e 2011 com as Prestações de Contas anteriores.

3. Os custos relativos à folha de pagamento das DRJ estão alocados nos respectivos quadros das Regiões Fiscais.

4. A extração dos dados obedece a seguinte ordem:

1. As rubricas selecionadas de acordo com a classificação TCU são vinculadas aos servidores que as receberam;

2. Os servidores são classificados quanto à sua tipologia / exercício de acordo com a classificação TCU;

3. As rubricas são vinculadas à classificação TCU;

4. A extração é realizada por UPAG RFB para classificação posterior em RF / UC.

5. Em relação à linha servidores cedidos com ônus ou em licença, o único filtro disponibilizado pelo DW para cobrir o parâmetro licença tem por nome “afastamento”. Foi verificado que a maior parte dos afastamentos vinculados a esse filtro tratavam-se de licenças, entretanto é perceptível que nem todas as licenças estão vinculadas ao filtro e a quantidade das ocorrências está aquém do número real.

6. As rubricas extraídas independente da classificação de crédito ou débito são todas somadas. Dessa forma, os créditos são as despesas da União com remunerações e os débitos são as despesas da União com tributação.

QUADRO DE APOIO À FOLHA DE PAGAMENTO 2012

UNIDADE	Ajuda de Custo	Diárias	Transporte	Auxílio Moradia	Auxílio Funeral	TOTAL
3 ^a RF	432.369,48	2.135.396,38	480,00	19.800,00	8.273,10	2.596.318,96

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Valores pagos fora da folha de pagamento dos servidores, via Siafi pela Coordenação de Logística.
2. Em relação à Prestação de Contas anterior, foi incorporada a rubrica para auxílio funeral.

Nota explicativa relativa à ausência dos quadros A.6.7 e A.6.8.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento dos quadros A.6.7 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e A.6.8 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão.

Item 6.1.5 – Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Após análise das ferramentas de extração de dados do Siape e Siapecad, mesmo utilizando a senha de maior amplitude de transações disponibilizada para a RFB, verificamos a incapacidade de extração de tal informação. Não sendo possível correlacionar os dados dos servidores da RFB com os dos demais servidores públicos federais, não há como verificar via extração sistematizada a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos no âmbito federal.

Atualmente, quando o Siape notifica alguma anomalia em relação a possível acumulação no momento de atualização do cadastro funcional quando da integração com o Siapecad para gerar efeito financeiro na Folha de Pagamento, é realizado levantamento para análise do caso concreto e tomadas as providências devidas de acordo com instrução legal.

No processo de controle é utilizada a entrega de Termo de Responsabilidade assinado pelo servidor no ato da posse, declarando não exercer qualquer cargo ou emprego público efetivo na Administração Pública Federal, nem perceber proventos decorrentes de aposentadoria inacumulável de acordo com a Constituição Federal. O servidor também se compromete a comunicar ao Ministério da Fazenda qualquer alteração que vier a ocorrer em sua vida funcional que não atenda aos dispositivos legais previstos para os casos de acumulação de cargos.

São utilizadas também, como forma de prevenção à acumulação indevida, as ações de capacitação relativas à disseminação da ética no serviço público durante o programa de formação de novos servidores, bem como no programa anual de capacitação.

Item 6.1.6 – Providências adotadas nos casos de acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Segundo dados da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e da Corregedoria-Geral da RFB, desconhecemos atualmente a existência de casos de acumulação indevida.

Quadro A.6.9 – Atos sujeitos ao registro do TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos de admissão efetuados de forma descentralizada pelas Unidades Pagadoras após o

fornecimento dos números de controle Sisac/TCU pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas às mesmas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, o quadro “Atos sujeitos ao registro do TCU” só existirá no relatório UC, contemplando os valores nacionais.

Quadro A.6.10 – Atos sujeitos à comunicação ao TCU (art 3º da IN TCU 55/2007)

A RFB possui apenas um código de órgão de atuação no Sisac, sendo os lançamentos dos atos de desligamento efetuados de forma centralizada pela Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas. As consultas do Sisac não permitem desagregar a informação lançada por região fiscal ou unidade organizacional. Por esse motivo, o quadro “Atos sujeitos ao registro do TCU” só existirá no relatório UC, contemplando os valores nacionais.

Nota explicativa relativa à ausência dos quadros A.6.11, A.6.12 e A.6.13

Não existe consulta no Sisac para apurar a tempestividade do registro em relação ao seu prazo legal, conforme solicitado no Quadro A.6.11.

Por não se tratar de órgão instituidor de aposentadorias e pensões, não é pertinente o preenchimento dos quadros A.6.12 e A.6.13.

Item 6.1.8 – Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Absenteísmo

O indicador de absenteísmo apurado pela RFB tem a seguinte fórmula:

$$\frac{\sum \text{dias de licenças médicas} + \sum \text{dias de faltas injustificadas}}{\text{Nº de servidores} \times \text{Nº de dias do ano}}$$

UNIDADE	2010	2011	2012
3ª RF	2,30%	1,73%	2,33%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3, [extraído em 28/01/2013](#)

O aumento do indicador de absenteísmo pode ser resultado do impacto da redução do quadro da RFB (diminuição do denominador na fórmula), bem como do aumento do perfil etário dos servidores (maior probabilidade de licenças médicas).

As ocorrências de licenças médicas tiveram seus números impactados pelo atraso dos lançamentos das licenças via SIASS pelo órgão competente, o que pode agravar o resultado do indicador.

Para sanar o problema de tempestividade do lançamento das ocorrências SIASS, foi encaminhada mensagem eletrônica ao Ministério do Planejamento comunicando o fato e solicitando ações corretivas e instruções de como proceder na coordenação entre o trabalho das unidades da RFB e as unidades SIASS.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicador apurado no Relatório Nacional.

Rotatividade (turnover)

Indicador apurado no Relatório Nacional.

Educação Continuada

O Grau de Amplitude traduz a relação entre o número de servidores capacitados em 2012 sobre o número total de servidores. Dessa forma, em 2012 a 3^a RF capacitou 59,63% dos seus servidores em pelo menos uma ação de desenvolvimento.

O Grau de Aprofundamento traduz a carga horária média alocada aos servidores que foram capacitados em 2012. Dessa forma, em 2012 a 3^a RF alocou em média 55,88 horas de capacitação em cada um dos 59,63% dos seus servidores capacitados em 2012.

UNIDADE	AMPLITUDE	APROFUNDAMENTO
3 ^a RF	59,63%	55,88H

Fonte: Sistema de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoas da RFB - Siscad

Disciplina

Indicador apurado no Relatório nacional.

Aposentadoria versus reposição do quadro

Grau de Reposição de Aposentadorias em 2012.

Fórmula: $(\sum \text{entradas} - \sum \text{vacâncias} - \sum \text{exonerações}) / \sum \text{aposentadorias}$
As entradas consideraram provimento originário e derivado.

UNIDADE	GRAU 2011	GRAU 2012
RF03	13,33%	-25,00%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

Resultado:

Negativo significa que os ingressos não foram suficientes para repor as perdas com aposentadorias após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Zero significa que as aposentadorias foram supridas com as novas entradas, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Positivo significa incremento do quadro em relação às aposentadorias, após a reposição de perdas por vacâncias e exonerações.

Os resultados de 2012 evidenciam o agravamento da situação relativa à reposição do quadro, seja pela não realização dos concursos públicos, seja pelo aumento crescente dos índices de aposentadoria.

Nota explicativa relativa à ausência dos quadros A.6.14, A.6.15 e A.6.16

Segundo instruções da TCU, a RFB não deve preencher os quadros A.6.14, A.6.15 e A.6.16, pois não possui terceirizados exercendo atividades típicas da Carreira Auditoria da RFB.

Na Prestação de Contas 2011/2012, em razão de uma interpretação equivocada, foram apresentados números relativos à substituição de terceirizados que não executavam atividades típicas da Carreira Auditoria da RFB, mas sim atividades de secretariado, apoio administrativo, auxiliar de escritório e recepcionista.

6.2 - Informações sobre Terceirização de Mão de Obra e sobre o Quadro de Estagiários

6.2.1 - Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS					CNPJ: 00.394.460/0080-45							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
								F		M		S
					Início	Fim		P	C	P	C	
2011	L	O	08 2011	00.211.921/0001-01	01/08/11	31/07/12	8	8				
2012	L	O	08 2011	00.211.921/0001-01	01/08/12	31/07/13	9	9				
2012	V	O	02 2012	10.809.411/0001-86	02/05/12	02/05/13	8	8				

Observações: Foram contratados 09 Serventes, mas apenas 08 (oito) prestam serviços nas 08(oito) Agências jurisdicionadas e 01 Servente presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, inclusive o pagamento pelo serviço é feito por aquela unidade.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Imperatriz – DRF/IMP					CNPJ: 00.394.460/0429-01							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas			Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
								F		M		S
					Início	Fim		P	C	P	C	
2007	V	O	05/2007	07.275.436/0001-32	01/01/11	31/12/12	10	10				

2011	L	O	02/2011	13.909.561/0001-50	01/01/12	31/08/13	8	8					A
------	---	---	---------	--------------------	----------	----------	---	---	--	--	--	--	---

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Teresina – DRF/TSA

UG/Gestão: 170035/00001

CNPJ: : 00.394.460/0081-26

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C		
2009	L	O	2/2009	05.695.725/0001-65	01/01/09	31/03/12	4	4				E
2012	L	O	1/2012	05.695.725/0001-65	01/04/12	30/11/13	4	4				A
2011	V	O	2/2011	08.578.865/0001-41	01/07/11	30/06/12	13	13				E
2012	V	O	2/2012	08.578.865/0001-41	01/07/12	30/06/13	13	13				A

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante

Nome: Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal – SRRF03

UG/Gestão: 170040/00001

CNPJ: 00.394.460/0078-20

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	F		M		S
							P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR

UG/Gestão: 170041/00001

CNPJ: 00.394.460/0079-01

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	F		M		S
							P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

2011	L	O	06/2011	03.651.472/0001-00	01/10/2011	31/05/13			8	8			A
2010	V	O	02/2010	12.285.169/0001-14	01/07/2010	30/06/12			29	29			P
2010	V	O	02/2010	12.285.169/0001-14	01/07/2012	30/06/13			29	29			P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante

Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE

UG/Gestão: 170042/00001

CNPJ: 00.394.460/0082-07

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C		
2012	L	O	02/2012	07.188.842/0001-68	01/02/12	31/01/13						A
2009	V	O	02/2009	86.960.598/0001-86	01/01/09	31/12/13						P

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR

UG/Gestão: 170108/00001

CNPJ: 00.394.460/0375-76

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C		
2012	L	O	03/2010	03.651.472/0001-00	18/02/11	17/02/12	13	13	-	-	-	AP
2012	L	O	03/2010	03.651.472/0001-00	18/02/12	17/02/13	13	13	-	-	-	AP
2012	V	O	04/2010	12.215.075/0001-79	02/07/11	01/07/12	12	12	-	-	-	AP
2012	V	O	04/2010	12.215.075/0001-79	02/07/12	01/07/13	12	12	-	-	-	AP

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS

UG/Gestão: 170225/00001

CNPJ: 00.394.460/0419-21

Informações sobre os Contratos

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	F	C	P	C	
2011	L	O	08/2011	00.211.921/0001-01	01/08/11	31/07/13			1	1	
2011	L	O	02/2011	00.211.921/0001-01	01/03/11	31/07/13			1	1	

Observações: Contratos celebrados pela DRF/SÃO LUÍS/MA para contratação de terceirizados para esta Alfândega.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB											
UG/Gestão: 170330/00001 CNPJ: 00.394.460/0463-03											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	F	C	P	C	
2012	L	O	02/2012	04.135.894/0001-88	02/01/12	01/09/13	9	9			
2012	V	O	01/01/12	86.960.598/0001-86	02/01/12	01/09/13	15	15			

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO											
UG/Gestão: 170337/00001 CNPJ: 00.394.460/0469-90											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	F	C	P	C	
2011	L	O	03/2011	05.695.725/0001-65	01/04/11	31/03/12	6	6			
2012	L	O	01/2012	05.695.725/0001-65	01/04/12	31.03.2013	6	6			
2011	V	O	03/2011	08.578.865/0001-41	01/08/11	31.08.2012	8	8			
2012	V	O	03/2012	08.578.865/0001-41	01/08/12	31.08.2013	8	8			

Observações:

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Aeroporto Internacional Pinto Martins – ALF/APM											

UG/Gestão: 170387/00001					CNPJ: 00.394.460/0418-40						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							F	M	C	S	
					Início	Fim	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações: NOSSOS CONTRATOS SÃO PELA SRRF03 E ALF/FOR.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte:

Unidade Contratante											
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Pecém – ALF/PEC					CNPJ: 00.394.460/0530-08						
UG/Gestão: 170532/00001											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							F	M	C	S	
					Início	Fim	P	C	P	C	
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações: ESTA UG UTILIZOU OS SERVIÇOS MENCIONADOS POR MEIO DE CONTRATOS DA ALF/FORTALEZA E DA SRRF/03.

LEGENDA
 Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
 Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Fonte: Siasg/Siafi

QUADRO 18 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em São Luis – DRF/SLS					CNPJ: 00.394.460/0080-45						
UG/Gestão: 170028/00001											
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							F	M	C	S	
					Início	Fim	P	C	P	C	
2011	5	O	02.2011	00.211.921/0001-01	01/01/12	31/12/12			19	19	
2011	5	O	02.2011	00.211.921/0001-01	01/01/13	31/07/13			20	20	
2011	2	O	02.2011	00.211.921/0001-01	01/01/12	31/12/12	04	04			
2011	2	O	02.2011	00.211.921/0001-01	01/01/13	31/01/13	04	04			
2011	6	O	02.2011	00.211.921/0001-01	01/01/12	31/12/12	01	01			
2011	6	O	02.2011	00.211.921/0001-01	01/01/13	31/07/13	01	01			

Observações: Foram contratados 20 (vinte)Recepionistas, mas apenas 11 (onze) prestam serviços na Delegacia e 08(oito) nas Agências jurisdicionadas e 01 Recepionista presta serviço na Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, inclusive o pagamento pelo serviço é feito por aquela unidade. 01 (um) Motorista presta serviço na Delegacia e 03 (três) para a Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto do Itaqui, inclusive o pagamento pelo serviço é feito por aquela unidade.

LEGENDA							
Área:		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.					
1.Segurança;		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio;					
2.Transportes;		(S) Ensino Superior.					
3.Informática;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.					
4.Copeiragem;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.					
5.Recepção;							
6.Reprografia;							
7.Telecomunicações;							
8.Manutenção de bens móveis							
9.Manutenção de bens imóveis							
10.Brigadistas							
11.Apoio Administrativo – Menores Aprendizes							
12.Outras							

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante							
Informações sobre os Contratos				Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
					Inicio	Fim	
2011	9	O	01/2011	86.850.971/0001-46	25/08/11	24/04/13	A

Observações:

Unidade Contratante							
Informações sobre os Contratos				Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
					Inicio	Fim	
2011	9	O	01/2011	86.850.971/0001-46	25/08/11	24/04/13	A

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante							
Informações sobre os Contratos				Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Sit.
					Inicio	Fim	
2011	2	O	1/2011	05.483.831/0001-85	01/07/11	30/06/12	E
2012	2	O	2/2012	09.019.150/0001-11	01/07/12	28/02/14	A
2011	5	O	8/2011	10.820.620/0001-20	01/12/11	30/11/12	E
2012	5	O	10/2012	06.234.467/0001-82	01/12/12	31/07/14	A

Observações:

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.			

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante												
Informações sobre os Contratos					Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		F		M		S	
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C
2010	4	O	20/2010	06.234.467/0001-82	01/01/12	31/12/12			5	5		
2010	6	O	20/2010	06.234.467/0001-82	01/01/12	31/12/12	2	2				
2010	8	O	20/2010	06.234.467/0001-82	01/01/12	31/12/12			4	4		
2010	8	O	20/2010	06.234.467/0001-82	01/01/12	31/12/12	1	1				
2010	14	O	20/2010	06.234.467/0001-82	01/01/12	31/12/12	4	4				

Observações: O contrato é para cobrir necessidades da Superintendência, DRF/Fortaleza, ALF/Porto de Fortaleza, ALF/Aero. Internac. Pinto Martins e ALF/Porto do Pecém e o da Área 14. Outras é referente a dois serviços gerais, um carregador e um mensageiro.

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.	
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.	
1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.	
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.			

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante																		
Informações sobre os Contratos					Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados													
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Fortaleza – DRF/FOR																		
UG/Gestão: 170041/0001 CNPJ: 00.394.460/0079-01																		

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Inicio	Fim	P	C	P	C		
									5	5		
2011	11	O	04/2011	33.373.325/0001-79	01/06/11	31/01/13			5	5		A
Observações:												

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante												
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte – DRF/JNE												
UG/Gestão: 170042/00001					CNPJ: 00.394.460/0082-07							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Inicio	Fim	P	C	P	C		
									5	5		
2010	2	O	04/2010	09.019.150/0001-11	01/11/10	28/02/14						P
2012	9	O	10/2012	07.188.842/0001-68	01/11/12	31/10/13						A
Observações:												

LEGENDA

Área:

-  Segurança;
-  Transportes;
-  Informática;
-  Copeiragem;
-  Recepção;
-  Reprografia;
-  Telecomunicações;
-  Manutenção de bens móveis
-  Manutenção de bens imóveis
-  Brigadistas
-  Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
-  Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante												
---------------------	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de Fortaleza – ALF/FOR						UG/Gestão: 170108/00001 CNPJ: 00.394.460/0375-76					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	

Observações: NÃO HOUVE CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA UG 170108.

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Nome: Alfândega da Receita Federal do Brasil do Porto de São Luis – ALF/SLS						UG/Gestão: 170225/00001 CNPJ: 00.394.460/0419-21					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB						UG/Gestão: 170330/00001 CNPJ: 00.394.460/0463-03					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							P	C	P	C	
					Inicio	Fim					
2010	5	O	03/2010	09.019.150/0001-11	06/09/10	05/04/12			3	3	P
2010	5	O	03/2010	09.019.150/0001-11	06/04/12	05/12/14			3	3	P

Observações:

LEGENDA

Área:

- 1. Segurança;
- 2. Transportes;
- 3. Informática;
- 4. Copeiragem;
- 5. Recepção;
- 6. Reprografia;
- 7. Telecomunicações;
- 8. Manutenção de bens móveis
- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Floriano – DRF/FLO						UG/Gestão: 170337/00001 00.394.460/0469-90					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							P	C	P	C	
					Inicio	Fim					
2011	2	0	05/2011	07.594.738/0001-73	01/07/11	30/06/12			1	1	E
2012	2	0	03/2012	09.019.150/0001-11	01/07/12	30/06/13			1	1	A
2011	5	0	06/2011	10.836.886/0001-61	01/08/11	31/05/12			2	2	E
2012	5	0	02/2012	11.399.787/0001-22	01/06/12	31/01/14			2	2	A

Observações:

Unidade Contratante											
Nome: Delegacia da Receita Federal do Brasil em Sobral – DRF/SOB						UG/Gestão: 170330/00001 CNPJ: 00.394.460/0463-03					
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.
							P	C	P	C	
					Inicio	Fim					
2010	5	O	03/2010	09.019.150/0001-11	06/09/10	05/04/12			3	3	P
2010	5	O	03/2010	09.019.150/0001-11	06/04/12	05/12/14			3	3	P

LEGENDA

Área:

- 1. Segurança;
- 2. Transportes;
- 3. Informática;
- 4. Copeiragem;
- 5. Recepção;
- 6. Reprografia;
- 7. Telecomunicações;

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

- | |
|---|
| 8. Manutenção de bens móveis |
| 9. Manutenção de bens imóveis |
| 10. Brigadistas |
| 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes |
| 12. Outras |

8. Manutenção de bens móveis
 9. Manutenção de bens imóveis
 10. Brigadistas
 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
 12. Outras

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Informações sobre os Contratos						Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	F	M	S	Sit.		
						Inicio	Fim	P	C	P	C
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações: NOSSOS CONTRATOS SÃO PELA SRRF03 E ALF/FOR

LEGENDA

Área:

- 1. Segurança;
- 2. Transportes;
- 3. Informática;
- 4. Copeiragem;
- 5. Recepção;
- 6. Reprografia;
- 7. Telecomunicações;
- 8. Manutenção de bens móveis
- 9. Manutenção de bens imóveis
- 10. Brigadistas
- 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
- 12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Siasg/Siafi

Unidade Contratante											
Informações sobre os Contratos						Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	F	M	S	Sit.		
						Inicio	Fim	P	C	P	C
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Observações: ESTA UG UTILIZOU OS SERVIÇOS MENCIONADOS POR MEIO DE CONTRATOS DA ALF/FORTALEZA E DA SRRF/03.

LEGENDA		Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Área:		Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
1. Segurança;		Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
2. Transportes;		Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.
3. Informática;		
4. Copeiragem;		
5. Recepção;		
6. Reprografia;		
7. Telecomunicações;		
8. Manutenção de bens móveis		
9. Manutenção de bens imóveis		
10. Brigadistas		
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes		
12. Outras		

Fonte: Siasg/Siafi

6.2.2 - Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 19 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1.Nível superior					
1.1Área Fim					
1.2Área Meio	118	100	81	88	565.141,92
1.Nível Médio					
1.1Área Fim					
1.2Área Meio					
1.Total (1+2)					

Fonte: DW Siage

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Estagiários das DRJ estão contabilizados nos quadros das Regiões Fiscais.

2. Foram apuradas as rubricas de Bolsa de Estágio e Auxílio Transporte Estagiário, sem considerar os descontos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a
REGIÃO FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 7: Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário (Item 7 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU N° 119/2012)

7.1 - Informações sobre a Gestão da Frota de Veículos Próprios e Locados de Terceiros

Legislação

Instrução Normativa/Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda - Sistema 1/Função 03/cód. Assunto 004 de 02/09/1997, IN COSEG/SAA/SE/MF 1.03.004. IN/SLTI/MP nº 03, de 15 de março de 2008 e DECRETO Nº 6.403, de 17 de março de 2008. Lei 1.081 de 13 de abril de 1950.

Importância e Impacto

As Unidades Gestoras – UG utilizam a frota de veículos próprios para deslocamentos de seus servidores a serviço, dentro do município de sua própria sede ou em municípios em que estão sediadas Unidades Administrativas jurisdicionadas. É o caso dos deslocamentos de servidores para a realização de auditorias fiscais em entidades públicas ou privadas ou para a participação em eventos oficiais em outros Órgãos Públicos. Os veículos também são empregados no transporte de material permanente e de consumo, indispensáveis à manutenção da máquina administrativa, bem como de servidores encarregados de prestar apoio logístico ou tecnológico às Unidades subordinadas. O transporte de mercadorias apreendidas decorrentes das diversas operações de vigilância e repressão organizadas de forma nacional, regional ou local pela RFB também é feito mediante o uso da frota de veículos das UG.

Plano de Substituição

O plano de substituição da frota passa por decisão da Administração Central da RFB. Esta Região Fiscal tem apresentado continuamente dados que consolidam as necessidades das diversas UG, para subsidiar decisão do Sr. Secretário da RFB. Ao final do ano de 2012, a RFB adquiriu de forma centralizada 154 (cento e cinquenta e quatro) veículos dos tipos Pick-up Mitsubishi L-200 GL, destinados a reaparelhar as equipes de vigilância e repressão do Órgão. As UG da 3ª Região Fiscal foram contempladas com 17 (dezessete) veículos, conforme relação a seguir:

DIREP/SRRF03:	06 veículos
ALF/APM:	02 veículos
ALF/FOR:	02 veículos
ALF/PCE:	03 veículos
ALF/SLS:	03 veículos
DRF/TSA:	01 veículo

Registre-se que a RFB também se vale da incorporação de veículos objeto de pena de perdimento aplicada pelo Órgão para compor sua frota de veículos. Alguns dos veículos das UG da 3ª Região Fiscal são oriundos dessas incorporações.

Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação

Esta Região Fiscal não dispõe de experiência de locação de veículos e possui frota de veículos próprios em bom estado de conservação. No nosso caso, então, a locação de veículos não constituiria uma boa prática de gestão, uma vez que implicaria na necessidade de desfazimento de bens públicos em bom estado de conservação. Ademais, há nesta Unidade Jurisdicionada uma demanda por veículos de grande porte do tipo *pick-up*, que se prestam ao transporte tanto de

servidores quanto de material de consumo/permanente e mercadorias apreendidas. A locação deste tipo de veículo tem um custo elevado, o que traria à UJ maiores despesas com custeio, comprometendo a já apertada programação orçamentária. Com a aquisição dos veículos, estima-se um período de três a cinco anos, dependendo da garantia do fabricante, sem grandes despesas de manutenção. Para esses veículos, a relação custo-benefício da aquisição nos parece economicamente mais vantajosa do que a da locação. Acresça-se que algumas UG têm motoristas oficiais em seus quadros de servidores, o que representa um custo fixo que seria duplicado, na hipótese da locação de veículos a com a mão de obra inclusa, ou desperdiçado, na hipótese de locação dos veículos sem os condutores.

Estrutura de controle

O abastecimento e a manutenção dos veículos são feitos por empresa contratada por meio de licitação realizada no âmbito da 3^a Região Fiscal, sob a responsabilidade da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3^a Região Fiscal. A empresa contratada emite relatórios gerenciais que ensejam à Administração Regional o acompanhamento do consumo de combustível e das despesas de manutenção dos veículos. Eventualmente, algumas despesas de pequeno vulto são assumidas pelas próprias Unidades Gestoras, mediante dispensa de licitação. Os deslocamentos somente são realizados após autorização do Delegado e do Superintendente. A saída dos veículos é controlada mediante o documento “Requisição de Transporte”, onde são anotadas todas as informações relativas a cada deslocamento. O controle de entrada/saída é efetuado pela própria UG ou pelo Setor de Transportes da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda.

Unidade Gestora	Veículo		Média Anual de Km	Idade Média da Frota (anos)	Custos de Manutenção por veículo (Combustíveis, Oficina, Seguro Obrigatório etc)	Custo Total de Manutenção
	Tipo	Quantidade				
170028	Utilitário	05	6.301	10	7.027,73	35.138,68
	Carga	01	6.211	15	7.534,29	7.534,29
	TOTAL	06				42.672,97
170030	Utilitário	02	7.196	11	3.653,00	7.306,00
	TOTAL	02				7.306,00
170035	Passeio	02	21.400	5	1.100,00	2.200,00
	Utilitário	07	9.150	13	6.763,00	47.341,00
	Carga	01	4.700	8	3.900,00	3.900,00
	TOTAL	10				53.441,00
170040	Passeio	04	2.641	9,44	3.841,77	15.367,08
	Utilitário	11	330	7	437,20	4.809,20
	Carga	01	4.130	6	2.257,86	2.257,86
	TOTAL	16				22.434,14
170041	Passeio	02	15.000	4	4.838,70	9.677,40
	Utilitário	01	12.000	8	15.879,16	15.879,16
	TOTAL	03				25.556,56
170042	Utilitário	03	1.482	8	2.724,59	8.173,78
	Carga	01	1.482	6	2.724,59	2.724,59
	TOTAL	04				10.898,37
170108	Passeio	02	6.283	5	1.991,94	3.983,88
	Utilitário	01	14.016	8	5.931,19	5.931,19
	Carga	01	0	8	0,00	0,00

	Coletivo	01	0	10	0,00	0,00
	TOTAL	05				9.915,07
170225	Passeio	01	8.539	7	11.320,74	11.320,74
	Utilitário	04	4.726	9	11.320,74	45.282,96
	Carga	01	2.214	7	11.320,74	11.320,74
	Coletivo	01	10.121	7	11.320,74	11.320,74
	TOTAL	07				79.245,18
170330	Passeio	02	381	12,5	2.161,20	4.322,40
	Utilitário	02	14.495	10	7.550,86	15.101,72
	TOTAL	04				19.424,12
170337	Utilitário	02	16.354	12	9.550,45	19.100,90
	TOTAL	02				19.100,90
170387	Utilitário	01	6.551	8	7.740,71	7.740,71
	TOTAL	01				7.740,71
170532	Passeio	02	20.000	4	5.750,00	11.500,00
	Utilitário	01	20.000	8	15.500,00	15.500,00
	TOTAL	03				27.000,00

7.2 - Informações sobre a Gestão do Patrimônio Imobiliário da União que esteja sob a Responsabilidade da Unidade e dos Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 20 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

	LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA	QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	CEARÁ	20	19
	Fortaleza	2	2
	Aracati	1	1
	Baturité	1	1
	Itapipoca	1	1
	Maranguape	1	1
	Quixadá	1	1
	Quixeramobim	1	1
	Caucaia	1	0
	Juazeiro do Norte	1	1
	Crato	1	1
	Iço	1	1
	Iguatu	1	1
	Senador Pompeu	1	1
	Sobral	1	1
	Acaraú	1	1
	Crateús	1	1
	Ipu	1	1
	Ubajara	1	1
	Camocim	1	1
	PIAUI	7	7
	Teresina	1	1
	Campo Maior	1	1
	Parnaíba	1	1

Piripiri	1	1
Floriano	1	1
Oeiras	1	1
Bom Jesus	1	1
MARANHÃO	10	9
Bacabal	1	1
Codó	1	1
Pinheiro	1	1
Presidente Dutra	1	1
Santa Inês	2	1
Imperatriz	1	1
Carolina	1	1
Balsas	1	1
S.Luis	1	1
Subtotal Brasil	37	35
EXTERIOR	-	-
Subtotal Exterior	-	-
Total (Brasil + Exterior)	37	35

Fonte: Spiunet

QUADRO 21 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	CEARÁ	2	4
	Baturité	1	1
	Quixadá	0	1
	Caucaia	1	1
	Camocim	0	1
	PIAUÍ	2	2
	Picos	1	1
	São Raimundo Nonato	1	1
	MARANHÃO	4	4
	Caxias	1	1
	Chapadinha	1	1
	Pedreiras	1	1
	Balsas	1	1
	Subtotal Brasil	8	10
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		8	10

Fonte: Spiunet – dados em processo de lançamento

QUADRO 22 - BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regi me	Estado de Conser- vação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
170028	0723.00016.500-0	11	5	72.993,50	15/06/2000	135.630,00	30.221,22	-
	0763.00020500-4	13	3		30/11/2011	241.123,00	-	150,00

	086900014.500-7	11	4	37.911,69	30/11/2011	183.853,70	-	1.574,09
	0879.00004.500-0	11	4	44.284,36	30/11/2011	44.284,36	-	270,00
	0957.00013.500-4	11	5	40.684,08	30/11/2011	71.980,80	-	4.330,38
	0957.00030.500-7	12	Não se aplica		01/07/2012	18.750,00	-	-
	0757.00057.500-1	12	Não se aplica		01/07/2012	54.915,00	-	-
170030	0803.00034.500-3	11	5	511.412,25	30/11/2011	2.644.080,00	-	20.907,00
	0753.00007.500-6	13	5	27.885,00	09/12/2011	189.050,96	1.932,00	300,00
	0727.00008.500-2	13	Não se aplica	19.583,85	30/11/2011	164.850,00	-	-
170035	1043.00022.500-1	13	4	75.018,49	30/11/2011	217.131,21	-	-
	1153.00066.500-5	13	4	286.643,06	30/11/2011	939.397,52	-	-
	1167.00220.500-1	13	4	110.256,13	30/11/2011	175.580,78	55.375,51	-
	1219.00171.500-2	13	5	113.728,27	30/11/2011	189.040,52	184.483,03	-
170040	1389.0064.4500-0	13	5	743.000,00	30/11/2011	743.000,00	-	-
170041	1321.00020.500-9	11	3	122.316,86	29/11/2011	313.576,24	-	14.800,74
	1455.00067.500-6	11	Não se aplica	54.000,00	30/11/2011	360.000,00	-	10.454,33
	1429.00020.500-0	11	3	134.755,26	30/11/2011	326.014,64	-	9.153,66
	1537.00045.500-4	11	3	92.134,08	30/11/2011	176.949,36	-	7.944,92
	1529.00046.500-9	11	3	62.073,71	30/11/2011	181.181,73	-	9.246,87
	1341.00008.500-8	12	Não se aplica	40.000,00	29/11/2011	300.000,00	-	-
	1373.00014.500-9	13	Não se aplica	161.154,66	14/09/2011	-	-	-
170042	1447.00018.500-8	11	3	1.067.929,07	30/11/2011	2.424.477,12	-	-
	1385.00032.500-0	11	3	70.495,44	30/11/2011	183.912,15	-	-
	1409.01277.500-7	11	3	139.087,09	30/11/2011	306.942,00	-	1.480,00
	1411.00021.500-3	13	3	130.409,02	30/11/2011	273.533,34	15.327,86	-
	1555.00018.500-5	11	5	88.430,68	30/11/2011	231.502,64	-	-
170108	1389.00404.500-5	11	5	811.980,00	07/12/2001	811.980,00	22.262,47	4.680,00
170225	0921.007125.00-3	13	Não se aplica	10.626,00	18/11/2011	-	-	-
170330	1559.00394.500-3	13	3	541.000,00	30/11/2011	2.213.477,50	34108,50	19.574,32
	1303.00008.500-5	12	3	134.326,80	30/11/2011	349.997,64	-	6.073,33
	1383.00012.500-5	12	3	131.612,74	30/11/2011	269.999,99	-	6.654,83
	1417.00017.500-0	12	3	71.425,70	30/11/2011	300.003,31	-	5.643,33
	1573.00005.500-2	11	3	7.140,00	30/11/2011	78.540,00	-	3.683,33

	1351.00028.500-5	13	Não se aplica	95.000,00	30/11/2011	190.408,00	8.378,38	2.713,33
170337	1077.00003.500-2	13	5	154.219,66	30/11/2011	292.349,58	125.489,06	-
	1139.00002.500-0	13	5	47.194,00	30/11/2011	303.244,48	111.182,25	-
	1037.00004.500-9	13	5	55.028,00	30/11/2011	192.866,92	73.025,00	-
	Total					318.074,69	44.424,64	

Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

1 – Aquicultura	12 – Em regularização – Outros
2 – Arrendamento	13 – Entrega – Adm. Federal Direta
3 – Cessão – Adm. Federal Indireta	14 – Esbulhado (Invadido)
4 – Cessão – Outros	15 – Imóvel Funcional
5 – Cessão – Prefeitura e Estados	16 – Irregular – Cessão
6 – Cessão Onerosa	17 – Irregular – Entrega
7 – Comodato	18 – Irregular – Outros
8 – Disponível para Alienação	20 – Locação para Terceiros
9 – Em processo de Alienação	21 – Uso em Serviço Público
10 – Em regularização – Cessão	22 – Usufruto Indígena
11 – Em regularização – Entrega	23 – Vago para Uso

Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

1 – Novo	5 – Reparos Importantes
2 – Muito Bom	6 – Ruim
3 – Bom	7 – Muito Ruim (valor residual)
4 – Regular	8 – Sem Valor

Análise Crítica

A **DRF/São Luis – UG 170028** possui 6(seis) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta , onde funcionam as Agências de Bacabal, Codó, Pedreiras, Pinheiro, Presidente Dutra e Santa Inês. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, já estando incluídas as benfeitorias hoje existentes. Existem dois imóveis alugados onde funcionam as Agências de Chapadinha e Caxias. Duas unidades deverão ter construídas suas sedes próprias nos termos do PROJETO AGÊNCIA MODELO: são as Agências de Caxias, que funciona hoje em prédio alugado, e Santa Inês, onde apesar de funcionar em prédio próprio tem instalações muito precárias. Os terrenos para construção das Agências já foram incluídos no sistema Spiunet. A DRF/S.Luis funciona no Edifício Sede do MF em S.Luis, administrado pela SAMF/MA.

A **DRF/Imperatriz – UG 170030** possui 3(três) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam a Delegacia , a Agência de Carolina, e o terreno onde está sendo construída a Agência de Balsas. Atualmente a Agência de Balsas funciona em prédio alugado. A benfeitoria será incluída no terreno de Balsas pelo SPU/PI tão logo seja recebida a obra.

A **DRF/Teresina – UG 170035** possui 4 (quatro) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta , onde funcionam o Depósito de Mercadorias Apreendidas , as Agências de Parnaíba, Piripiri e Campo Maior. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, já estando incluídas as benfeitorias hoje existentes.

A **SRRF03 – UG 170040** possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. O referido imóvel foi adquirido recentemente para complementar o terreno

existente hoje sob a responsabilidade da SAMF/CE, objetivando a construção do prédio Anexo ao Edifício sede do MF/CE onde deverá funcionar a Superintendência, suas divisões e outros órgãos do MF.

A **DRF/Fortaleza – UG 170041** possui 6 (seis) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funcionam as Agências de Aracati, Itapipoca, Quixeramobim, Russas, Maranguape e Quixadá. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, achando-se em fase de regularização junto ao SPU a inclusão no referido sistema das benfeitorias referentes à construção das Agências de Quixadá e Maranguape. Dois imóveis hoje alugados deverão ter construídas suas sedes próprias nos termos do PROJETO AGÊNCIA MODELO: são as unidades onde funcionam as Agências de Caucaia e Baturité. O terreno para construção da Agência de Caucaia já se encontra regularizado no sistema, e o da ARF/Baturité acha-se em processo de retificação da escritura, para posterior inclusão no referido sistema. Um terreno em Baturité ainda consta no sistema Spiunet como sob a responsabilidade da UG , mas acha-se em fase de exclusão, já que o terreno foi doado pela Prefeitura local a outra entidade por não haver a construção da Agência ocorrido no prazo estabelecido no decreto de doação.

A **DRF/Juazeiro do Norte – UG 170042** possui 5 (cinco) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. Neles funcionam a Delegacia e as Agências de Crato, Icó, Iguatu e Senador Pompeu. Os imóveis se encontram regularizados no sistema SPIUNet. Acha-se, no entanto, em fase de regularização junto ao SPU o processo de exclusão do sistema Spiunet do imóvel cujo RIP é 1447.00029.500-8 , tendo em vista referir-se ao mesmo imóvel onde funciona hoje a Delegacia, que na época do cadastramento recebeu dois números diferentes de RIP , conforme a localização considerada.

A **Alfândega do Porto de Fortaleza – UG 170108** possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta, onde funciona a sede da Alfândega e o depósito de Mercadorias Apreendidas. O imóvel (terreno e benfeitorias) acha-se em processo de regularização no SPU já que as dimensões do terreno e benfeitorias incluídas no sistema SPIUNet não correspondem à realidade. A última avaliação do imóvel hoje existente foi realizada pela Camara de Valores Imobiliários em 2011 sendo atribuído ao conjunto um valor de R\$ 8.950.000,00 (oito milhões novecentos e cinquenta mil reais) , mas esta avaliação não pode ser incluída no sistema pela inconsistências das informações ali existentes.

A **DRF/Sobral – UG 170330** possui 6(seis) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta , onde funcionam a Delegacia e as Agências de Acaraú, Camocim, Crateús, Ipu e Ubajara. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet, achando-se em fase de regularização junto ao SPU a inclusão no referido sistema das benfeitorias referentes à construção das Agências de Ubajara e Camocim. A regularização da ARF/Camocim no SPIUNet está dependendo da inclusão da benfeitoria no terreno, o que não pode acontecer face a problemas surgidos que impediram o recebimento definitivo da obra. A inclusão da benfeitoria da ARF/Ubajara já foi solicitada ao SPU/CE, mas ainda permanece a pendência.

A **DRF/Floriano – UG 170337** possui 3 (três) imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade direta , onde funcionam a Delegacia, e as Agências de Oeiras e Bom Jesus. Os imóveis se encontram no sistema SPIUNet devidamente regularizados.

A **Alfândega do Porto de São Luis – UG 170225** possui apenas um imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade direta. O imóvel encontra-se regularizado no Spiunet, e constitui-se de um terreno onde deverá ser construída a sede própria da UG.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a
REGIÃO FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 8: **Gestão do Uso dos Recursos Renováveis e Sustentabilidade Ambiental** (*Item 9* do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012)

8.1 - Informações quanto à Adoção de Critérios de Sustentabilidade Ambiental na Aquisição de Bens, Materiais de Tecnologia da Informação (TI) e na Contratação de Serviços ou Obras

QUADRO 23 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis				x	
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				x	
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
Algumas UG têm incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações. São os casos da DRF/São Luís, que tem inserido em seus Editais de Licitação as exigências previstas nos incisos I a IV do artigo 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; da DRF/Imperatriz, cujos Editais têm contemplado as exigências estipuladas nos incisos II, IV, V e VIII do artigo 6º do mesmo Ato Normativo; da DRF/Fortaleza, que em alguns dos seus Pregões especificou a necessidade de atendimento de critérios de sustentabilidade (Pregão 01/2012: foi exigido que a Capa de proteção e acabamento do mobiliário (poltronas) fosse injetada em polipropileno reciclável texturizado); da DRF/Floriano, que tem exigido em suas licitações “o descarte de material em lugar adequado”; e da DRF/Juazeiro do Norte, que tem inserido em seus Editais de Licitação relativos a serviços de limpeza e conservação de imóveis a exigência de utilização de produtos e materiais que causem menor impacto ambiental.					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		x			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).		x			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.		x			
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).					x
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
Algumas UG têm adquirido bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água. São os casos:					
- da DRF/São Luis, que adquiriu <i>nobreaks</i> , estabilizadores, geladeiras, bebedouros, televisores, bem como lâmpadas fluorescentes com a exigência de menor consumo de eletricidade (vários desses equipamentos ainda não foram instalados, razão por que não há como avaliar os impactos no consumo);					
- da DRF/Imperatriz, cuja maior aquisição no último exercício foi o conjunto de centrais de ar-condicionado (Tecnologia Inverter), com especificação definida a partir de projeto no qual a eficiência do equipamento e a economia de energia elétrica foram os pontos de partida (quando os equipamentos entrarem em funcionamento, estima-se uma economia de energia elétrica em torno de 40%);					
- da DRF/Fortaleza, que:					
a) adquiriu torneiras automáticas via sistema de registro de preços do Pregão Eletrônico SRRF03 nº 08/2012 (o impacto dessa iniciativa será medido no exercício de 2013, visto que a aquisição					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
ocorreu em Dez/2012 e a instalação nas Agências ocorrerá durante o primeiro bimestre de 2013); b) estabeleceu, no Pregão 02/2012, exigência de coeficiente de eficiência energética mínimo de 3,21 w/w (Certificação Inmetro com Selo Procel "A") e sistema Inverter para a aquisição de condicionadores de ar; e c) utilizou lâmpadas econômicas em todas as suas Unidades Jurisdicionadas, com redução do consumo total de KW/H de 347.657 (2011) para 335.195 (2012); d) Substituiu, no contrato de fornecimento de impressoras, os equipamentos fornecidos pelo contratado, por impressoras com suporte para impressão frente e verso; e) Adquiriu papel reciclado; f) Adquiriu copos de papel; - da DRF/Sobral, que também adquiriu lâmpadas mais econômicas, reduzindo o consumo de energia elétrica.					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). •Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? - algumas unidades adquiriram material de consumo reciclado (papel e cartuchos de impressão, principalmente).				x	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. •Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). •Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	x				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					x
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		x			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. •Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?			x		
A maioria das Unidades Gestoras tem promovido campanhas entre seus servidores visando à redução do consumo de energia elétrica e água. Os meios preferencialmente empregados para esse fim são a comunicação oficial via e-mail aos Setores e Unidades jurisdicionadas, ou diretamente a todos os servidores, orientando quanto ao desligamento de todos os equipamentos elétricos ao final do expediente. Há também a utilização de cartazes e das reuniões de trabalho para o mesmo fim. Destaque-se também que algumas UG desligam o sistema de ar condicionado trinta minutos antes do término do expediente e que a DRF/Fortaleza adquiriu torneiras com desligamento automático para todas as suas agências. Cabe também registrar duas iniciativas da DRF/Fortaleza que podem ser inseridas entre aquelas que induzem os servidores a contribuírem para a redução do consumo de energia elétrica: a criação de pasta digital compartilhada para inserção da avaliação dos treinamentos, evitando a impressão de formulários; e a distribuição de material didático dos cursos e treinamentos em mídia digital (CD), para eliminar o uso de papel.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.				x	
•Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					
A maioria das Unidades Gestoras tem promovido campanhas entre seus servidores visando à preservação dos recursos naturais. Os meios preferencialmente empregados para esse fim são a comunicação oficial via e-mail aos Setores e Unidades jurisdicionadas, ou diretamente a todos os servidores, orientando quanto: à importância de se evitarem impressões desnecessárias; à reutilização de papel para impressões não destinadas a apresentação (na face em branco da folha); e à utilização da impressão em frente e verso. Algumas Unidades Gestoras também se valem de palestras sobre o tema. Há ainda a utilização de cartazes e das reuniões de trabalho para o mesmo fim. Cabe também registrar três iniciativas da DRF/Fortaleza que podem ser inseridas entre aquelas que induzem os servidores a contribuírem para a preservação dos recursos naturais: a criação de pasta digital compartilhada para inserção da avaliação dos treinamentos, evitando a impressão de formulários; a distribuição de material didático dos cursos e treinamentos em mídia digital (CD), para eliminar o uso de papel; e a Participação da DRF/Fortaleza na Comissão A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará – SAMF/CE. A SRRF da 3ª Região Fiscal também aderiu ao programa A3P da SAMF/CE. O lançamento pela SAMF/CE (gestora do programa) ocorreu em Set/2012, tendo havido apenas eventos de divulgação. A implantação de ações práticas está prevista para ocorrer durante o ano de 2013.					
Considerações Gerais:					
O preenchimento do presente quadro foi feito utilizando-se o critério estatístico da “moda”, isto é, atribuiu-se a cada item o valor de avaliação resultante da aplicação da “moda” sobre os valores de avaliação informados pelas Unidades Gestoras da UJ.					
As informações das Unidades Gestoras foram prestadas pelos chefes dos respectivos setores de logística.					
<u>LEGENDA</u>					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

8.2 - Informações sobre Medidas Adotadas pelas Unidades que Compõem o Relatório de Gestão para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água.

A iniciativa mais relevante da RFB, quanto à redução do consumo de papel (e outros insumos como *tonners* e cartuchos de impressão) é a implantação do e-processo, que representa a eliminação dos processos em papel no âmbito do Órgão (todos os processos administrativos são constituídos e tramitam eletronicamente). Inserindo-se nesse esforço, a SRRF03 adquiriu equipamentos de *scanner* para composição do seu parque tecnológico, através da Licitação, modalidade Pregão, Edital SRRF03 Nº 02/2012, com Ata de Registro de Preços.

QUADRO 24 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão	Resultados			
A3P-MF/CE (Agenda Ambiental da Administração Pública – Ministério da Fazenda no Ceará)		2012	O lançamento pela SAMF/CE (gestora do programa) se deu em Set/2012, tendo ocorrido apenas eventos de divulgação. A implantação de ações práticas está prevista para ocorrer durante o ano de 2013. O programa envolve apenas as Unidades da 3ª RF sediadas no Edifício-sede do Ministério da Fazenda no Ceará (SRRF e DRF/Fortaleza).			
Recurso Consumido	Unidade	Quantidade			Valor	
		Exercício				
		2012	2011	2010	2012	2011
Papel	Resma	19.400	7.810	21.596	86.933,37	59.619,80
Água	m³	2.884	2.112	2.663	22.966,15	18.301,62
Energia Elétrica	kw	591.058	543.713	547.969	438.718,69	470.464,33
Total				548.618,21	548.385,75	621.618,47

Fonte: SIADS (papel); faturas de concessionárias (água e energia elétrica).

Observações: (i) nas Unidades SRRF03 e DRF/FOR (exceto nas Agências a esta vinculadas), as despesas de água e energia elétrica são pagas pela SAMF/CE e rateadas entre os Órgãos que ocupam o Edifício-Sede do Ministério da Fazenda no Ceará. Dessa forma, o consumo de água e energia elétrica é administrado pela SAMF/CE, não sendo do conhecimento desta UJ;

(ii) na ALF/APM e na ALF/PCE, as despesas de água e energia elétrica são pagas pela Infraero e a Cearaportos, respectivamente, não sendo do conhecimento das Unidades da RFB os montantes consumidos.

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 9: **Conformidades e Tratamento de Disposições Legais e Normativas** (*Item 10 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

9.1 - Tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno

A auditoria interna da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) foi criada em 2007, por meio da aprovação do Regimento Interno da RFB, Portaria MF nº 95, de 30 de abril de 2007. No atual Regimento Interno, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, está representada no organograma das Unidades Centrais, pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna (Audit), como órgão de assessoramento direto do Gabinete do Secretário da RFB.

Desde a sua criação, a Audit foi estruturada de forma centralizada, não possuindo projeções nas Unidades Descentralizadas desta RFB.

Neste contexto, todas as ações de auditoria interna conduzidas pela Audit são planejadas, programadas, coordenadas e acompanhadas de forma centralizada, podendo ser operacionalizadas por intermédio de equipe própria ou com o auxílio de colaboradores cedidos pelas demais unidades desta Secretaria.

Diante do exposto e em atendimento ao item 10.2 da Parte A do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 119/2012, informamos que esta Superintendência Regional não possui unidade própria de auditoria interna, sendo auditada pela Coordenação-Geral de Auditoria Interna da RFB.

Com relação ao acompanhamento das ações de auditoria interna informamos que:

- todo trabalho de auditoria interna no âmbito da RFB encontra-se formalizado em processo numerado;
- desde o final de 2011, a tramitação destes processos ocorre de forma eletrônica, por intermédio de sistema denominado e-Processo;
- os processos de auditoria interna tramitam de forma reservada (tem caráter sigiloso), com acesso restrito à Audit, à Superintendência e à unidade auditada;
- o Relatório de Auditoria Interna, contendo as constatações e recomendações feitas pela Audit, é primeiramente levado ao conhecimento da autoridade máxima da UJ, no caso o Superintendente Regional, que após tomar ciência do resultado da auditoria, redireciona o processo internamente para a unidade auditada ou para a área da Superintendência responsável pela matéria;
- toda tramitação do processo de auditoria fica registrada no e-Processo;
- de modo geral, esta UJ tem acatado as recomendações da auditoria interna e adotado as devidas providências para o seu atendimento, algumas delas inclusive no decorrer da própria auditoria;
- o controle das recomendações é feito por meio de planilha eletrônica pela Superintendência e pela unidade objeto da recomendação;
- em 2012, esta UJ foi objeto de cinco auditorias internas, abrangendo todas as unidades gestoras;
- caso haja necessidade, as recomendações da auditoria interna podem vir a ser discutidas em videoconferências ou reuniões denominadas Diálogo de Gestão, com a participação de gestores da Alta Administração da RFB, da Audit e da Superintendência;

- a Superintendência divulga para as demais unidades jurisdicionadas as recomendações feitas pela auditoria interna de modo a padronizar procedimentos e a corrigir possíveis falhas procedimentais.

9.2 - Informações sobre o Cumprimento das Obrigações Estabelecidas na Lei nº 8.730/1993, Relacionadas à Entrega e ao Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

A evolução do trabalho relativo à DBR – Declaração de Bens e Rendas – apresentou um grande avanço em comparação a 2011, inclusive em relação à capacidade de identificar de forma sistêmica as pendências dos ocupantes de funções comissionadas.

QUADRO 25 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

PENDÊNCIAS DE ENTREGA DE DBR							
REGIÃO FISCAL	UNIDADE PAGADORA	SERVIDORES SEM FUNÇÕES	DAS1011	FGR0001	FGR0002	FGR0003	TOTAL
3 ^a	DRF/SLS/MA						0
	DRF/TSA/PI						0
	SRRF/3RF	1					1
TOTAL		1					1

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

NOTAS EXPLICATIVAS

1. As DRJ estão contidas na sua respectiva UPAG

Não utilizamos o quadro original previsto no manual da Prestação de Contas pelas seguintes razões:

1. As duas primeiras linhas (autoridades e cargos eletivos) não existem na RFB, seria utilizada apenas a última linha;
2. As 3 colunas relativas ao momento de entrega da DBR não constituem um bom modelo diante da preferência do servidor RFB em entregar as autorizações de acesso à DBR. Essa opção reduz a atividade de Gestão de Pessoas em controlar as entregas de DBR na posse ou final de exercício de função.

Diante de uma matriz de uma linha (quadro de servidores) e uma coluna (autorização de acesso), temos a necessidade de abordar o acompanhamento da rotina de regularização de pendências de entrega de DBR.

A informação detalhada no quadro construído pela RFB possui uma amplitude de controle maior que a proposição do relatório de prestação de contas. Objetiva um acompanhamento mais detalhado do esforço das unidades de Gestão de Pessoas para solução de pendências e manutenção dos dados relativos à guarda de DBR.

Análise Crítica

A única pendência ainda relacionada pelo sistema se refere a um servidor cedido à RFB cuja DBR está no órgão de origem. Durante o 1º semestre de 2013 devem ser atualizados registros das novas DIRPF 2013 ano base 2012 cujo prazo final de entrega ocorre no último dia útil do mês de abril de 2013.

Em relação aos servidores ocupantes de função, não existe pendência para 2013.

Resultado do trabalho de saneamento de pendências até fevereiro de 2013:

RF/UC	PENDÊNCIAS 2011	PENDÊNCIAS 2012	REDUÇÃO
3 ^a	88	1	-98,86%

Fonte: Sistema de Apoio às Atividades Administrativas - SA3

A redução das pendências na ordem de 98,86% envolveu um grande esforço da Rede de Gestão de Pessoas da RFB sendo necessária a definição de servidores para tratar da coleta dos documentos necessários à atualização das pastas funcionais.

As autorizações de acesso a DIRPF são geradas e controladas via SA3. O arquivamento das DBR e autorizações entregues é de responsabilidade da área de Gestão de Pessoas que deve preservar o sigilo das informações.

Não compete à área de Gestão de Pessoas analisar possíveis incompatibilidades entre patrimônio e remuneração dos servidores. Quando solicitada, a informação é transmitida à área competente para processamento da análise.

A preferência dos servidores da RFB é assinar a autorização de acesso à DIRPF, o que minimiza o trabalho da entrega de DBR ao final do exercício financeiro, da função ou cargo.

9.3 - Declaração da Área Responsável Atestando que as Informações Referentes a Contratos e Convênios ou Outros Instrumentos Congêneres estão Disponíveis e Atualizadas, Respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, Conforme Estabelece o Art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011.

Em conformidade com o disposto no Item 07 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU no 108/2010, declaramos que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres das Alfândegas da Receita Federal do Brasil, Delegacias da Receita Federal do Brasil e da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3a Região Fiscal estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o artigo 19 da Lei no 12.309, de 09 de agosto de 2010.

Esta declaração consta no anexo 1 da página 194

**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3^a REGIÃO
FISCAL – SRRF 03**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Item 10: **Informações Contábeis** (*Item 11 do Conteúdo Geral (Parte A) do Anexo II da DN TCU nº 119/2012*)

10.1 - Informações sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.9 e NBC T 16.10, Publicadas pelas Resoluções CFC nº 1.136/2008 e 1.137/2008, Respectivamente, para Tratamento Contábil da Depreciação e da Amortização dos Itens do Patrimônio e Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos da Unidade

1) Em relação à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.9 que estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.136/2008 que aprova a NBC T 16.9, a Unidade Jurisdicionada, informa que, quanto à:

a) Depreciação - redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência:

•Bens Móveis

Os bens móveis de propriedade da RFB são registrados no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, desenvolvido pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO e administrado pelo Ministério da Fazenda e são depreciados, mensalmente, no SIADS com reflexo no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo

- Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações; e
- Definida na Instrução Normativa RFB/MF nº 162/1998, alterada pela IN nº 130/1999, para os títulos contábeis 1.4.2.12.02.00 - Aeronaves e 1.4.2.12.20.00 - Embarcações, não previstos na norma da anterior.

Cálculo da depreciação

Definida no Manual SIAFI, assunto 02.03.30 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações - **Método das Cotas Constantes**.

As taxas utilizadas para os cálculos são as definidas no quadro abaixo

Conta	Título	Vida Útil (anos)	Valor Residual (%)
142120200	Aeronaves	10	10
142120400	Aparelhos de Medição e Orientação	15	10

142120600	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	10	20
142120800	Aparelhos, Equipamentos e Utensílios Médicos, Odontológicos, Laboratoriais e Hospitalares	15	20
142121000	Aparelhos e Equipamentos para Esporte e Diversões	10	10
142121200	Aparelhos e Utensílios Domésticos	10	10
142121400	Armamentos	20	15
142121800	Coleções e Materiais Bibliográficos	10	0
142121900	Discotecas e Filmotecas	5	10
142122000	Embarcações	20	10
142122200	Equipamentos de Manobra e Patrulhamento	20	10
142122400	Equipamento de Proteção, Segurança e Socorro	10	10
142122600	Instrumentos Musicais e Artísticos	20	10
142122800	Máquinas e Equipamentos de Natureza Industrial	20	10
142123000	Máquinas e Equipamentos Energéticos	10	10
142123200	Máquinas e Equipamentos Gráficos	15	10
142123300	Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	10	10
142123400	Máquinas, Utensílios e Equipamentos Diversos	10	10
142123500	Equipamentos de Processamento de Dados	5	10
142123600	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	10	10
142123800	Máquinas, Ferramentas e Utensílios de Oficina	10	10
142123900	Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	10	10
142124000	Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários	10	10
142124200	Mobiliário em Geral	10	10
142124600	Semoventes e Equipamentos de Montaria	10	10
142124800	Veículos Diversos	15	10

142125100	Peças não Incorporáveis a Imóveis	10	10
142125200	Veículos de Tração Mecânica	15	10
142125400	Equipamentos, Peças e Acessórios Aeronáuticos	30	10
142125700	Acessórios para Automóveis	5	10
142125800	Equipamentos de Mergulho e Salvamento	15	10
142126000	Equipamentos, Peças e Acessórios Marítimos	15	10

•Bens Imóveis

De acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, que estabelece, no âmbito da União, o cronograma para implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos, entre eles a depreciação de bens imóveis, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da depreciação de bens imóveis.

A depreciação dos bens imóveis da União, sob responsabilidade da RFB, será discutida e implantada no âmbito do Órgão Ministério da Fazenda, assim como foi com a depreciação de bens móveis. Ao longo do exercício de 2013, as Setoriais de Contabilidade da RFB e do Ministério da Fazenda irão desenvolver trabalhos voltados para a discussão e realização do registro da depreciação dos bens imóveis.

b) Amortização - redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado.

Em relação à amortização, a RFB possui registros contábeis de bens intangíveis e ao longo do exercício de 2013 iniciará o registro da amortização desses bens.

Ressaltamos que, de acordo com a Portaria STN nº 439, de 12 de julho de 2012, a União tem até o final do ano de 2014 para efetuar o registro da amortização.

c) Exaustão - redução do valor de investimentos necessários à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis ou de exaurimento determinado, bem como do valor de ativos corpóreos utilizados no processo de exploração.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, por não visar e nem possuir investimentos destinados à exploração de recursos minerais, florestais e outros recursos naturais, não dispõe de informações a respeito da exaustão de tais investimentos.

2) Quanto à Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBC T 16.10 que estabelece critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos

integrantes do patrimônio de entidades do setor público e à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.137/2008 que aprova a NBC T 16.10, a Unidade Jurisdicionada informa que, houve reconhecimento, na UG 170010 - Órgão Central, de ativos e passivos de acordo com os princípios da competência e oportunidade.

Por tratar-se de informações administradas nacionalmente, no Relatório de Gestão do Órgão Central constam informações a respeito da contabilização de tais ativos e passivos.

10.2 - Declaração do Contador Responsável pela Unidade Jurisdicionada atestando que as Demonstrações Contábeis (Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Resultado Econômico) Previstas pela Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, Refletem a Adequada Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada que Apresenta o Relatório de Gestão.

DECLARAÇÃO PLENA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 3ª Região Fiscal	170040/00001

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Fortaleza/CE	Data	28/03/2013
Contador Responsável	Eraldo Caetano Sá	CRC nº	CE-008668/O-0

ANEXO

Anexo 1: Declaração do SIASG e SICONV - Item 10.4 do Anexo II da DN TCU nº 119/2012

 Ministério da Fazenda  Receita Federal
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL
GABINETE
RUA BARÃO DE ARACATI, 909 – 4º ANDAR – CEP 60115-080-ALDEOTA -FORTALEZA -CE
TEL. (085) 3878-3400 - FAX 3878-3454

DECLARAÇÃO

Eu, ASTROGILDO ELIANO PINTO JÚNIOR, CPF nº 514.346.603-20, CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA – DIPOL/3RF, EXERCIDO NA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 3ª REGIÃO FISCAL – SRRF03, DECLARO JUNTO AOS ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO QUE TODAS AS INFORMAÇÕES REFERENTES A CONTRATOS, CONVÉNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES FIRMADOS ATÉ O EXERCÍCIO DE 2012, POR ESTA UNIDADE GESTORA, ESTÃO DISPONÍVEIS E ATUALIZADAS, RESPECTIVAMENTE, NO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SIASG E NO SISTEMA DE GESTÃO DE CONVÉNIOS E CONTRATOS DE REPASSE – SICONV, CONFORME ESTABELECE O ART. 19 DA LEI nº 12.465, DE 12 DE AGOSTO DE 2011 E SUAS CORRESPONDENTES EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.

FORTALEZA, 29 DE JANEIRO DE 2013.


ASTROGILDO ELIANO PINTO JÚNIOR
514.346.603-20
CHEFE DIPOL DA 3ª RF / SRRF03